

ERRATA

102 — Leia-se: Presidiu a sessão da Seção em Minas Gerais, Waleska Paixão.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE: ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

	Pág
CAPÍTULO I: Antecedentes Históricos	3
<i>Início do Ensino de Enfermagem no Brasil.</i>	4
Primeiras tentativas; escola profissional de enfermeiros e enfermeiras, 1890; Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, 1916; curso para Visitadoras Sanitárias, 1920; Carlos Chagas e a reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1920.	
<i>Criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública — Escola Ana Neri.</i>	7
Ethel O. Parsons e o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1922; primeiras enfermeiras da Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, do Serviço Internacional de Saúde Pública da Fundação Rockefeller, 1922; regulamentação da Escola D. Ana Neri, 1923.	
<i>Primeiras Figuras de Relevô na Enfermagem Brasileira.</i>	11
Características pessoais das líderes da enfermagem: Ethel O. Parsons, Edith de Magalhães Fraenkel, Clara Louise Kieninger, Bertha Lucille Pullen, Rachel Haddock Lobo.	
Notas	17
CAPÍTULO II: Concretização de uma Idéia	20
<i>Origem da Associação.</i>	20
Tentativa para organizar uma associação de ex-alunas, 1925; criação da Associação Nacional de Enfermeiras Di-	

	Pág.
plomadas, 1926; diretoria provisória; esboço do estatuto; sócias fundadoras; primeira diretoria eleita; período de funcionamento informal.	
<i>Período Nebuloso</i>	24
Organização formal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, 1928; primeiro estatuto; filiação ao Conselho Internacional de Enfermeiras, 1929; diretoria de 1929 a 1938.	
Notas	30
 CAPÍTULO III: Constituição da Associação Brasileira de Enfermagem	 31
<i>Primeiras reformas do estatuto; estatuto vigente de 1929 a 1939</i>	31
<i>Modificações de 1944 à Época Atual</i>	33
Reorganização da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas; criação de uma Comissão Consultiva; inclusão na diretoria das representantes dos Serviços de Enfermagem nos Estados e no Distrito Federal, 1944.	
 Período de 1946-1951, 34	
Criação das seções estaduais, das divisões e do Conselho Consultivo, 1946; deliberação sobre os congressos da Associação, 1947; inclusão dos distritos, 1948, e secretaria executiva, 1950; votação por delegação 1950; voto por procuração, 1951.	
 Período de 1952-1962, 38	
A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas denomina-se Associação Brasileira de Enfermagem, 1954; Assembléia Geral constituída por delegados das Seções, 1955; criação dos Setores de Filiação Internacional, 1957; extintos o voto por procuração, por delegação e o Conselho Deliberativo, 1958; criado o cargo de 2. ^a vice-presidente, 1958.	
 Período de 1963-1975, 41	
Assembléia Geral transformada em Assembléia de Delegados, 1965; extintos os Setores de Filiação Internacional, 1965; admitido o Técnico de Enfermagem como membro efetivo e estabelecido mandato de quatro anos para os membros da diretoria, 1971; mudança da sede para Brasília, 1973; inclusão das obstetrizas como membros efetivos, 1974.	
 Notas	 43

	Pág.
CAPÍTULO IV: Atuação das Diretorias	45
<i>Atuação das diretorias sob a presidência de:</i>	45
Edith de Magalhães Fraenkel, 1927-1938; Hilda Anna Krisch, 1938-1941; Edith de Magalhães Fraenkel, 1941-1943; Zaira Cintra Vidal, 1943-1947; Marina Bandeira de Oliveira, 1947-1948; Edith de Magalhães Fraenkel, 1948-1950; Waleska Paixão, 1950-1952; Glete de Alcântara, 1952-1954; Maria Rosa Sousa Pinheiro, 1954-1958; Marina de Andrade Resende, 1958-1962; Clarice Della Torre Ferrarini, 1962-1964; Circe de Melo Ribeiro, 1964-1968; Amália Corrêa de Carvalho, 1968-1972; Glete de Alcântara, 1972-1974; Maria da Graça Simões Corte Imperial, 1974-1976.	
<i>Secretaria Executiva</i>	64
Ella Hasenjaeger, 1948-1951; Dulce Ferreira Pontes, 1950-1952; Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque, 1952-1959; Judith Feitosa de Carvalho, 1959-1960; Violeta Aragão de Araújo, 1960-1961; Maria Helena Ferreira de Aguiar, 1961-1962; Ida de Jesus Picanço, 1962-1964; Esther Moraes, 1964-1965; Neusa Aparecida Ramos, 1966-1967; Yoriko Hara (Kamiyama), 1967; Denise Ribeiro Cardoso, 1968; Clarice Della Torre Ferrarini, 1970-1976.	
Notas	67
CAPÍTULO V: Comissões Permanentes	68
<i>As Comissões Permanentes e o Estatuto</i>	63
Comissões criadas e extintas, de 1939 a 1965.	
<i>Atuação das Comissões</i>	71
Biblioteca, 1938-1946; Enfermagem de Saúde Pública, 1946-1963; Informações e Publicidade, 1944-1955; Intercâmbio Cultural e Profissional, 1946-1963; Finanças, 1949-1965; Assistência, 1955-1963; Relações Públicas, 1955-1963; Enfermagem Hospitalar, 1957-1963; Proteção à Maternidade e à Infância, 1957-1965; Defesa da Classe, 1963-1965; Assistência de Enfermagem, 1963-1976.	
Notas	90
CAPÍTULO VI: Seções Estaduais	94
Seção de São Paulo, 1945; Seção da Guanabara, 1946; Seção do Pará, 1950 (Amazônia, 1946); Seção de Minas Gerais, 1947; Seção da Bahia, 1948; Seção de Goiás, 1948;	

	Pág.
Seção de Pernambuco, 1949; Seção do Estado do Rio de Janeiro, 1949; Seção do Vale do Rio Doce, 1949; Seção do Rio Grande do Sul, 1950; Seção do Amazonas, 1950; Seção do Ceará, 1951; Seção de Sergipe, 1954; Seção do Espírito Santo, 1954/1975; Seção da Paraíba, 1954; Seção do Paraná 1958; Seção do Maranhão, 1958; Seção do Piauí, 1959; Seção de Mato Grosso, 1959; Seção do Rio Grande do Norte, 1960; Seção do Distrito Federal, 1960; Seção do Amapá, 1961; Seção de Santa Catarina, 1962; Seção de Alagoas, 1963.	
Notas	117

AGRADECIMENTOS

A todos que ajudaram a construir a História da ABEn e que possibilitaram este documentário; às colegas entrevistadas e às que enviaram, por carta, preciosas informações; a Edméa Cabral Velho, autora das primeiras pesquisas sobre a Associação; a Bertha Lucille Pullen, pela pronta resposta ao nosso apelo, rememorando fatos dos primeiros decênios; à Diretoria da Escola Ana Neri e à Diretoria da ABEn — Seção de São Paulo, que possibilitaram a pesquisa em seus arquivos; a Zaíra Cintra Vidal, pela doação de importante documento histórico; a Irmã Maria Tereza Notarnicola, pela presteza com que sempre procurou auxiliar; a Amália Corrêa de Carvalho, pelas preciosas sugestões e pelas muitas horas dispendidas na revisão do manuscrito; a Haydée Guanais Dourado, pela leitura final do texto; à Diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem que, pacientemente, esperou o término deste trabalho.

PREFÁCIO

Esta história levou cinquenta anos para ser vivida e cinco para ser contada. De princípios de 1970 a fins de 1975, muitos fatos foram pesquisados, analisados, testados e finalmente relatados; o teste final, porém, será feito pelo leitor atento e experiente que poderá, com suas observações e críticas, contribuir de modo eficaz para o aperfeiçoamento do trabalho.

Estudar os acontecimentos procurando determinar suas causas, conseqüências e repercussões na atualidade foi o alvo almejado, embora nem sempre totalmente atingido.

*Disse René Sedillot em seu livro *A História do Universo*: "Todos aqueles que figuraram na história da humanidade merecem deferência (...) Cada um deles ajudou a determinar a forma do mundo (...) Os fatos são muito numerosos para serem todos contados. O historiador concentra em um, porque este lhe parece ser o essencial (...)"*. Perdoem-nos, pois, todos aqueles que ajudaram a construir a *História da Associação Brasileira de Enfermagem*, que foram muitos e que, pelo volume dos fatos e pelo número de personagens, não puderam ser considerados.

Ao fazer o relato dos dados colhidos, foram adotados certos critérios visando, principalmente, a preservar a verdade histórica. Assim, procurou-se usar as siglas do nome da Associação de acordo com a época em que foram empregadas: ANEDB, até 1944; ABED, até 1954; ABEn, a partir dessa última data (1).

Para designar os congressos, foram empregadas as siglas: CNE n até o oitavo congresso, realizado em 1955, e CBE n a partir do nono, em 1956. A mesma norma foi adotada em relação a outras abreviaturas. Ressalte-se, porém, que o emprego destas foi limitado ao mínimo possível.

Na designação do profissional de enfermagem de nível universitário, o feminino enfermeira foi empregado até 1950 (2). Sa-

be-se que elementos masculinos associados nos três primeiros decênios, se houve, eram em número bastante reduzido, como continuam sendo ainda hoje. São poucos os homens que escolhem a enfermagem como profissão; até 1974, diplomaram-se apenas 477, de um total de 13.724 desses profissionais (cerca de 3%).

No XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Porto Alegre, em 1969, a questão do emprego da palavra enfermeira e não enfermeiro nas discussões foi levantada, com base nas normas gramaticais da língua portuguesa; a Assembléia de Delegados então realizada optou pela manutenção do vocábulo no feminino, acrescentando-se o designativo o ou os, entre parêntesis, no final da palavra.

Como, no entanto, este se trata de trabalho longo em que o termo focalizado é exaustivamente empregado, decidiu-se pelo uso genérico do masculino a partir de 1950 — respeitadas as citações — para não ferir a norma gramatical, embora seja esta, segundo opiniões feministas, preconceituosa e pouco democrática.

Referências bibliográficas simplificadas, que deveriam constar ao pé da página, assim como explicações mais extensas tidas como necessárias para a melhor compreensão do texto, foram colocadas no final de cada capítulo.

INTRODUÇÃO

“... vós que escreveis, tomai assunto igual às vossas forças, pesai longamente o que podem ou não agüentar vossos ombros”. HORÁCIO. (Citação de Hélio Fraga, em “Oração do paraninfo”, 1963).

A impressão causada pelo convite recebido da diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), em 1969, para rever e complementar o manuscrito sobre sua história foi, a princípio, de que a tarefa não seria difícil, mas, sim, fascinante e de grande satisfação pessoal. Com o decorrer do tempo e, à medida que toda a extensão do compromisso então assumido ia-se definindo mais claramente em nosso espírito, essa maneira de sentir desapareceu; em seu lugar ficou a convicção de que o peso da tarefa e a força dos ombros que a deviam sustentar não haviam sido convenientemente avaliados.

A primeira tentativa para reunir em uma única obra toda a gama de fatos que deveriam moldar a História da Associação Brasileira de Enfermagem foi feita por Marina de Andrade Resende durante o período em que ocupou a presidência da Associação (1958-1962) e, mesmo, algum tempo depois; o destino, porém, não permitiu que levasse a termo a idéia. O seu desaparecimento prematuro, em 1965, privou a ABEn de uma colaboradora de excepcional talento, integral dedicação e de grande força moral.

Em junho daquele ano a presidente Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) lembrou à diretoria que a História da Associação deveria ser escrita. Um só documento, contando suas lutas e vitórias, tornaria mais fácil a divulgação, entre os enfermeiros, da influência que a Associação vem exercendo, direta ou indiretamente, na vida profissional de cada um. O resultado desse tra-

balho ser a colocado à disposição dos associados como parte das comemorações do quadragésimo aniversário da ABEn, em agosto de 1966.

Aceita a sugestão, foi lembrado o nome de Edith de Magalhães Fraenkel para coordenar as atividades necessárias ao empreendimento e formar a "Comissão Especial do Histórico da ABEn". O trabalho deveria ser realizado até o mês de dezembro de 1965. Nova comissão especial seria então organizada para revisão e complementação do mesmo (1).

Atendendo ao convite, tratou logo a coordenadora de formar o grupo de trabalho, convidando a Irmã Maria Tereza Notarnicola, Clotilde Accioly de Carvalho, Heloísa Quintela Tanajura e Edméa Cabral Velho, para colaborarem com ela na pesquisa da documentação existente e na posterior elaboração do documento.

Para financiar a obra, Clarice Della Torre Ferrarini sugeriu fosse feita campanha junto a cinquenta associadas, cada uma contribuindo com vinte cruzeiros como doação. A campanha foi realizada entre as ex-alunas da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e membros da diretoria da ABEn. Com algumas outras doações, foi levantada e entregue à coordenadora da recém-criada Comissão Especial a quantia de um mil e duzentos cruzeiros.

As dificuldades encontradas foram muitas, motivadas, principalmente, pela falta de documentação referente ao período compreendido entre 1926, data da criação da ABEn, e 1938. O incêndio, verificado na sala que a Associação ocupava como sede provisória em 1951, destruiu grande parte dessa documentação, inclusive o primeiro livro de atas das reuniões então realizadas, considerado como a principal fonte de informações sobre esse período. Com relação ao incêndio, nenhuma referência foi encontrada nos arquivos da ABEn. Segundo Edméa Cabral Velho, o fato deu-se naquele ano, na sede da Liga Anti-Alcoólica, à Avenida Rio Branco, 161, esquina com a Rua do Rosário, Rio de Janeiro, onde funcionava a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. A falta dessa documentação obrigou o dedicado grupo a utilizar outros meios de investigação, principalmente a tradição oral, por meio de entrevistas.

Pelo volume de dados a colher, foi logo verificada a impossibilidade de concluir tão amplo programa em prazo tão curto (de agosto a dezembro de 1965). Em julho de 1967, a presidente informou às enfermeiras presentes ao XX Congresso Brasileiro de

Enfermagem (CBEn) que o *Histórico da ABEn* já se encontrava em fase de elaboração; de fato, a 6 de maio de 1968, ele foi entregue à diretoria, acompanhado de ofício assinado por Edith de Magalhães Fraenkel, com os seguintes dizeres:

“Tenho o prazer de passar às vossas mãos o Histórico da Associação Brasileira de Enfermagem elaborado por Edméa Cabral Velho, sob a minha orientação, auxiliada por Irmã Maria Tereza Notarnicola e por Clotilde Accioly de Carvalho.

O trabalho foi árduo. Edméa Cabral Velho foi incansável, mas o Histórico não está ainda bem completo. Parece-nos que seriam necessários talvez mais dois anos de pesquisa para se poder considerá-lo completo”.

Nesse trabalho, os principais fatos históricos da Associação Brasileira de Enfermagem foram concentrados em, aproximadamente, cento e sessenta páginas datilografadas; o assunto foi dividido em quarenta e cinco capítulos, a maior parte dos quais resumindo os fatos considerados de relevância acontecidos de 1938 a 1967.

A diretoria empossada em julho de 1968, cuja presidente era Amália Corrêa de Carvalho (1968-1972), indicou Waleska Paixão para rever o trabalho e sugeriu que fosse reformado e completado. Waleska Paixão, tendo deixado a direção da Escola Ana Neri, havia-se transferido para Sergipe a fim de dedicar o tempo, agora disponível, ao trabalho de ação comunitária, naquele Estado. Suas novas e múltiplas atividades e a distância que a separava do centro, onde estavam localizadas as principais fontes de consulta, impossibilitaram-na de realizar o que havia sido deliberado e o trabalho foi devolvido à diretoria, apenas com algumas sugestões para a sua reformulação.

Em 1969, de posse novamente do “Histórico”, a diretoria decidiu que deveria ser indicada outra associada que se dispusesse a estudar novamente o assunto e a realizar as tarefas anteriormente propostas. Alguns meses mais tarde, a autora foi convidada para reorganizar e completar a “História da Associação Brasileira de Enfermagem”, tomando como base as investigações já realizadas.

Ao dar início ao trabalho, reconheceu, de pronto, a impossibilidade de chegar a qualquer resultado satisfatório sem um conhecimento mais aprofundado de todos os fatos que constituíam ou estavam ligados à história da Associação. Assim pensando, deci-

diu recorrer a outras fontes de informação e às já analisadas, antes de iniciar tarefa de tão grande alcance.

Como primeiro passo foi feita a seleção do material bibliográfico pertinente, merecendo especial atenção as informações contidas nos vários volumes da *Revista Brasileira de Enfermagem* (1932-1975), fonte de inegável recurso histórico. Passou, em seguida, ao exame dos documentos oficiais da Associação, particularmente dos livros de atas das reuniões de seus órgãos de deliberação e de execução e de relatórios dos membros das diretorias e de comissões permanentes e especiais; os arquivos da ABEn, em sua antiga sede no Rio de Janeiro e os arquivos da Seção de São Paulo, foram extensamente examinados. Às recomendações emanadas dos Congressos Brasileiros de Enfermagem, realizados anualmente, foi também dada especial atenção; mostram elas, de maneira concreta, a participação ativa da ABEn nos problemas da classe.

Devido à escassez de dados sobre os primeiros anos de existência da Associação, foram feitas entrevistas com as pioneiras Zaíra Cintra Vidal, Izaura Barbosa Lima, Heloisa Maria Carvalho Velloso e Luiza de Barros Thenn de Araújo, enfermeiras integrantes dos grupos que se diplomaram pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EE Ana Neri) nos anos de 1925 e 1926, além de outras. Por ter sido essa Escola o berço da Associação, seus arquivos foram também examinados.

Outro meio ainda utilizado foi o envio de cartas a algumas enfermeiras solicitando o relato de fatos ocorridos em determinado período, sua confirmação ou simplesmente informações mais detalhadas sobre este ou aquele acontecimento. Colaboraram com respostas, Edméa Cabral Velho, Bertha L. Pullen, Hilda Anna Krisch, Marieta Valverde Legey e Ana Jaguaribe da Silva Nava.

O material assim recolhido foi ordenado em três partes, cada qual abordando um determinado aspecto da história da Associação.

A primeira, **ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**, consta de seis capítulos, nos quais estão narrados, em primeiro plano, acontecimentos ligados à origem da Associação. Procura-se também mostrar as modificações introduzidas em sua estrutura organizacional, destacando o papel que cada um dos seus elementos componentes desempenhou em favor da classe nesses primeiros cinquenta anos de vida da Associação.

Na segunda parte, **ENSINO E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM**, de cinco capítulos, tenta-se focalizar os acontecimentos

que influíram no progresso do ensino da Enfermagem, as circunstâncias que os determinaram e o desmedido esforço da Associação para elevar os padrões de prática profissional. Especial destaque foi dado às recomendações dos congressos anuais realizados pela Associação. Essa parte procura ilustrar, de maneira concreta, que nenhuma profissão se desenvolve a não ser quando seus membros se reúnem em uma associação de classe e juntos lutam na defesa de seus interesses e bem-estar que, em última análise, refletem os próprios interesses e bem-estar do público consumidor.

Os fatos de ordem mais geral, alguns dos quais considerados de grande alcance na história da Associação foram incluídos na terceira parte, intitulada REALIZAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DA ABEn. Cuida, também, esta parte de demonstrar o apreço da Associação a todos aqueles que prestaram ou ainda prestam serviços desinteressados ou contribuem de maneira relevante para o desenvolvimento da enfermagem, em nível nacional.

Dois propósitos orientaram esta esquematização: apresentar os dados históricos de modo a constituírem recurso de fácil consulta, e, documentar os esforços desenvolvidos pelos órgãos executivos da ABEn para conseguir realizar os objetivos determinados em seu estatuto.

A ABEn é o que são seus membros; sua força está na essência de sua natureza, as seções estaduais, às quais aqueles estão ligados. Sua história só será completa quando incluir a história de cada uma dessas forças. Enquanto tal não acontece, que os fatos aqui narrados esclareçam os enfermeiros descrentes da vitalidade e do dinamismo da ABEn e inspirem os futuros colaboradores para que o ideal — ABEn — continue a ser sempre uma grande realidade.

NOTAS

PREFÁCIO

1. A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) foi criada em 1926 como Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas; em 1929, foi oficializada com a denominação de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB); em 1944, essa denominação foi mudada para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), passando à designação atual, Associação Brasileira de Enfermagem, em 1954.

2. De 1925 a 1935, as diplomadas pela Escola Ana Neri foram as únicas de alto padrão do país. De acordo com Bertha Pullen, até 1939 a Associação contava apenas com enfermeiras dessa Escola que, por muito tempo, somente admitiu estudantes do sexo feminino.

INTRODUÇÃO

I. Informações sobre as atividades da Comissão Especial para Estudos da História da ABEn serão encontradas: 1) no Livro de Atas de reuniões da diretoria, n.º 5 — reuniões de junho e agosto de 1965, janeiro de 1966, agosto de 1968, março de 1969; 2) na Revista Brasileira de Enfermagem, de agosto de 1966, pp. 455 e 500; agosto de 1967, p. 388; 3) no relatório final da Comissão entregue à diretoria, nos arquivos da sede da ABEn.

PRIMEIRA PARTE

**ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**

I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) tem sua origem estreitamente ligada à Escola de Enfermagem Ana Neri da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EE Ana Neri), criada em 1922, e regulamentada em 1923, em regime de subordinação ao Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) do então Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Para melhor compreensão de sua origem, acredita-se válida uma narração sucinta dos fatos que antecederam a criação dessa Escola e a evocação das figuras que se destacaram nos períodos anterior e imediatamente posterior àquele acontecimento.

Por aquela época, década de vinte, o Brasil contava com uma população de 30.635.605 habitantes dos quais 15.191.787 (49,6%) pertenciam ao sexo feminino.

Entre os maiores de 15 anos, apenas 6.155.567 “sabiam ler”, ou seja, 20% da população.

A população da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, era de 1.157.873 habitantes (3,78% do total) dos quais cerca de 38% iletrados (1).

O sistema educacional do país procurava dar, pelo menos, instrução primária a uma parte da população; o preparo profissional ficava reservado a uma elite que podia freqüentar escolas particulares, existentes em maior número. Dessa elite, o sexo masculino devia seguir uma carreira. Por isso tinha prioridade, na família, para a instrução profissional, universitária. Às mulheres estava re-

servado um certo preparo acadêmico e muito boa formação para o lar.

Apesar de ser essa a situação aceita pela sociedade da época, notava-se já certa mudança de atitude por parte do sexo feminino, no sentido de conseguir também um lugar nas universidades, no comércio e no campo profissional. O movimento feminista liderado por Bertha Lutz, nessa época, teve grande influência na modificação da posição da mulher, tanto na restrita área familiar como na própria sociedade.

Com relação à saúde, a situação também não era satisfatória, tomando-se como base a cidade do Rio de Janeiro. Em artigo publicado em *Anais de Enfermagem* em 1932, Edith Fraenkel (2) retratou, de maneira sucinta, a chocante realidade da situação de saúde da população nesse período da nossa história e a inquietação então reinante no Departamento Nacional de Saúde Pública com os problemas de Higiene e Saúde Pública. Disse a autora:

“... O nosso acordar foi lento. Nos hospitais, as Irmãs de Caridade cuidavam dos nossos doentes e em nossas casas sempre se encontrou alguém disposto a passar a noite em claro para dar medicamento à hora certa.

Era isto suficiente, sendo a maioria de nosso povo sem instrução, minada por taras? Então este povo, que forma o nosso país, poderá progredir ou desenvolver-se com a doença a corroer-lhe o organismo, muitas vezes por ignorar as mais rudimentares regras de higiene? Como auxiliá-lo? Como abrir-lhe os olhos? Qual será o futuro desta raça (sic) que traz consigo, a abater-lhe a energia, a obscurecer-lhe a inteligência, taras que se multiplicam sob condições tão precárias?

(..) Alguns dos seus médicos, conhecedores dos métodos usados em outros países, principalmente nos Estados Unidos, viram que somente um serviço de enfermeiras de saúde pública poderia solucionar este grande problema de higiene e saúde pública”.

INÍCIO DO ENSINO DE ENFERMAGEM NO BRASIL

1890 A primeira providência no sentido de sistematizar o preparo de pessoal para o cuidado dos doentes foi tomada em 1890. Nesse ano, pelo Decreto n.º 147-A do novo Governo Republicano, o hospital para doentes mentais “Hospício Pedro II”, que havia sido

construído na chácara Praia Vermelha, deixou de ser dirigido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e passou para o controle direto do Governo, com o nome de Hospício Nacional de Alienados.

As irmãs de caridade, até então responsáveis pela administração interna do hospital, foram excluídas do trabalho na seção masculina que foi entregue a *enfermeiros* e aos guardas. As irmãs sentiram-se diminuídas em sua autoridade com o novo sistema implantado e decidiram abandonar o hospital, que ficou quase que completamente sem recursos de pessoal (3).

Para que fato semelhante não acontecesse no futuro, os responsáveis pela sua direção decidiram criar uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras nos moldes da existente em Salpêtrière, na França, o que aconteceu no dia 27 de setembro de 1890, pelo Decreto n.º 791 do Governo Provisório da Segunda República dando, assim, início oficial ao ensino de Enfermagem no Brasil (4).

A finalidade desse curso, de dois anos de duração, era preparar enfermeiros de ambos os sexos para trabalhar nos hospícios e hospitais civis e militares. Para ser admitido, o candidato deveria saber ler e escrever e conhecer aritmética elementar. O ensino, efetuado três vezes por semana, era feito "pelos internos e inspetoras, sob a fiscalização do médico e superintendência do diretor geral". Consistia em adquirir noções práticas de propedêutica clínica, anatomia, fisiologia, higiene hospitalar, curativos, pequena cirurgia, cuidados especiais a certas categorias de enfermos, aplicações balneoterápicas e noções gerais de administração interna e escurituração do serviço sanitário e econômico das enfermarias.

A existência desse curso há mais de dez anos não impediu que Jane A. Jackson escrevesse, no relatório enviado ao I Congresso Internacional de Enfermeiras realizado pelo Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) (5), em Buffalo, EUA, em 1901, que não havia "escolas para treinamento de enfermeiras no Brasil e que o cuidado aos pacientes no hospital de doentes mentais estava entregue a Irmãs francesas" (6). Jane A. Jackson era, por essa época, supervisora (Matron) e superintendente do Hospital da Associação dos Estrangeiros, fundada em 1893, no Rio de Janeiro, e representou a Enfermagem do Brasil naquele congresso.

Desde 1914, a Cruz Vermelha Brasileira (7) mantinha um curso de pequena duração para voluntárias, dirigido e administrado por médicos, cuja finalidade era preparar senhoras e moças da so-

cidade que desejavam servir o País tanto em tempo de guerra como em tempo de paz.

1916 Em março de 1916, foi criada a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio de Janeiro. A finalidade do curso era preparar socorristas voluntárias para situações de emergência. Para o ingresso era exigido o certificado do primário. O primeiro grupo diplomou-se com apenas um ano de estudos, mas a partir de 1917, o curso passou a ser de dois anos de duração.

1920 Com o intuito de melhorar os padrões de cuidados médicos, utilizando outros profissionais do campo da saúde, Amaury de Medeiros criou, em 1920, na Escola da Cruz Vermelha, um curso para visitadoras sanitárias.

Os produtos de todas essas louváveis realizações não foram, porém, da qualidade desejada pelos médicos do Departamento Nacional de Saúde Pública, nem considerados adequados às necessidades da situação então vigente.

A reorganização da Saúde Pública em 1920, no Rio de Janeiro, e as constantes viagens de estudos de médicos brasileiros à Europa e aos Estados Unidos fizeram surgir nova mentalidade sobre o papel que a enfermeira poderia desempenhar nos programas gerais de saúde da população.

Criada a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose, conseguida por José Plácido Barbosa, foi logo percebida a falta de um elemento que servisse de elo entre o dispensário e o lar e esse elo deveria ser a enfermeira. Assim, para solucionar os problemas de Higiene e Saúde Pública, tornava-se necessária a organização de um serviço de enfermeiras de Saúde Pública. Pouca valia teriam os cuidados prestados nos dispensários se faltassem orientação e assistência às famílias expostas ao contágio.

Como solução de emergência, uma vez que não havia pessoal preparado para desempenhar tal atividade, um grupo de senhoras foi organizado para visitar os doentes em suas casas e orientar as famílias quanto ao tratamento e aos perigos de contágio. Essa idéia inicial deu origem, mais tarde, à formação das "visitadoras de higiene sanitária".

Por essa época o Departamento Nacional de Saúde Pública passava por uma fase de franco desenvolvimento sob a orientação de Carlos Chagas, seu Diretor Geral. Este, em uma de suas visitas aos Estados Unidos, quando teve oportunidade de observar os

serviços de Higiene e Medicina Preventiva, e, inspirado por Plácido Barbosa e J. P. Fontenelle, solicitou a cooperação e assistência do Serviço Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller para a organização, no Brasil, de um serviço de enfermeiras de Saúde Pública que pudesse auxiliar no progresso das várias atividades do Departamento, mediante controle dos pacientes tratados nos dispensários do Rio de Janeiro. Nesse movimento estão as raízes da criação da Escola de Enfermagem Ana Neri.

CRIAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMEIRAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA — ESCOLA ANA NERI

Dos entendimentos referidos anteriormente resultou a vinda da enfermeira norte-americana Ethel O. Parsons, do Serviço Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, que passou a chefiar a Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. Ethel Parsons aqui chegou em 2 de setembro de 1921, com a incumbência de estudar a situação e fazer recomendações ao governo brasileiro sobre o programa a ser seguido. 1921

Como primeira providência para ajustar as idéias do sistema norte-americano às necessidades do Brasil, foi criado o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, no mesmo nível de autoridade dos demais serviços do Departamento e ao qual deveriam ficar subordinadas todas as outras atividades de enfermagem existentes ou a serem iniciadas (8) 1922

A criação da Escola de Enfermeiras foi o segundo passo, uma vez que era imprescindível que o próprio país fornecesse pessoal adequadamente preparado para auxiliar na solução dos problemas de saúde da sua população (9).

Para dar andamento ao Serviço de Enfermeiras e organizar a recém-criada escola foram enviadas ao Brasil, em 1922, mais treze enfermeiras da Missão Técnica, sete para os serviços de Saúde Pública e seis para a Escola. Fazia parte desse primeiro grupo Clara Louise Kieninger que viria a ser a primeira diretora da Escola (1922-1925).

O código sanitário elaborado por Carlos Chagas, do qual resultou o Decreto n.º 16 300, de 31 de dezembro de 1923, que aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1923

formalizou as providências sugeridas para elevar o padrão dos serviços de saúde do país com o auxílio de enfermeiras tecnicamente preparadas. O capítulo XII desse decreto foi dedicado ao Serviço de Enfermeiras, destinado aos trabalhos técnicos do Departamento Nacional de Saúde Pública, subordinado à sua diretoria geral. Esse serviço tinha "a seu cargo uma escola para instruir e diplomar enfermeiras, sob a jurisdição de uma diretora subordinada à superintendente geral". O capítulo XIII cuidava da regulamentação da Escola de Enfermeiras, criada um ano antes pelo Decreto n.º 15 799, de 10 de novembro de 1922, anexa ao Hospital Geral de Assistência daquele departamento.

Para acudir as necessidades mais prementes da comunidade e como solução de emergência, enquanto eram feitos esses estudos e ultimados os preparativos para a abertura da escola, foi organizado um curso rápido e intensivo para "visitadoras de higiene", primeiro de seis e depois de dez meses de duração. Para esse curso foram aproveitadas algumas das visitadoras que já estavam trabalhando e algumas senhoras voluntárias. Dentre as visitadoras, encontrava-se Edith de Magalhães Fraenkel que, em 1922, seguiu para os Estados Unidos a fim de fazer o curso regular de Enfermagem, de três anos de duração (10).

Desde o início dos entendimentos, o diretor geral do DNSP, Carlos Chagas, com uma clara visão das possibilidades do desenvolvimento futuro da Enfermagem no Brasil, determinou que a escola deveria ser criada de acordo com os mais elevados padrões de ensino existentes na época. Deveriam, portanto, ser aceitas somente estudantes bem qualificadas, que tivessem o diploma de Escola Normal ou equivalente (11).

Uma vez que a direção da escola e o ensino de Enfermagem deveriam ser entregues somente a enfermeiras, foi solicitado novamente o auxílio da Fundação Rockefeller que para cá enviou outro grupo de profissionais constituído de seis enfermeiras: uma para os serviços de Saúde Pública e cinco para a Escola (12). Essas, assim como as do primeiro grupo e as que as substituíram, deveriam atuar como instrutoras e supervisoras das diversas zonas em que haviam sido distribuídos os distritos do Rio de Janeiro ou como instrutoras da Escola, responsabilizando-se também pela supervisão das unidades de enfermagem do hospital campo de prática. Ambos os grupos deveriam servir até que as diplomadas brasileiras as substituíssem em seus postos.

De 1921 a 1931, prestaram serviços no Brasil trinta e duas enfermeiras da Missão Técnica, das quais vinte e cinco eram norte-

americanas, duas inglesas, duas holandesãs, uma canadense, uma norueguesa e uma belga. O tempo de permanência no Brasil, de cada uma, que deveria ser de dois anos, variou de alguns meses a dez anos. O período de 1923 a 1925 contou com quinze enfermeiras da Missão; esse número foi decrescendo até 1931, quando as duas últimas voltaram para os Estados Unidos: Ethel Parsons, até então na superintendência geral do Serviço de Enfermeiras, e Bertha L. Pullen, que se encontrava na direção da Escola. Esta retornou ao Brasil e a esse mesmo posto em 1934, nele permanecendo até 1938. Do grupo que participou da Missão, doze eram enfermeiras de Saúde Pública, dezessete vieram como instrutoras-supervisoras e três para a direção da Escola.

A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública começou a funcionar no dia 19 de fevereiro de 1923, com treze alunas residentes, das dezesseis admitidas. Segundo Ethel Parsons "uma casa pequena, ao lado do hospital, foi alugada e, com algumas reformas, adaptada para salas de aula e residência para as diplomadas e (...) estudantes" (9).

Em abril de 1926, a residência das estudantes e instrutoras que então já funcionava à rua Valparaíso, na Tijuca, passou para as instalações do prédio que fora construído para ser o Hotel Sete de Setembro, na Avenida Rui Barbosa (13). Pelo Decreto n.º 17 268, de 31 de março de 1926, a escola passou a denominar-se Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri. Foi elevada a escola oficial padrão, pelo Decreto n.º 20 109/31, quando foi designada simplesmente Escola de Enfermeiras "Ana Neri". Em 1937, a Lei n.º 452 de 5 de julho incorporou-a à Universidade do Brasil como instituição de ensino complementar, com completa autonomia. Bertha Pullen, diretora na época, assim descreveu o fato: 1926

"Em meados de março de 1937 descobriu-se quase acidentalmente que uma nova reforma na Universidade estava sendo discutida no Congresso e que a Escola Ana Neri estava incorporada nesse plano como uma escola para Enfermagem e Serviço Social.

Uma proeminente Congressista de São Paulo, Carlota de Queiroz, muito interessada em serviço social mas completamente desinformada sobre enfermagem, submeteu um projeto de reforma da Escola Ana Neri de modo que esta ficasse também responsável por um curso de

serviço social, sem fazer nenhuma consulta à enfermagem. Esforços foram feitos para retirar as palavras “serviço social” da cláusula, mas a oposição foi muito grande” (3).

Esse ato separou completamente a Escola do Serviço de Enfermagem: a primeira passou a funcionar na Universidade, cuja subordinação administrativa era ao Departamento Nacional de Educação e o último continuou no DNSP.

Pelo Decreto n.º 21 321, de 18 de junho de 1946, que aprovou o Estatuto da Universidade do Brasil, a Escola foi definitivamente integrada à mesma Universidade como estabelecimento de ensino superior.

O curso, de início, tinha a duração de dois anos e quatro meses, estes últimos dedicados à especialização em “Enfermagem de Saúde Pública, enfermagem clínica ou administração hospitalar” (14); passou, em 1926, para dois anos e oito meses e, em 1928, para trinta e quatro meses, ou seja, quatro anos de duração.

Como órgão máximo da Enfermagem no Brasil, o Serviço de Enfermeiras do DNSP era responsável administrativamente pela Divisão de Saúde Pública e pela Divisão de Instrução, à qual a Escola Ana Neri estava vinculada. Esta contava com uma diretora que respondia junto à superintendente geral daquele serviço pelo progresso e engrandecimento da Escola e bom andamento dos serviços de Enfermagem do Hospital.

Rememorar essas particularidades teve como único intento mostrar a unidade de pensamento e de propósitos que existiu entre a direção da Escola e a Superintendência do Serviço de Enfermeiras. As ações são, geralmente, fruto de longas reflexões interiores ou de influências recebidas do mundo exterior, muitas vezes sem que a consciência, de início, delas se aperceba. Compreende-se, dessa maneira, a grande influência que as idéias, experiências e métodos de organização e execução das enfermeiras que ocuparam esses postos deve ter exercido nas ações das estudantes e primeiras diplomadas.

Uma rápida descrição de traços de suas marcantes personalidades poderá trazer alguma luz sobre o caminho que foi seguido para chegar à criação de uma associação de classe e de sua sobrevivência nos seus primeiros anos de vida.

PRIMEIRAS FIGURAS DE RELEVO NA ENFERMAGEM BRASILEIRA

Ethel O. Parsons ocupou o cargo de superintendente geral do Serviço de Enfermeiras, de 2 de setembro de 1921 a 3 de setembro de 1931, quando deixou definitivamente o Brasil.

Clélia Allevato (15), sua secretária durante esses dez anos, descreve-a como uma criatura inteligente, dinâmica e idealista: elegante e de porte altivo, olhava sempre para a frente e para o alto, infundia respeito e, talvez, certo temor a estudantes e recém-diplomadas; eram poucas as que a ela se achegavam com mais frequência e, entre essas, contava-se Edith M. Fraenkel que mais tarde a substituiria no cargo. Sua preocupação constante era assegurar para a profissão, no Brasil, de maneira definitiva, um alto nível de preparo e de exercício (16).

Dentre as muitas medidas por ela levadas a efeito para o desenvolvimento da Enfermagem, tem significativa relevância o terreno que preparou para a promulgação do Decreto n.º 20 109/31, que regulou o exercício da Enfermagem no país até o advento da Lei n.º 2 604/55.

Apresentou, assim que o primeiro grupo de alunas terminou o curso em 1925, uma exposição de motivos solicitando "Registro de Estado" para as novas enfermeiras. Constava da justificativa: "espera-se pelo menos que o título de Enfermeira Diplomada, Enfermeira Graduada ou outro similar, possa ser dado por escolas regularmente organizadas e dirigidas. Esta garantia elementar não pode ser recusada à nova profissão". O pedido nunca foi apreciado pelo Congresso embora contasse com a simpatia do Ministro da Justiça da época (17).

O Decreto n.º 20 109, de junho de 1931, foi a grande conquista das enfermeiras. Ethel Parsons pôde, assim, partir tranqüila, deixando "nas mãos de enfermeiras brasileiras hábeis e muito capazes" toda a responsabilidade pela direção dos trabalhos daí por diante.

Referindo-se a Ethel Parsons por ocasião de seu falecimento a 13 de novembro de 1953, disse Manoel José Ferreira:

"Mais talvez do que o alto nível técnico que Ethel Parsons tinha emprestado na época à Escola Ana Neri, devemos-lhe todos, a impregnação da mística da enfermagem, da nobreza da profissão, da dignidade necessá-

ria à formação profissional, o senso de ética e responsabilidade que sem dúvida a ela devem todas as que vieram pelo tempo afora se entregando a esse honroso mister.

(..) É necessário que os que como eu, tendo tido a ventura de assistir a esse nascimento e acompanhar-lhe a evolução, não percam a oportunidade de deixar aos da geração que nos sucede, o panorama em que viveram aqueles cujo desaparecimento não deve permitir o olvido do que realizaram de fundamental e imperecível.

(..) Para deixar o futuro da profissão nas mãos da classe estimulou e ajudou a criar a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, filiando as enfermeiras brasileiras ao Conselho Internacional de Enfermeiras" (18).

Sobre o início da enfermagem moderna no Brasil, disse Ethel Parsons: "Não é exagero dizer que na maneira de pensar da média das pessoas, no Brasil, a posição de uma enfermeira não é mais elevada do que era na Inglaterra antes do advento da santa padroeira de todas as enfermeiras, Florence Nightingale. Considerando o preconceito nacional e tradicional, a resposta das mulheres brasileiras ao convite para entrar na Escola de Enfermagem foi tão satisfatória quanto se podia esperar do que era (para elas) uma extrema aventura (..) As que foram admitidas mostraram um espírito de devoção e idealismo edificantes, a par de excelente habilidade na execução e energia no trabalho" (9).

Edith de Magalhães Fraenkel — foi a segunda e última superintendente geral do Serviço de Enfermeiras do DNSP; permaneceu nesse posto de 1931 a 1940.

Antes de seguir para os Estados Unidos, em 1922, Edith Fraenkel havia feito o curso de Enfermagem de guerra na Cruz-Vermelha Brasileira, em 1918. Trabalhou na Inspeção de Tuberculose do DNSP como uma das suas primeiras visitadoras, onde fez um curso rápido em 1920.

Tendo revelado desde cedo capacidade e pendores para liderança, ao lado de grande potencial para o trabalho, foi escolhida para se preparar a fim de, futuramente, ocupar o cargo de Superintendente Geral. Aceitando sugestão de Ethel Parsons e com auxílio da Fundação Rockefeller, seguiu para os Estados Unidos para fazer o curso de Enfermagem na Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Filadélfia, onde permaneceu de março de 1922 a maio de 1925; de maio a novembro visitou escolas e serviços de

Enfermagem do Canadá e nesse mesmo mês voltou ao Brasil. Foi, portanto, a primeira brasileira a fazer o curso de Enfermagem de três anos completos.

Aqui chegando, foi logo designada para substituir a primeira instrutora americana, Anita Lander, que precisava voltar para os Estados Unidos. Esse fato mereceu atenção especial de Clara Louise Kieninger, diretora da Escola que, no relatório anual de 1925, referiu-se a ele como a mudança mais importante havida no corpo docente, isto é, a primeira substituição de uma enfermeira norte-americana por uma brasileira.

Permaneceu como instrutora da Escola, de novembro de 1925 a junho de 1927, quando foi substituída por Olga Salinas Lacorte que havia sido preparada especialmente para essa tarefa. Naquele ano, 1927, (19) foi transferida, como supervisora, para o Serviço de Enfermagem de Saúde Pública. Passou mais tarde a assistente de Ethel Parsons.

Ainda quando superintendente geral, teve seu retrato inaugurado no Salão de Honra da Escola, em cerimônia realizada no dia 9 de maio de 1932, data do seu natalício.

Ao deixar a superintendência geral do Serviço de Enfermeiras em 1940, foi posta em disponibilidade junto ao governo do Estado de São Paulo para organizar uma escola de Enfermagem, que viria a ser a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

As ex-alunas de Edite Fraenkél nessa Escola retratam-na como pessoa enérgica, de poucas palavras, poucas amigadas e extremamente devotada à Enfermagem, que defendia com todo vigor. Sempre atenta a tudo o que se referisse à profissão, qualquer medida que pudesse engrandecê-la tinha seu inteiro apoio e podia contar com seu estímulo e auxílio. O reverso era verdadeiro: o extremo zelo com que procurava cuidar dos assuntos de Enfermagem levava-a a não aceitar nada que supunha prejudicar a profissão. Essa sua atitude causou-lhe, não raras vezes, aborrecimentos e muitas incompreensões, agravadas ainda pela sua extrema convicção feminista.

Fazia enfermagem pela enfermagem, por isso lançava as idéias ou organizava grupos de trabalhos em situações de emergência sem se preocupar com o reconhecimento público ou com que seu nome, ou mesmo o da Escola, fossem postos em evidência.

Seu modo de pensar e suas atitudes parecem ter recebido alguma influência da forte personalidade de Lillian Clayton, diretora da escola em que se diplomou, na Filadélfia.

A revista *Anais de Enfermagem* abre o seu número três, de abril de 1934, com a tradução de artigo publicado no "American Journal of Nursing" de junho de 1930, como uma justa homenagem à memória de S. Lillian Clayton, escrito por membros da Associação do Governo das Estudantes daquela escola.

Quem foi e o que fez Lillian Clayton?

Seu nome está intimamente ligado ao Hospital Geral de Filadélfia onde foi superintendente do Serviço de Enfermagem, diretora e professora de Ética da Escola de Enfermagem desse hospital. Fizeram curso de aperfeiçoamento nessa escola várias diplomadas brasileiras, a partir de 1925.

Segundo Edith Fraenkel, Lillian Clayton costumava repetir em suas aulas de Ética que "para uma profissão se desenvolver e progredir, precisa ter uma Associação e uma Revista". De vocação missionária, fez da prestação de cuidados aos pacientes e da formação de enfermeiras o principal objetivo de sua vida. A influência que exerceu sobre muitas centenas de jovens, como atestam suas ex-alunas, foi das mais elevadas e edificantes.

Clara Louise Kieninger — foi a primeira diretora da Escola Ana Neri, posição que ocupou de fevereiro de 1923 a julho de 1925. Decidiu, logo de início, instituir no internato a Associação do Governo Interno das Alunas, sob a orientação de Anita Lander, instrutora das alunas.

Essa Associação, com regimento próprio, tinha por finalidade preparar a estudante para a vida social e desenvolver a capacidade de expressão e de julgamento. Dela fazia parte um Conselho de Estudantes, responsável pela disciplina e pela programação de reuniões sociais na Escola. Esperava-se que, no exercício dos seus diversos cargos, as alunas tivessem oportunidade de demonstrar e desenvolver suas habilidades de direção e execução. A diretoria da Associação fazia parte do Conselho, que contava com presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira, e representante de classe. Foi presidente do Conselho em 1925, Rimidia Bandeira de Souza Gayoso, escolhida para o cargo de presidente da diretoria provisória da "Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas", criada em agosto de 1926 (20).

Bertha Lucile Pullen — terceira diretora da Escola Ana Neri, retornou para os Estados Unidos em julho de 1931, deixando a direção com a primeira diretora brasileira, Rachel Haddock Lobo.

Com a morte prematura desta em setembro de 1933, Bertha Pullen, que exercia o cargo de "Associate Dean" na Escola de Enfermagem da Universidade Baylor em Dallas, Texas, Estados Unidos, ofereceu-se para voltar ao Brasil e auxiliar a Escola até que outra enfermeira brasileira fosse preparada para dirigi-la.

Antes de retornar para os Estados Unidos pela primeira vez, em 1931, deixou esboço de estudo para o projeto de incorporação da Escola à Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, o que sucedeu durante o período de sua segunda gestão, de 1934 a 1938.

Nos artigos que publicou em Anais de Enfermagem, entre 1934 e 1937, procurou incentivar as enfermeiras a pertencerem à Associação de classe.

Rachel Haddock Lobo — serviu na França em 1918 como voluntária da Cruz Vermelha Brasileira. Em 1922 voltou àquele país para fazer o curso de Enfermagem, de dois anos de duração, na Escola de Enfermagem da Assistência Pública, em Paris. Diplomou-se em setembro de 1924.

Retornando ao Brasil, fez os quatro últimos meses do curso em Enfermagem de Saúde Pública, na Escola Ana Neri, para complementar sua formação (17).

Em junho de 1925, começou a trabalhar na Fundação Gaffrée Guinle, organização destinada a eliminar as moléstias venéreas. Passou nesse mesmo ano para a Divisão de Saúde Pública, como supervisora.

Convidada por Ethel Parsons para dirigir a Escola de Enfermeiras Ana Neri, seguiu para os Estados Unidos em maio de 1927, para aperfeiçoar-se. Entre os hospitais e escolas que freqüentou, estão o Hospital Geral de Filadélfia e o "Teachers College" da Universidade de Columbia, Nova York. Voltou para o Brasil em dezembro de 1929, indo logo atuar como assistente da diretora dessa Escola, cargo que ocupou até 30 de junho de 1931, quando foi designada diretora. Nesse cargo permaneceu até sua morte em setembro de 1933.

Bertha L. Pullen, que a substituiu na direção da Escola, disse a seu respeito: “durante seu curto período de vida, como vice-diretora e diretora dessa Escola, fundou a Revista *Anais de Enfermagem* e foi muito ativa na Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, Associação para o Progresso da Mulher, Associação Cristã de Moças (...) e em muitas outras atividades (...) Sobrecarga de trabalho fez ressurgir doença física latente que provocou sua morte prematura” (3). Apesar de afastada, por doença, já há alguns meses, sua morte foi um choque tanto para o corpo médico como para o de enfermagem, escreveu Pullen, em carta dirigida à autora, em novembro de 1972.

NOTAS

CAPÍTULO I

1. Anuário Estatístico do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1971 pp. 39 e 41.

2. Superintendente Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), de 1931 a 1940, diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, de 1942 a 1955. Falecida a 5 de abril de 1968.

3. Historical Aspects of Nursing in Brasil — Bertha Lucille Pullen, 1939, pp. 18 e 19. Cópia datilografada deste trabalho foi doada à ABEN por Zaíra Cintra Vidal, em 1972.

Pullen cita “Notícias Históricas dos Serviços, Instituições e Estabelecimentos pertencentes a esta repartição, elaborados por ordem do respectivo Ministro de Justiça e Negócios do Interior”, Imprensa Nacional, 1898, pp. 15 a 20, de Amaro Cavalcanti, quando se refere às primeiras tentativas para organização de hospitais no Rio de Janeiro.

4. Decreto n.º 791/1890, de 27 de setembro de 1890 “Crêa no Hospício Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras”. Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República. José Cesário de Faria Alvim, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior.

Sobre as primeiras tentativas de organização do ensino de Enfermagem, consultar o trabalho de Marina Andrade Resende “Ensino de Enfermagem”, elaborado a pedido da Confederação Nacional da Indústria, SESI e SENAI, em 1960, Rev. Bras. de Enf., abr. de 1960, p. 110. Izaura Barbosa Lima também trata do assunto em “Problemas relativos à Enfermagem de Saúde Pública”, Anais de Enfermagem, jan. 1952, p. 84.

5. ICN — Criado em 1899, por Ethel Bedford Fenwick, na Inglaterra. Entre as enfermeiras brasileiras a sigla adotada foi a da denominação em inglês, isto é, International Council of Nurses.

Anais de Enfermagem de setembro de 1938 publicou o “Histórico do Conselho Internacional de Enfermeiras”, de Bertha Pullen.

6. Jane A. Jackson — Nursing in Brazil. Cópia xerográfica do relatório, enviada pelo Conselho Internacional de Enfermeiras em 1974.

7. A Cruz Vermelha Brasileira foi organizada em 1910, e reconhecida pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha, em 1912.

Decreto n.º 2380/1910, de 31 de dezembro de 1910 — Regula a existência das Associações da Cruz Vermelha, que se fundarem de acordo com as convenções de Genebra de 1864 e 1906.

Decreto n.º 9620/1912, de 13 de junho de 1912 — Declara de caráter Nacional a Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira.

8. Para melhores esclarecimentos sobre a criação do Serviço de Enfermeiras do DNSP, consultar os artigos de Rosaly Taborda e Edith Fraenkel publicados em Anais de Enfermagem, de janeiro de 1932, e abril e outubro de 1934, respectivamente.

O artigo de Edith Fraenkel traz, na segunda parte, informações resumidas sobre a "Missão de enfermeiras americanas" e sobre a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras.

Consultar, também, as teses de Glete de Alcântara e Haydée Guanaes Dourado, respectivamente, "A Enfermagem moderna como categoria profissional; obstáculo à sua expansão na sociedade brasileira" e "Enfermeiros para o Nordeste em desenvolvimento".

9. Ethel Parsons, "Modern Nursing in Brazil", American Journal of Nursing", junho de 1927, p. 443.

10. Decreto n.º 15799/22, de 10 de novembro de 1922 — aprova o regulamento do Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional de Saúde Pública. Esse hospital havia sido criado com o nome de Hospital São Francisco de Assis, sua atual designação.

Essa escola foi a primeira criada nesse padrão de ensino de Enfermagem, e única durante dez anos. Em 1933, começaram a funcionar as Escolas Carlos Chagas (atual E E da Universidade Federal de Minas Gerais) e a E. E Florence Nightingale, em Goiás.

As primeiras diretoras da Escola Ana Neri foram: Clara Louise Kieninger (1923-1925); Loraine Geneviève Dennhardt (1925-1928); Bertha Lucille Pullen (1928-1931); Rachel Haddock Lobo (1933-1934); Bertha L. Pullen (1934-1938); Laís Netto dos Reys (1938-1950).

Sobre a abertura da Escola e do curso de emergência de dez meses, consultar o relatório referente ao ano de 1923, em seus arquivos.

11. Do relatório da Escola, correspondente ao ano de 1924, foi tirado o seguinte trecho: "Dr. Carlos Chagas continua dando inteiro apoio à Escola. Em recente pronunciamento ele disse: "A criação de uma Escola de Enfermagem no Brasil é um dos acontecimentos que fazem uma época em sua história, e não é secundária em importância à eliminação da febre amarela pelo Dr. Oswaldo Cruz".

12. A enfermeira de Saúde Pública foi Clara Walther Curtis, que alguns anos depois foi diretora da Divisão de Enfermagem da Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP). Permaneceu naquele programa de abril de 1923 a março de 1926.

13. Por iniciativa de Carlos Chagas, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública e Afonso Pena Junior, Ministro da Justiça.

14. Artigo 401 do Decreto n.º 16300/23, de 31 de dezembro de 1923.

15. Clélia Allevato nunca se afastou da ABEn; foi secretária de Ethel Parsons e Edith M. Fraenkel durante o tempo em que estas estiveram na Superintendência do Serviço de Enfermeiras do DNSP, passando depois para o Ministério da Saúde; e, como sua representante, colaborou nos Congressos Brasileiros de Enfermagem. Após a aposentadoria, responsabilizou-se, com toda dedicação, pelos trabalhos de datilografia e pela manutenção da antiga sede da ABEn no Rio de Janeiro, posição que deixou em 1975, por motivo de doença.

16. Lourival Ribeiro, na época presidente da Sociedade Brasileira de Tuberculose, em artigo publicado em Anais de Enfermagem de março de 1954 — "Velhos e novos conceitos sobre os profissionais de enfermagem

no Brasil", cita, à página 50, uma circular enviada por Ethel Parsons às enfermeiras de Saúde Pública que ilustra muito bem sua preocupação em elevar o prestígio da enfermagem, não descuidando das coisas aparentemente simples, como a aparência pessoal no uso do uniforme.

Nesse mesmo artigo o autor faz considerações sobre a situação social e cultural da mulher em fins do século passado e dos preconceitos sobre a profissão de enfermagem.

17. Arquivos da Escola Ana Neri. Relatório apresentado em 1925, para o Serviço de Enfermeiras do DNSP.

18. Anais de Enfermagem, dez. 1953. p. 227.

19. Em 1927, o serviço de Saúde Pública passou a ser executado exclusivamente por enfermeiras.

20. Rimidia Bandeira de Souza Gayoso matriculou-se, em agosto de 1923, na segunda turma de alunas das duas recebidas anualmente pela Escola Ana Neri, completando o curso em 25 de fevereiro de 1926. Foi presidente da Associação do Governo Interno das Alunas nos períodos de junho a dezembro de 1925 e dessa data até sua diplomação.

O parágrafo terceiro do artigo quarto do Estatuto da "Associação do Governo Interno das Alunas da Escola de Enfermeiras D. Ana Neri" (AGIEEAN) determinava: "A Diretora da Escola de Enfermeiras D. Ana Neri, do DNSP, será Presidente Honorária da Associação e as Enfermeiras Diplomadas do Corpo Docente, Membros Honorários".

II

CONCRETIZAÇÃO DE UMA IDÉIA

ORIGEM DA ASSOCIAÇÃO

1925

Iniciado oficialmente o curso na Escola de Enfermeiras Ana Neri a 19 de fevereiro de 1923, a 19 de junho de 1925 diplomou-se a primeira turma de treze estudantes, que iriam constituir o primeiro grupo de enfermeiras formadas no Brasil por escola organizada segundo os modernos padrões de ensino estabelecidos para a Enfermagem (1).

Dessas treze primeiras diplomadas, cinco (2) receberam bolsas de estudo da Fundação Rockefeller, por meio do Serviço Internacional de Saúde, e foram aos Estados Unidos visando a adquirir mais experiências e a se preparar para posições de maior responsabilidade e, gradativamente, irem substituindo as enfermeiras norte-americanas e européias da Missão Técnica Americana. A escola selecionada para a complementação dos estudos foi a Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Filadélfia.

Entre as oito que permaneceram no Rio de Janeiro houve uma tentativa para organizar uma associação de enfermeiras, semelhante às associações de antigas alunas existentes nos Estados Unidos. Ethel Parsons, no relatório apresentado em 1925, assim se referiu ao acontecimento: "As (diplomadas) da classe de 1925 que ainda estão no Rio de Janeiro estão organizando uma associação de ex-alunas".

As componentes do grupo foram logo contratadas para o serviço de Saúde Pública perdendo, portanto, contato direto com a Escola; não podiam mais pertencer à Associação do Governo In-

terno das Alunas, nem como membros honorários, situação reservada apenas aos membros do corpo docente, de acordo com os estatutos. Por outro lado, os interesses das diplomadas eram diferentes; a época de internato já havia passado.

Terminado o prazo do primeiro contrato com aquele serviço, em dezembro de 1925, Ethel Parsons verificou que do orçamento previsto para o ano de 1926 não constava verba para novo contrato de enfermeiras. O grupo foi, desse modo, colocado na Escola Ana Neri, lá permanecendo nos meses de janeiro e fevereiro de 1926, quando o problema foi solucionado.

1926

O contato, agora mais freqüente, entre as diplomadas e as alunas prestes a concluir o curso fez ressurgir, em conversas informais, a idéia de organizar uma associação de ex-alunas que congregasse as diplomadas da Escola D. Ana Neri (3).

Para discutir o assunto, foi convocada reunião a 6 de agosto de 1926. A Escola já contava então com trinta e cinco diplomadas, treze da classe de 1925 e vinte e duas da classe de 1926, e a terceira turma estava prestes a terminar o curso.

A situação social da mulher na época não permite supor atitudes isoladas ou de completa independência entre estudantes do sexo feminino, muito menos de escola moldada em rígida disciplina como era a Escola Ana Neri; acostumadas a essa disciplina, que aceitaram como válida face ao prestígio social e cultural que almejavam para a sua escola, as recém-diplomadas ficaram ainda por longo tempo a ela presas por laços afetivos e, mesmo, profissionais.

Presume-se, portanto, que uma vez aceita a idéia da criação de uma associação de antigas alunas, ela tenha sido discutida com os elementos da Escola que maior contato tinham com as estudantes, entre estas, a diretora Loraine Dennhardt (1925-1928) e a Instrutora de Alunas Edith M. Fraenkel (1925-1927). Esta, formada na escola de Lilian Clayton e dela saindo com muito entusiasmo e idealismo, tinha também a convicção de que "para uma profissão progredir é necessário que tenha uma associação e uma revista". Era, desde novembro de 1925, instrutora de Enfermagem Médica e Coordenadora de Ensino da Escola e, nessa condição, participava de todas as reuniões do Conselho do Governo Interno das Alunas. Estava, portanto, em condições de opinar, como o fez, pela criação de uma associação com objetivos mais amplos, que permitissem admitir em seus quadros enfermeiras formadas em outras escolas.

Segundo Bertha Pullen, “depois que se diplomou a primeira turma de enfermeiras em 1925, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas foi organizada graças aos esforços de Mrs. Ethel Parsons e D. Edith Fraenkel” (4).

Heloisa Maria Carvalho Veloso, uma das diplomadas em 1925, lembra-se de que a Associação surgiu “daquela reunião de D. Edith, das americanas que ainda estavam aqui, Mrs. Parsons e a Diretora da Escola Ana Neri (...) porque precisava fazer uma coisa mais sólida, mais firme (...)” (5).

É de se supor que, desse contato das diplomadas com suas ex-professoras, a idéia original de uma associação de antigas alunas tenha dado margem à fundação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas. De outro modo, as duas enfermeiras formadas no exterior jamais poderiam a ela pertencer e, a inexistência de uma associação era contra os princípios aprendidos nas escolas norte-americanas sobre o desenvolvimento de uma profissão. Assim, Edith Fraenkel e Rachel Haddock Lobo, que não pertenciam ao grupo das antigas alunas, teriam logo definidas suas posições frente à nova agremiação.

A primeira preocupação do grupo foi a de que a recém-idealizada entidade precisava ter um estatuto e que a elaboração desse documento deveria ser responsabilidade da diretoria a ser constituída. O interesse despertado foi geral e Rimidia Bandeira de Souza Gayoso, que havia sido por duas vezes presidente do Conselho da Associação do Governo Interno de Alunas, foi logo escolhida para presidente. Com as eleições de Isolina Lossio para secretária e Izaura Barbosa Lima para tesoureira, estava formada a diretoria provisória que, segundo Izaura Barbosa Lima, teve duração de apenas um ano, tempo considerado pela mesma “efêmero” (3).

Atendendo à solicitação de Izaura Barbosa Lima, o irmão de uma contraparente de Rachel Haddock Lobo, em casa de quem morava, fez a minuta do estatuto, em folha de papel almaço, a lápis. Essa minuta foi lida por ela, tal como se apresentava, na primeira reunião da novel associação, a 12 de agosto de 1926, já agora com o grupo aumentado com a adesão das egressas desse ano. As diplomadas presentes a essa reunião cujos nomes foram inscritos na ata, passaram a ser consideradas sócias fundadoras. São as seguintes, com o respectivo ano de diplomação: Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis (1926), Rimidia Bandeira de Sousa Gayoso (1926), Judith Arêas (1926), Isolina Lossio (1925), Izau-

ra Barbosa Lima (1925), Odete Seabra (1926), Cecy Clausen (1926) e Heloisa Veloso (1925).

Em carta dirigida a Edith Fraenkel em outubro de 1967, Frances S. Beck, enfermeira consultora do Conselho Internacional de Enfermeiras, informou que, ao examinar os relatórios do Brasil existentes no Conselho, encontrou referências à fundação da Associação no artigo 45, do Estatuto aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada a 9 de maio de 1944. Diz o artigo: "As enfermeiras que participaram da reunião de 6 de agosto de 1926 e cujos nomes foram inscritos na minuta dessa reunião serão consideradas fundadoras da Associação...". Aparecem a seguir os nomes das oito enfermeiras já citadas, naquela ordem.

Esse artigo, sob o número 49, foi reproduzido no Estatuto aprovado em dezembro de 1950, cujo artigo primeiro, no entanto, diz que a Associação foi fundada a 12 de agosto de 1926, data confirmada por Edméa Cabral Velho como sendo aquela em que foi constituída a diretoria provisória. Essa diretoria foi logo substituída pela que deveria ser a definitiva.

Segundo Izaura Barbosa Lima, no período que durou a diretoria provisória, "todas as associadas pagaram integralmente suas mensalidades e, quando entregou o cargo à nova tesoureira, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, tinha em caixa duzentos mil réis, depositados no Banco".

Sobre a constituição da diretoria definitiva há vários fatos que podem esclarecer dúvidas acaso existentes.

Edith Fraenkel, mostrando cada vez maior interesse pelo desenvolvimento da recém-criada associação, estimulava e procurava movimentar as colegas, mantendo-se, porém, à distância, nesse período inicial.

"Entre o grupo Ana Neri", informou Heloisa Veloso, "havia algumas que eram de opinião de que deviam solicitar uma colaboração mais estreita tanto de Rachel Haddock Lobo, como de Edith Fraenkel porque, como mais velhas, e formadas há mais tempo, tinham mais experiência; outras, no entanto, se opunham, argumentando que elas não haviam estudado na Ana Neri". Venceram as primeiras.

Prevendo um aumento do número de associadas com a diplomação de mais vinte e duas enfermeiras da terceira turma, Edith Fraenkel resolveu atuar mais diretamente. Foi então eleita presidente e, com Heloisa Veloso como secretária e Maria Fran-

cisca Ferreira de Almeida Reis, como tesoureira, estava formada a primeira diretoria definitiva. Heloisa Veloso foi mais tarde substituída por Marina Bandeira de Oliveira.

Záira Cintra Vidal informou que, ao seguir para os Estados Unidos com bolsa de estudos, em maio de 1927, Edith Fraenkel estava na presidência. "O fato é", acrescentou, "que Edith Fraenkel foi eleita depois presidente e passou a ser considerada a primeira presidente" (6).

O número de enfermeiras existentes, entretanto, era muito limitado e todas elas estavam com sobrecarga muito grande de trabalho, tanto no setor de Saúde Pública como no setor de ensino, como docentes da Escola; além disso, algumas recém-diplomadas encontravam-se no exterior, com bolsas de estudo.

Algumas vezes, surtos de varíola, febre amarela e febre tifóide exigiam freqüentes remoções das enfermeiras de Saúde Pública para hospitais distantes, fora mesmo dos limites do então Distrito Federal. Essa situação foi muito bem ilustrada por Izaura Barbosa Lima quando disse, referindo-se ao esboço do estatuto: "não me lembro se houve ou não reforma desses primeiros Estatutos porque desde que comecei a trabalhar, estava e não estava no Rio de Janeiro" (3).

Compreende-se, dessa maneira, o grande esforço dispendido por essas pioneiras para se manterem unidas apesar de tudo e, também, o porquê de a Associação ter permanecido de maneira mais ou menos informal até 1929, segundo Ethel Parsons (7).

Como disse Heloisa Veloso, "as coisas esfriavam completamente quando não havia uma pessoa que desse impulso". Esse impulso foi dado e, graças ainda aos esforços de Ethel Parsons e Edith Fraenkel, a Associação foi oficialmente organizada e dinamizada, nesse último ano.

PERÍODO NEBULOSO

A situação da Enfermagem no Brasil não era totalmente desconhecida do Conselho Internacional de Enfermeiras porque já havia sido relatada no Congresso Internacional realizado em 1901. Não foi, portanto, surpresa o convite recebido por Ethel Parsons para que o Brasil se fizesse representar no congresso que seria realizado de 8 a 13 de julho de 1929, em Montreal, Canadá.

Ethel Parsons, conhedora dos problemas da Associação pelo contato diário que mantinha com Edith Fraenkel, viu nesse convite uma oportunidade para reorganizá-la e solicitar sua filiação ao Conselho e, com Edith Fraenkel, começou a trabalhar nesse sentido, com grande interesse. A primeira providência tomada com essa finalidade foi a elaboração de novo e definitivo estatuto que atendesse às exigências do Conselho. Para isto, Ethel Parsons solicitou cópias do estatuto de vários países filiados ao Conselho para servirem como material de consulta; foi escolhido como modelo o da Associação das Filipinas, país que também havia solicitado filiação, por melhor se adaptar às condições brasileiras. Uma das condições exigidas era a de que a associação membro deveria ser identificada pelo gentílico. Daí a mudança do nome de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas para Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras.

Apesar do esforço das pessoas que foram entrevistadas para trazer à memória os acontecimentos desse período e os seus principais agentes, um encadeamento lógico dos fatos não foi conseguido; alguns dos elos da corrente perderam-se na nebulosidade do esquecimento. Informações, que à primeira vista pareciam indiscutíveis, não resistiram a uma análise mais acurada quando confrontadas, mais adiante, com outras realidades. Como já mencionado, muitos dos documentos desse período, assim como o primeiro livro de atas das reuniões da Associação, nunca foram localizados.

Os fatos aqui narrados são frutos de avaliações, comparações, confrontos e, acima de tudo, da preocupação constante de conseguir a maior aproximação possível daquilo que realmente aconteceu, como aconteceu e por iniciativa de quem.

Edith Fraenkel, no "Histórico do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública" disse que "Em fins de 1928 foi reorganizada esta Associação que passou a chamar-se ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS BRASILEIRAS, sendo nessa ocasião registrada juridicamente" (8)

Um certidão do Cartório do 1.º Ofício, no Rio de Janeiro, atesta que "consta sob o n.º 6, o registro da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, feito a 01 - junho - 1929 e na mesma data apontado sob o n.º 820 do Protocolo. O Estatuto da referida Pessoa Jurídica foi publicado por extrato em o n.º 105, do Diário Oficial de 5 de maio de 1929". Após citar nominalmente a diretoria, da qual era presidente Edith Fraenkel, 1929

passa a relacionar, "a pedido da parte interessada", as sócias fundadoras: Izaura Barbosa Lima, Alice de Araújo, Noélia de Almeida Costa, Maria Josephina Brito Rocha, Maria de Castro Pamphiro, Heloísa Veloso, Rimidia Bandeira de Souza Gayoso, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis e Odette Seabra.

Essa nova relação de sócias fundadoras parece indicar que foram consideradas como tais as enfermeiras que colaboraram no ressurgimento e organização oficial da Associação e na elaboração e aprovação definitiva do estatuto, naquela data. Maria de Castro Pamphiro, por exemplo, encontrava-se nos Estados Unidos no período de julho de 1926 a novembro de 1927, não podendo portanto figurar, como não figurou, entre as fundadoras da primeira lista, em 1926. Comprova, por outro lado, as palavras de Ethel Parsons e Bertha Pullen quando afirmaram que essa entidade havia funcionado de maneira informal até 1929 (9).

Era pensamento de Ethel Parsons que a Associação, já oficialmente organizada, estava em condições de efetivar a solicitação ao Conselho Internacional de Enfermeiras; a Enfermagem já contava com uma escola que satisfazia aos critérios exigidos pelo Conselho em matéria de requisitos de admissão, duração do curso e nível de ensino, e suas diplomadas praticavam a Enfermagem em nível elevado de execução. Além disso, a condição de membro do Conselho só poderia beneficiar a Associação, estimulando-a em seu desenvolvimento.

Assim, a presidente Edith Fraenkel pôde representar a Associação, como delegado oficial, no I Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras, em julho de 1929, quando o Brasil foi aceito como membro filiado.

Nessa ocasião, quatro outras associações tiveram também suas solicitações atendidas: a da Grécia, Filipinas, Suécia e Iugoslávia. Depois de formalmente aprovadas pelo Grande Conselho (10), foram oficialmente recebidas como membros durante o Congresso, em "impressionante cerimônia", como escreveu Daisy Bridges (11).

Em artigo publicado no *American Journal of Nursing* de setembro de 1929, Virginia Mc Cormick fez um resumo dos problemas comuns encontrados em alguns dos relatórios apresentados nesse congresso pelas associações já filiadas. Da América Latina somente o de Cuba foi citado. O relatório da delegação do Brasil, país ainda não membro, foi mencionado entre os de vários outros países, tendo sido focalizados os itens legislação e ensino, da seguinte forma: "o Brasil tem um serviço de Enfermagem há quase

uma década, que está sendo organizado, atualmente, com uma Divisão de Saúde Pública e uma Divisão de Educação. As diplomadas da Escola de Enfermagem D. Ana Neri foram tomando gradativamente a liderança, até 31 de dezembro de 1926, quando as educadoras de saúde que haviam iniciado a Enfermagem naquele país, não mais eram necessárias e “passaram para os arquivos da história”.

A representação do Brasil se fez notar nesse congresso. Em outubro desse ano a secretária do Conselho, Christianne Reimann, transmitiu ao Dr. Clementino Fraga, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, agradecimentos ao Governo do Brasil pelo envio de representantes brasileiras ao Congresso de Montreal.

Novamente a história da Associação perde-se no tempo e na lembrança das enfermeiras que dela participaram no período de julho de 1929 a maio de 1938. Nenhuma informação oral foi conseguida sobre quem presidiu a Associação nesse período.

No entanto, nos arquivos da correspondência trocada com o Conselho Internacional de Enfermeiras há várias cartas dirigidas a Edith Fraenkel, presidente da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, cobrando ou acusando o recebimento da quota devida⁽¹²⁾, correspondente aos anos de 1929 a 1931 e de 1934 a 1938.

Na Seção “Críticas Humorísticas” do primeiro número de Anais de Enfermagem, maio de 1932, há “uma proposta de aposentadoria da heróica Maria Francisca do cargo de Tesoureira da Associação (...) cargo que exerce a contento só de D. Edith”. Em 1932, por conseguinte, Edith Fraenkel era presidente e tinha Maria Francisca Ferreira Almeida Reis como tesoureira.

Foi, portanto, Edith Fraenkel quem presidiu a Associação durante o período de 1927 a novembro de 1938.

Na reunião do dia 3 de novembro de 1938, para a eleição da diretoria, a presidente Edith Fraenkel pediu que fossem eleitos novos membros, “gente moça, cheia de vida e de esperança”⁽¹³⁾.

A diretoria que constou do Registro do Estatuto em 1929, estava assim constituída: presidente, Edith Fraenkel; vice-presidente, Zulema de Castro Amado; tesoureira, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis; 1.^a secretária, Juracy Serpa Pyrrho; 2.^a secretária, Hermínia Nogueira. Conselho Fiscal: Sílvia Arcoverde de Albuquerque Maranhão, Marietta de Lima Valverde e Durvalina Damasceno.

Em 1955, referindo-se a esse grupo pioneiro, Maria Rosa S. Pinheiro assim se expressou:

“Desde 1926 existira a Associação formada pelo primeiro grupo de diplomadas da Escola Ana Neri. Ao ser criada não havia mais que um punhado de enfermeiras no Brasil; mas era um grupo entusiasta, com idealismo que só neófitos e pioneiros sabem ter e ao qual o número diminuto de membros não amedrontava; o que faltava em tamanho sobrava-lhe em vigor. Contava ela somente três anos de vida quando pleiteou a admissão ao Conselho Internacional de Enfermeiras; era audácia, mas forte é aquele que ousa, e foi aceita, prova de sua vitalidade e de seu valor” (14).

Bertha Pullen escreveu em 1939, sobre as componentes desse grupo:

“Os números na Associação são ainda muito pequenos para serem representativos. No entanto, há entre as enfermeiras uma força coesiva, que tem auxiliado no trabalho para alívio do enfermo, na manutenção de uma revista publicada quatro vezes por ano, na promoção de elevados padrões de ensino e estão ainda trabalhando para conseguir uma casa de férias e repouso para seus membros, a ser construída em terreno que já conseguiram pagar.

A Associação necessita, no entanto, da influência estimulante de um grupo diversificado de enfermeiras diplomadas de várias escolas para dar-lhe uma visão mais ampla e proporcionar maior intercâmbio de idéias” (9).

De agosto de 1926 a 1939, a Associação foi constituída, por conseguinte, apenas pelas diplomadas da Escola Ana Neri, com exceção de Edith Fraenkel, Rachel Haddock Lobo e Adelina Zourob, formadas respectivamente em Filadélfia, EUA, França e Universidade Católica de Washington, DC, EUA.

O número de Anais de Enfermagem, de setembro de 1937, trouxe, na segunda contracapa, a seguinte publicidade:

“Quer que sejam bem conhecidos no meio científico as vossas casas comerciais, os produtos do vosso laboratório e os aparelhos e materiais necessários à cirurgia, enfermagem, hospitais, etc., etc.



Ethel O. Parsons



*Rachel
Haddock
Lobo*



*Rimidia Bandeira de
Souza Gayoso*



*Heloisa Maria Carvalho
Veioso*

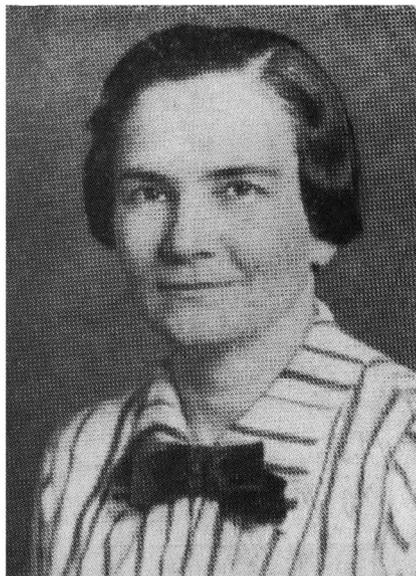
Izaura Barbosa Lima



*Isolina Saldanha de
Lossio*



Edith de Magalhães Fraenkel



Hilda Anna Krisch

Associação Nacional de Enfermeiras
Diplomadas Brasileiras

Nome *Bertha de Gullen*
Socia *Honoraria*

Admittida em *7-1-1929*

Presidente *Edith Fraenkel*

Secretaria *Lucacy S. Cunha*

DIPLOMA

Muito fácil

Dirija-se sem perda de tempo à publicidade de “Anais de Enfermagem” da Associação das Enfermeiras Diplomadas Brasileiras da *Escola Ana Neri*” (grifo da autora). Esse anúncio mostra o relacionamento que existia entre a Associação e a Escola Ana Neri nesse primeiro período de seu funcionamento.

NOTAS

CAPÍTULO II

1. O número de diplomadas da primeira turma (1925) varia segundo a fonte consultada. Bertha Pullen e Izaura Barbosa Lima informam ter sido 15; nos arquivos da Escola Ana Neri constam apenas 13; Parsons no artigo que escreveu sobre a enfermagem moderna no Brasil, em 1927, disse que foram 14 diplomadas do primeiro grupo e 21 do segundo, classe de 1926. Essa diferença é explicada pelo fato de as estudantes que não haviam podido completar o total de dias exigido pelo curso para obtenção do diploma (1095 dias) serem obrigadas a compensá-los no ano seguinte. Do grupo considerado fundador, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis e Rimidia Bandeira de Souza Gayoso formaram-se em fevereiro de 1926 e Judith Arêas, em março do mesmo ano.

2. Laís Netto dos Reys, Luiza de Barros Thenn (de Araújo), Maria do Carmo Ribeiro, Olga Salinas (Lacorte) e Zulema de Castro Lima (Amado).

3. Entrevista concedida à autora por Izaura Barbosa Lima em 13 de junho de 1972.

4. Carta enviada à autora em 15 de novembro de 1972.

5. Entrevista concedida à autora por Heloisa Maria Carvalho Veloso em 13 de junho de 1972.

6. Entrevista concedida à autora por Zaira Cintra Vidal em 13 de junho de 1972.

7. Relatório de Ethel Parsons, de 1923 a 1928. Arquivos da Escola de Enfermagem Ana Neri.

8. Anais de Enfermagem, out. de 1934, p. 4-6.

9. Bertha Pullen, *Historical Aspects of Nursing in Brazil*, p. 82.

10. Até 1929, já haviam sido realizados os seguintes congressos internacionais: 1) 1901 — Primeiro Congresso, Buffalo, EUA; 2) 1904 — Primeiro Congresso Quinquenal, Berlim, Alemanha; 3) 1909 — Segundo Congresso Quinquenal, Londres, Inglaterra; 4) 1912 — Primeiro Congresso Trienal, Colônia, Alemanha; 5) 1925 — Segundo Congresso Trienal, Helsinfor, Finlândia; 6) 1929 — Primeiro Congresso Quadrienal, Montreal, Canadá.

O Grande Conselho é hoje chamado Conselho de Representantes Nacionais, composto das presidentes das associações membros.

11. Deisy C. Bridges — *A History of the International Council of Nurses, 1899-1964*, p. 81.

12. Arquivos da ABEn.

13. Livro de Atas n.º 2.

14. *Rev. Bras. de Enf.*, set. 1955, p. 178.

III

CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Nesses cinqüenta anos a Associação passou por reformas em sua estrutura que marcaram de maneira positiva as etapas de seu desenvolvimento; tais foram as efetivadas nos anos de 1929, 1944, 1946 e 1965. Ao lado dessas de maior vulto, outras também importantes se processaram. Tinham as associadas em mira garantir o melhor funcionamento da Associação a fim de que esta atingisse, com rapidez e eficiência, os objetivos propostos em seu estatuto. Umas e outras serão tratadas neste capítulo.

PRIMEIRAS REFORMAS DO ESTATUTO

Sobre o primeiro estatuto da Associação, sabe-se apenas que foi elaborado um esboço com auxílio de pessoa estranha à profissão e apresentado, em rascunho, na reunião que formalizou a criação da ABEn, a 12 de agosto de 1926. De acordo com Izaura Barbosa Lima, "foi elaborado às pressas e deve ter sido modificado logo depois". Não foi encontrada, porém, nenhuma documentação nesse sentido.

O Estatuto de 1929, primeiro documento oficial, adotado pouco antes da filiação da nova entidade ao Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN), constava de oito capítulos e 25 artigos. Em linhas gerais, estabelecia que a Associação era constituída de enfermeiras, diplomadas por escola oficial nacional ou estrangeira, reconhecida pela Associação Nacional de Enfermeiras do país de origem. A Assembléia Geral ordinária deveria reunir-se "na se-

1929

gunda quinzena de abril de cada ano para tomar conhecimento do relatório da diretoria, contas do ano social, discuti-las e votá-las"; na mesma ocasião deveria ser eleito e empossado o Conselho Fiscal, com mandato de um ano. Não se referia à época em que deviam ser eleitos os membros da diretoria, cujo mandato era de dois anos. Esta compunha-se de presidente, vice-presidente, 1.^a e 2.^a secretárias e uma tesoureira, eleita pela Assembléia Geral. Além da Assembléia Geral, deveria haver mensalmente uma reunião ordinária, marcada com oito dias de antecedência. Para as eleições, cada associada deveria organizar uma cédula; isto era feito com a indicação oral das candidatas aos vários cargos pelos membros presentes à reunião; logo após o término da votação e da apuração, as eleitas eram proclamadas e empossadas. Esse estatuto estabelecia três tipos de associadas: contribuintes, honorárias e beneméritas. Como sócias honorárias a Associação podia aceitar "qualquer pessoa de honorabilidade reconhecida". Todas as sócias, com exceção das honorárias, estavam sujeitas ao pagamento de 5\$000 (cinco mil réis) mensais e uma jóia de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) (1), que poderia ser paga parceladamente. Sócias beneméritas eram enfermeiras diplomadas que prestavam serviços extraordinários à Associação. As sócias quites, após um ano de vida associativa, tinham direito a empréstimos, "a prazos curtos e juros módicos", que não excedessem um terço do total da mensalidade paga até a data.

A primeira tentativa de reforma do estatuto que se conhece foi feita em 1939. Na reunião de abril desse ano, Edith Fraenkel, presidente da Comissão de Estatuto, informou que haviam sido enviadas circulares às associadas pedindo sugestões para a sua modificação. Como estas não foram recebidas, não houve emendas documentadas, a não ser em 1944. Presume-se que entre 1935 e 1938 tenha havido pelo menos uma reforma; nas eleições realizadas em novembro desse último ano, havia, na diretoria, os cargos de 2.^a tesoureira e de bibliotecária, que não existiam em 1929, e nem na cópia impressa em 1935.

A 29 de maio de 1939, a presidente Hilda Anna Krisch (1938-1941* informou que o Ministério do Trabalho considerava errado o adjetivo *Nacional* no nome da Associação e que o mesmo deveria ser retificado. Edith Fraenkel sugeriu, então, a sua retirada, o que não se deu naquela data porque a consultora jurídica da Associação, Dra. Ormind Bastos, informou que a retificação somente

* As datas colocadas logo em seguida ao nome da presidente referem-se ao início e término do seu mandato.

poderia ser feita em reunião que contasse com a presença de dois terços das associadas, que deveriam também assinar a respectiva ata.

MODIFICAÇÕES DE 1944 À ÉPOCA ATUAL

A 9 de maio de 1944, na presença de apenas vinte e quatro associadas reunidas em sessão extraordinária, foi feita pela presidente, Zaira Cintra Vidal (1943-1947), a leitura das propostas de alteração do estatuto, como parte de um plano para a reorganização e reerguimento da Associação, que já não vinha despertando o interesse das enfermeiras. Zaira Cintra Vidal, Marina Bandeira de Oliveira e Rosaly Taborda constituíram a comissão responsável pelas modificações introduzidas. Uma vez aprovado, o estatuto foi enviado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, a 7 de agosto desse mesmo ano, registrado sob o n.º de Ordem 4.482 do Livro K, Cartório do 6.º Ofício, Rio de Janeiro. Uma cópia foi remetida ao Conselho Internacional de Enfermeiras.

1944

O novo estatuto compunha-se de onze capítulos e quarenta e cinco artigos. Dentre as alterações introduzidas, destacam-se as seguintes: mudança do nome de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED); instituição de defesa jurídica e assistência às sócias em caso de doença, na medida das reservas financeiras da Associação; dispositivo determinando a construção da Colônia de Férias. Como comissões, foram instituídas uma consultiva, composta de sete membros, que tinha como uma de suas finalidades auxiliar a Associação nos planos e medidas de grande alcance, ainda não atendidos, e quatro outras denominadas artística, de cultura, de publicidade e de propaganda social. Previa, também, a criação de um corpo de patronos sociais ao qual a Associação deveria entregar a "elevada missão de auxiliá-la na realização de seus fins". A diretoria foram acrescentados os cargos de representante dos Serviços de Enfermagem nos Estados e no Distrito Federal, cujos primeiros membros, eleitos nessa mesma reunião, foram Marina Bandeira de Oliveira, para o primeiro, e Carmen Graça, para o segundo.

Em novembro desse mesmo ano, 1944, foi discutida a constituição da "Junta Consultiva" (ou Comissão Consultiva) da ABED, que deveria estudar os quatro problemas de maior importância na época: "1) Sindicato dos Enfermeiros nas mãos dos enfermeiros práticos; 2) vencimentos das enfermeiras; 3) Conselho de Enfermagem; 4) concurso aberto pelo Departamento de Administração do Pessoal do Serviço Público. (DASP)" (2). Os membros esco-

lhidos foram: Dr. Ary Castro Fernandes, consultor técnico do DASP; Dr. Marcolino Candau, do SESP (3); Dr. Plínio Olinto; D. Jeronima Mesquita; Dr. Teófilo de Almeida, da Divisão de Organização Hospitalar do Ministério da Educação e Saúde; Maria Dolores Cavalcanti; Ruth Barcelos, secretária da Escola Ana Neri e Zaira Cintra Vidal, presidente da ABED. Essa Junta, que seria o órgão central, deu origem ao Conselho Deliberativo, criado em 1946.

Período de 1946 a 1951

Em 1945, foi criada a "Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo" e em 1946, o núcleo do Distrito Federal, que vieram a constituir as atuais Seções de São Paulo e do Rio de Janeiro, ex-Distrito Federal. Houve então necessidade de modificar novamente a estrutura da ABED; um pouco mais tarde foi constituída a Seção da Amazônia, que abrangia os estados do Amazonas, Pará, Maranhão e territórios do Norte. Foram introduzidos novos capítulos no estatuto, dentre os quais, o que deveria tratar das seções estaduais (4). Foram também oficialmente criadas as "Divisões", no intuito de "facilitar o estudo e a participação das enfermeiras nos diversos ramos da enfermagem". Duas delas, a de Ensino de Enfermagem e a de Enfermagem de Saúde Pública, cuja idéia de criação tinha suas raízes em 1944, já vinham exercendo atividades desde 1945 e funcionavam como verdadeiras associações, com diretoria, Conselho Fiscal e anuidade próprias. O Conselho Deliberativo surgiu como novo elemento administrativo da Associação, cujos componentes eram, a diretoria, o Conselho Fiscal, as presidentes das seções estaduais e das duas divisões recém-criadas, a redatora da revista *Anais de Enfermagem* e quatro representantes das demais associadas, eleitas pela Assembléia Geral (5).

Essas emendas foram apresentadas, também, por Zaira Cintra Vidal, presidente da ABED, e aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária de 9 de dezembro de 1946. Esse estatuto não foi registrado. Não há referência sobre a comissão que o elaborou, mas, de acordo com Maria Rosa S. Pinheiro, Edith Fraenkel e Ella Hasenjaeger foram as principais responsáveis por essa reorganização da ABED, para o que contaram com a colaboração das enfermeiras, cujos nomes foram citados na reunião de 7 de novembro desse ano, como se verá mais adiante.

O novo documento incluía, entre seus objetivos, a promoção de conferências e congressos. Determinava o número mínimo de cinco enfermeiras para que pudesse ser criada uma seção estadual;

essa deveria submeter seu regimento à aprovação da ABED. As comissões permanentes apareceram como tais, pela primeira vez; seus membros eram, até então, "nomeados" pela presidente. Foi instituído o sistema de eleições anuais, alternadas. Ficou estabelecido que a presidente, a secretária e os quatro membros do Conselho Deliberativo seriam eleitos nos anos pares e a vice-presidente e demais membros, nos anos ímpares. (*)

Assim reestruturada, a ABED passou a ser constituída pelos seguintes órgãos: Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Assembléia Geral. A bibliotecária deixou de ser membro da diretoria.

Para melhor compreensão dessas grandes inovações, será conveniente fazer um retrospecto das discussões havidas em reunião anterior.

A 7 de novembro desse ano, 1946, a presidente Zaíra Cintra Vidal fez uma saudação às enfermeiras dos estados, presentes à reunião, agradeceu o trabalho por elas prestado durante os dias em que estiveram no Distrito Federal e pediu a cada uma que se identificasse a fim de ficarem conhecidas das demais. Assim fizeram Celina Viegas, diretora da futura Escola de Enfermagem de Juiz de Fora, Glete de Alcântara, da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Universidade de São Paulo, Irmã Marie Domineuc, diretora da Escola de Enfermeiras do Hospital S. Paulo, Lúcia Jardim, do então Instituto de Higiene da Universidade de S. Paulo, Mariah Coelho de Sá, do SESP, lotada no Amazonas, e mais algumas enfermeiras cujos nomes não foram citados. A presidente falou, em seguida, sobre a organização da "Divisão de Ensino" e "Divisão de Enfermagem de Saúde Pública", assuntos lançados em 1944, mas que somente naquela oportunidade estavam sendo estudados. Informou, também, que tanto a Divisão de Educação, quanto a Divisão de Saúde Pública já estavam com "estatutos" prontos para serem discutidos. Foram feitos novamente, nessa altura, agradecimentos a "Edith Fraenkel e demais enfermeiras reunidas aqui no Distrito Federal" pela colaboração prestada nesse sentido. Abordou, em seguida, o assunto da criação de núcleos ou associações estaduais. De acordo com o esquema apresentado pela presidente, as enfermeiras do Distrito Federal formariam o núcleo do Distrito Federal e a ABED passaria a ser ABE (Associação

(*) Em 1948, nova emenda estatutária redistribuiu os cargos para as eleições da seguinte maneira: nos anos pares, presidente, tesoureira e 2.ª secretária; nos anos ímpares, vice-presidente, 1.ª secretária e os quatro membros do Conselho Deliberativo.

Brasileira de Enfermeiros), com uma diretoria, "ao lado da qual estariam as presidentes das associações ou núcleos estaduais e das duas divisões, a redatora chefe de Anais de Enfermagem e mais quatro membros eleitos por uma junta que teria o nome de Junta Consultora da Associação". A ABED seria transformada em núcleo do Distrito Federal (6). Uma cópia do projeto do novo estatuto foi entregue às presentes para estudo. Antes que isto se desse, Laís Netto dos Reys propôs que a Associação de Antigas Alunas da Escola Ana Neri, criada em 1942, fosse incluída diretamente na futura ABE e que o assunto fosse resolvido imediatamente. Edith Fraenkel não concordou e propôs que fosse organizada uma comissão para estudar o caso; esta ficou constituída pelos membros Edith Fraenkel, Rosaly Taborda e Alayde Borges Carneiro, mas o assunto não voltou a ser discutido. Por essa mesma ocasião foi lida carta-convite da presidente da Associação de São Paulo, Edith Fraenkel, à presidente da ABED em que aquela apresentava o programa do "futuro primeiro Congresso de Enfermagem" que teria lugar "em maio de 1947, em S. Paulo". Novamente em pauta o assunto da criação dos núcleos, Edith Fraenkel propôs que permanecesse a atual diretoria, pois do contrário, a "ABED se apresentaria ao Congresso de Enfermagem de mãos vazias". Uma vez aprovada a proposta, foi apresentada chapa para eleição dos membros da primeira diretoria do Núcleo do Distrito Federal. Rosaly Taborda foi eleita presidente e a diretoria empossada nessa mesma reunião.

Das discussões havidas antes da aprovação das emendas propostas, algumas merecem reparo: 1) logo no capítulo I foi feita sugestão para que a "antiga Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, fundada em 12 de agosto de 1926", passasse a denominar-se Associação Brasileira de Enfermeiros como havia sido aventado; não foi, porém, aceita a idéia e a designação anterior foi conservada; 2) por proposta de Laís Netto dos Reys, as enfermeiras estrangeiras passariam a ser admitidas como sócias honorárias apenas e não mais como contribuintes; 3) a ABED deveria receber das Seções Estaduais a quantia correspondente a 30% das anuidades de cada membro.

1947

Em março do ano seguinte, 1947, durante a realização do I Congresso Nacional de Enfermagem (7), houve proposta para que fossem estudadas novamente tanto a segunda como a terceira deliberações acima mencionadas. Nessa mesma reunião, Marina Bandeira de Oliveira sugeriu que a Comissão de Estatuto estudasse a possibilidade de acrescentar ao mesmo um novo capítulo "Dos Congressos da Associação", com o seguinte conteúdo reda-

cional: "A Associação realizará um ou mais Congressos anualmente para promover a aproximação das sócias, apresentação de trabalhos técnico-científicos e proporcionar aos seus membros facilidades para melhor conhecimento do País, em geral, e de desenvolvimento da enfermagem no Brasil, em particular".

Essas propostas foram aprovadas, com modificações, em novembro desse ano: a ABED voltou a ser constituída de enfermeiras diplomadas por escolas "reconhecidas por esta Associação" e de enfermeiras estrangeiras que se achassem trabalhando no país e apresentassem cartões de quitação com suas associações nacionais; ficou estabelecida a quota fixa de trinta cruzeiros "per capita" das seções para a ABED; e foi introduzido um capítulo para determinar sobre os congressos. Ficou estabelecido, também, que as assembléias gerais seriam realizadas durante os congressos. O novo estatuto, assim emendado, não foi registrado.

A partir de 1948, poucas foram as assembléias gerais em que não houve discussão de propostas de emendas; algumas objetivavam apenas maior clareza no texto ou melhoria de estilo sem mudar a estrutura; outras tinham em mira introduzir inovações resultantes do próprio progresso da Associação que, como uma instituição dinâmica, sempre se preocupou em realizar as mudanças necessárias à sua organização e a um mais rápido crescimento. Em novembro desse ano, a Assembléia Geral realizada durante o II Congresso Nacional de Enfermagem aprovou a nova redação do capítulo que tratava das seções estaduais incluindo dispositivos sobre os distritos, uma vez que já haviam sido criados três em S. Paulo.

1948

Na Assembléia Geral de novembro do ano seguinte, 1949, foi aprovada a inclusão da letra "b" no artigo que tratava das competências da vice-presidente, dando-lhe a responsabilidade de "presidir a Comissão de Finanças e preparar o orçamento". Em dezembro desse mesmo ano, uma petição assinada por mais de trinta sócias foi entregue a Zaíra Cintra Vidal, presidente da Comissão de Estatuto, para que este fosse estudado novamente, em especial o capítulo referente às eleições.

1949

Em reunião ordinária da diretoria, realizada ainda nesse ano, foram feitas, pela presidente Edith Fraenkel (1948-1950), duas propostas: 1) que as seções tivessem comissões correspondentes às da ABED; 2) que fosse estudado um novo sistema de votação, sugerindo que cada seção estadual elegeisse delegados para representá-la e que somente estes tivessem direito a voto. Decisão importante foi tomada, nessa reunião, quanto à necessidade de a ABED contar com uma secretária executiva; até aquele momento

a função vinha sendo exercida voluntariamente por Ella Hasenjaeger, sem ter sido designada; por proposta da presidente, foi ela indicada para exercer tal atividade e o cargo incluído na reforma do estatuto em 1950. Suas atribuições, porém, só foram definidas em 1952.

- 1950 Em dezembro de 1950, em sessão extraordinária realizada durante o IV Congresso Nacional de Enfermagem, nova petição foi feita, encabeçada pela Madre Marie Domineuc solicitando, em nome da União das Religiosas Enfermeiras do Brasil, UREB⁽⁸⁾, que fosse incluído, no artigo referente às eleições, o direito ao voto por procuração, conseguido no ano seguinte, 1951. Na mesma oportunidade houve discussão e aprovação de outras emendas, de pequena repercussão, mas consideradas necessárias, tal como a criação da Comissão Executiva do Congresso.

Período de 1952 a 1962

- 1952 Com a exigência do Ministério da Justiça de que, para a ABED ser considerada entidade de utilidade pública deveria fazer constar em seu estatuto que os cargos da diretoria e Conselho Fiscal não eram remunerados, uma assembléia geral extraordinária foi convocada e realizada a 17 de abril de 1952. Foi introduzido um artigo para satisfazer tal exigência. A presidente, Waleska Paixão (1950-1952), lembrou que desde 1944, o estatuto não havia sido registrado, isto porque algumas das emendas efetuadas nos anos que se seguiram haviam ficado em suspenso, para estudo posterior.

Propôs, desse modo, que fosse registrado o estatuto com as reformas efetuadas em 1950, 1951 e 1952, o que se deu a 26 de junho desse último ano.

- 1953 No ano seguinte, outubro de 1953, a presidente Glete de Alcântara (1952-1954) encaminhou à presidente da Comissão de Estatuto, Maria Dolores Lins (de Andrade), alguns assuntos que deveriam merecer estudo para uma futura revisão do mesmo. Foram eles: 1) mandato de quatro anos para a diretoria; 2) inclusão de membros honorários; 3) congressos bienais; 4) mudança do nome da revista Anais de Enfermagem; 5) mudança do nome da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED); e 6) votação por delegação.

- 1954 Na segunda Assembléia Geral realizada a 21 de agosto de 1954, durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem, foram aprovadas emendas importantes: a associação passou a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e seu órgão oficial de comunicação, Revista Brasileira de Enfermagem (RBEn).

A designação de *Enfermagem* no nome da Associação deve-se a Maria Rosa S. Pinheiro, autora de outra sugestão também aprovada: o associado que contribuisse com vinte e cinco anuidades de uma só vez seria considerado sócio remido.

A primeira referência sobre a possibilidade de exclusão da palavra *diplomada* após o título *enfermeira* foi feita em 1951. A 17 de novembro desse ano, na Assembléia Geral do V Congresso Nacional de Enfermagem, Haydée Guanais Dourado, ao ler o relatório da Comissão de Resoluções, foi apartada por Guiomar Puppain que propôs fosse acrescentado o qualificativo *diplomada* à palavra *enfermeira*, contida em uma das resoluções apresentadas. Haydée G. Dourado justificou a redação tal como estava, dizendo que, juridicamente, só é enfermeiro o que tem diploma tornando-se, portanto, desnecessário acrescentar a palavra *diplomado*. Posta em votação, a emenda proposta por Guiomar Puppain foi aprovada. Novamente levantada a mesma questão com o prosseguimento da leitura das resoluções, nova votação foi feita; desta vez, porém, por maioria de oitenta e seis contra sessenta e três votos, a resolução tomada foi de que deveria permanecer a redação original, sem nenhum acréscimo.

A presidente da Comissão de Estatuto, Maria Dolores Lins (de Andrade), no relatório lido na Assembléia Geral realizada por ocasião do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, em 1955, apresentou as emendas sugeridas desde 1952, e que ainda não haviam sido discutidas. Foram elas: 1) o enfermeiro estrangeiro, para se associar, deveria provar que era diplomado por escola cujo currículo fosse de padrão correspondente ao exigido para o associado brasileiro, ou seja, a obediência aos preceitos da legislação em vigor; 2) foram redefinidas as categorias sócio honorário e benemérito; 3) a Assembléia Geral passou a ser constituída apenas pela diretoria e por delegados das seções e continuou com a competência de eleger os membros da diretoria. Todas essas emendas foram aprovadas. 1955

O anteprojeto de regimento interno da Associação vinha sendo estudado desde 1952, com a colaboração da Comissão de Legislação. Levado ao Conselho Deliberativo em outubro de 1956, sua discussão foi adiada para novos estudos. Estes passaram a ser feitos agora sob a coordenação de Amalia Corrêa de Carvalho, designada presidente da Comissão de Estatuto e Regimento Interno; aproveitando o material já existente, completou e fez as modificações julgadas necessárias. Sua aprovação pelo Conselho Deliberativo deu-se em duas etapas: parcial, em outubro de 1957 e final, 1956

em abril de 1958. A presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), no relatório apresentado à Assembléia Geral de 1957, assim se referiu ao acontecimento: "consideramos como uma das realizações mais valiosas deste ano, o trabalho que será hoje apresentado, de revisão do Regimento Interno da ABEn (...) A sua aceitação virá trazer inestimável benefício à nossa vida associativa, pelo que significa de ordem, objetividade e esclarecimento de pontos deixados sem definição pelo Estatuto" (9).

1957 Por ocasião do IX Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em 1956, a Comissão ficou com a incumbência de estudar a inclusão de um novo capítulo destinado aos setores de filiação internacional, uma vez que a ABEn acabava de se filiar à Associação Internacional Católica de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS), além do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN). O estatuto foi, portanto, reformado em outubro de 1957, com essa emenda e a da criação de um cargo de 2.^a tesoureira. Os setores de Filiação Internacional, incluídos no Capítulo III, passaram a ser órgãos da ABEn e os representantes dos dois setores (ICN e CICIAMS) tinham assento no Conselho Deliberativo e na Assembléia Geral, com direito a voto. As comissões permanentes foram aumentadas de nove para catorze.

1958 As alterações processadas em 1958 foram mais profundas. Nesse ano foi eliminado o voto por procuração e extinto o Conselho Deliberativo, cujas funções passaram a ser exercidas pela diretoria; as presidentes das comissões permanentes foram incluídas nas assembleias gerais; a eleição deixou de ser realizada em assembleia geral e foi descentralizada passando a ser processada nas seções estaduais, na mesma data em todo o território nacional. O associado adquiriu novamente o direito de votar nos membros da diretoria. Foi também criado o cargo de 2.^o vice-presidente (10); como eletivo, embora a proposta apresentada previsse sua ocupação pela presidente ao término de seu mandato. Foi oficializado o Boletim da ABEn criado como resultado de recomendação de 1956, e que, em 1959, passou a ser denominado "Boletim Informativo". Todas essas emendas foram aprovadas na Assembléia Geral do dia 13 de outubro de 1958.

1959
1961 Nas assembleias gerais dos anos seguintes, 1959 a 1961, as alterações não foram substanciais. Em 1959 a Comissão, agora presidida por Anayde Corrêa de Carvalho, elaborou um anteprojeto de regimento de eleições, por solicitação da diretoria; esse anteprojeto havia tomado como base a experiência das eleições realizadas em junho desse ano e as sugestões da Seção de S. Paulo. Em

1961, a Comissão de Estatuto foi encarregada de proceder a estudos sobre a maneira pela qual os auxiliares de enfermagem poderiam ligar-se à ABEn. Não tendo chegado a uma conclusão satisfatória, foi recomendado e aceito que a ABEn estimulasse a criação de associações estaduais de auxiliares de enfermagem para as quais a Comissão Permanente de Auxiliar de Enfermagem da ABEn deveria servir de órgão assessor (11). Nesse mesmo ano, os títulos de sócio benemérito e de sócio honorário foram vedados aos sócios efetivos; as presidentes de comissões permanentes deixaram de fazer parte da Assembléia Geral.

Período de 1963 a 1975

As catorze comissões permanentes que existiam nem sempre vinham contribuindo com a ajuda esperada pela diretoria na dinamização das atividades da ABEn. A limitada atuação de algumas levou a Assembléia Geral de 15 de julho de 1963 a aprovar alterações no estatuto, no artigo correspondente, extinguindo umas e transformando outras em subcomissões. O cargo de 2.^a vice-presidente passou a ser preenchido automaticamente pela presidente que deixava o mandato. Todavia, a nova distribuição dos órgãos técnicos da ABEn parece não ter produzido resultados que a justificassem; por esse motivo, um estudo, em maior amplitude, foi sugerido pela diretoria à Comissão de Estatuto. Esta apresentou emendas que foram aprovadas pela Assembléia Geral de 7 de outubro de 1965. As mais significativas foram: 1) as comissões permanentes ficaram reduzidas a apenas cinco e suas coordenadoras passaram a fazer parte da diretoria a fim de melhor se entrosarem com ela; 2) a Assembléia Geral foi transformada em Assembléia de Delegados (AD), seu verdadeiro nome desde 1955, permanecendo a primeira como órgão soberano das seções estaduais; 3) a diretoria, como tal, passou a ter apenas função de assessoramento nas assembleias e seus membros não tinham mais direito a voto; 4) o mandato do Conselho Fiscal foi aumentado para três anos; 5) o capítulo dedicado aos setores de Filiação Internacional foi extinto; 6) deixou de ser vedado ao enfermeiro receber título honorífico da ABEn.

1963
1965

Entre os anos de 1965 a 1970, o instrumento legal da ABEn passou por sua fase mais longa de estabilidade. As propostas de emendas apresentadas nesse período, pela Comissão Especial de Estatuto, foram rejeitadas pela Assembléia de Delegados.

No ano seguinte, porém, 1971, fatos novos surgiram, resultando na necessidade de novas determinações estatutárias. Com o aumento do número de técnicos de enfermagem, tornou-se evi-

1971

dente a vantagem de deixar em aberto a possibilidade de sua aceitação como associado; proposta nesse sentido foi aceita pela Assembléia de Delegados de 17 de julho de 1971, realizada em Manaus. Foi exigida do enfermeiro estrangeiro prova de que a escola em que se diplomou era reconhecida no país de origem. Pela primeira vez, desde 1929, foi alterado o mandato da diretoria de dois para quatro anos, com a supressão de eleições alternadas; nessa mudança não foram incluídas as coordenadoras de comissões, cujo mandato continuou sendo de dois anos.

1973 Com o término da construção da sede administrativa da ABEn em Brasília, DF, a Assembléia de Delegados reunida em João Pessoa, PB, em 21 de julho de 1973, durante o XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem, modificou o artigo que tratava da sede da ABEn, estabelecendo-a definitivamente no Distrito Federal, à Avenida L-2, Norte, Módulo 603 B. Nessa mesma assembléia foi também aumentado para quatro anos o mandato das coordenadoras de comissões.

1974 No ano seguinte, 1974, por proposta da diretoria, a Assembléia de Delegados aprovou a filiação das obstetrizes como membros efetivos da ABEn.

Estão sendo esperadas, para 1976, novas e grandes reformas na organização estrutural da ABEn; a comissão designada, sob a presidência de Circe de Melo Ribeiro, vem trabalhando nesse sentido há aproximadamente dois anos.

Uma das questões que provavelmente será definida é a da inclusão de estudantes de Enfermagem na associação de classe, assunto que vem despertando o interesse de algumas enfermeiras há vários anos.

Foram as seguintes as presidentes da Comissão Permanente de Estatuto: Edith M. Fraenkel (1939, 1944-1948); Zaíra Cintra Vidal (1949-1951); Maria Dolores Lins de Andrade (1951-1956); Amalia Corrêa de Carvalho (1956-1959); Anayde Corrêa de Carvalho (1959-1965). Como Comissão Especial: Terezinha Beatriz Gomes de Azeredo (1967-1968 e 1971); Victória Secaf (1969); Circe de Melo Ribeiro (1972-1976).

NOTAS

CAPÍTULO III

1. O estatuto reformado em 1944 conservou a jóia de vinte e cinco mil réis como requisito de admissão.

2. DASP — Atual Departamento Administrativo do Pessoal Civil. (DAPC); antigo Departamento Administrativo do Pessoal do Serviço Público.

3. SESP — Serviço Especial de Saúde Pública; FSESP, Fundação Serviço Especial de Saúde Pública; FSESP, Fundação Serviços de Saúde Pública denominação atual. Esse serviço foi criado por força de convênio firmado em 1942, entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. Ver Ermengarda de Faria Alvim "Quinze anos de enfermagem no Serviço Especial de Saúde Pública", Rev. Bras. de Enf., Jun. de 1959, pp. 143-159.

A ABEn sempre recebeu grande ajuda desse serviço principalmente nas décadas de quarenta a sessenta. Essa a razão pela qual aparece citado em várias reuniões da diretoria e em números da revista, dentre os quais destacamos: o número de jan. de 1948: 48; out. de 1948: 157; jan. de 1950: 26; jun. de 1954: 161.

4. Até 1948, os cartões de quitação das associadas das seções eram expedidos pela ABED, assinados pela presidente, mediante relação das associadas enviadas pelas seções.

5. Anais de Enfermagem, out.-dez., 1946, p. 35.

6. Zaira Cintra Vidal havia entrado em contato com a Associação Americana de Enfermeiras, quando da sua permanência nos Estados Unidos em 1945, e chegara à conclusão de que para congregar todas as enfermeiras espalhadas pelo país e trabalhar com mais eficiência, a ABED precisaria mudar a estrutura de sua organização administrativa.

7. O qualificativo **Nacional** apostado aos congressos permaneceu somente até 1955; depois do IX Congresso, realizado em 1956, em Porto Alegre, a denominação mudou para a atual, isto é, "Congresso Brasileiro de Enfermagem", CBEn.

8. A União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) foi criada em 1944, em São Paulo. O assunto, UREB, constará do capítulo que trata do Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes-Médico-Sociais (CICIAMS).

9. Rev. Bras. de Enf., dez. 1958, pp. 320-329.

10. A secretária executiva da ABEn, Maria Beatriz Cavaicanti de Albuquerque, em carta dirigida a Amalia C. de Carvalho, presidente da Comissão de Estatuto e Regimento Interno, datada de 24 de agosto de 1958, escreveu o seguinte: "... lembro que seja estudada a possibilidade de se acrescentar mais um cargo de vice-presidente na Diretoria da ABEn, cargo esse que seria automaticamente preenchido, como se faz de praxe no Conselho Internacional de Enfermeiras, pelo presidente que acabou o mandato.

Penso que nos seria muito agradável iniciar esse gesto de carinho e de agradecimento para com D. Maria Rosa”.

O cargo de 2.^a vice-presidente foi criado em 1958, como eletivo; a Assembléia Geral, realizada em 1963, aprovou proposta para seu preenchimento automático pela presidente que deixava o mandato. A primeira presidente a preenchê-lo automaticamente foi Clarice Della Torre Ferrarini.

11. A Associação Brasileira de Auxiliar de Enfermagem (ABAE) foi fundada oficialmente a 28 de dezembro de 1962, em São Paulo; sua origem remonta a 1948, quando foi criada a Associação dos Enfermeiros de São Paulo, designação depois mudada para Associação dos Auxiliares de Enfermagem de São Paulo e, mais tarde, Associação Brasileira dos Auxiliares de Enfermagem.

IV

ATUAÇÃO DAS DIRETORIAS

O editorial da Revista Brasileira de Enfermagem de outubro de 1963 registra, como fonte de documentação histórica de “uma parcela da vida da ABEn”, os nomes de suas presidentes e vice-presidentes e respectivos períodos de atuação, de 1938 até aquela data.

“As realizações da Associação Brasileira de Enfermagem”, disse a autora do editorial, Marina de Andrade Resende, “resultaram, muitas vezes, de esforços anônimos de seus membros e de seus colaboradores. Coube, sobretudo, às responsáveis cujos nomes foram mencionados, manter o verdadeiro espírito de solidariedade da classe, incentivar o trabalho que manteve viva a Associação e conseguir que cada membro aceitasse os sacrifícios exigidos pelo trabalho para a ascensão coletiva da classe”.

Essa ascensão coletiva da classe que, praza aos céus, jamais deixara de se processar é o resultado da acumulação de idéias e realizações, perfeitamente identificadas com o zelo pelo trabalho, que se vem somando em todos esses anos, como uma verdadeira bola de neve. À continuidade dos planos de trabalho dos membros das diretorias, isentos de qualquer vaidade de ordem pessoal, mas plenos de abnegação e generosidade, deve-se o que hoje é a Enfermagem Brasileira.

Uma retrospectiva dos principais fatos ocorridos em cada mandato permitirá compreender melhor a seqüência progressiva dos acontecimentos que determinaram o avanço social e cultural da profissão. Tentativa nesse sentido será feita em seguida, de maneira sucinta, com destaque para os nomes que constituíram as diretorias em determinado período.

Ampliando um dos extremos do período citado por Marina de Andrade Resende com novos dados, chega-se à presidente da primeira diretoria eleita, Edith de Magalhães Fraenkel; seu primeiro mandato, iniciado em 1927, segundo Izaura Barbosa Lima e em 1926, de acordo com Edméa Cabral Velho e Zaíra Cintra Vidal, terminou a 3 de novembro de 1938. Nesse dia, tomou posse Hilda Anna Krisch que, a 17 de outubro de 1941, entregou novamente a presidência a Edith Fraenkel, em seu segundo mandato. A 25 de setembro de 1943, foi substituída por Zaíra Cintra Vidal que permaneceu no cargo por dois períodos consecutivos. Em 1947 deixou o cargo a Marina Bandeira de Oliveira. Esta foi substituída por Edith Fraenkel que, pela terceira vez, aceitava dirigir a Associação, o que fez até 8 de dezembro de 1950.

Nessas duas primeiras décadas, portanto, apenas três associadas aceitaram presidir a Associação. Disse Zaíra Cintra Vidal que, findo o seu período de mandato, "como ninguém quisesse tomar o cargo (...) a Associação passou novamente para a direção de D. Edith (...)" Nas duas décadas seguintes, o problema não deixou de existir, porém, o número de associadas que se dispuseram a aceitar a grande responsabilidade do cargo, sempre acompanhado também de grandes sacrifícios, já não era tão pequeno, tornando menos difícil a escolha para a transferência do mandato; foram em número de sete as presidentes desse período.

A seguir serão apresentados a constituição das diretorias em cada período de mandato, as substituições parceladas de alguns membros e um resumo dos acontecimentos de maior relevo em cada gestão. (1) Não há informações sobre as atividades da diretoria provisória constituída em 1926 e composta de: presidente, Rimidia Bandeira de Souza Gayoso, secretária, Isolina Saldanha de Lossio, e tesoureira, Izaura Barbosa Lima.

DIRETORIA com:

Edith de Magalhães Fraenkel, presidente (1.º mandato) de 1927 a 31.11.1938; Zulema de Castro Amado, vice-presidente; Juracy Pyrrho (Pacheco da Silva). 1.ª secretária; Hermínia Nogueira, 2.ª secretária; Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, tesoureira. Conselho Fiscal: Sílvia Arcoverde de Albuquerque Maranhão, Marieta de Lima Valverde (Legey) e Durvalina Damasceno.

As mudanças efetuadas no decorrer desse período não são conhecidas.

A 20 de maio de 1938, foi feita eleição do Conselho Fiscal, que ficou assim constituído: Emília Camargo Cré, Almira Pessoa de Melo e Carmem Gonçalves. Nessa data, Zaíra Cintra Vidal

exercia o cargo de vice-presidente e Edméa Cabral Velho, o de 1.^a Secretária.

Dentre os acontecimentos de relevo, conhecidos, destacam-se: a Associação foi filiada ao Conselho Internacional de Enfermeiras, em 1929. Esse foi o ano considerado por Ethel Parsons e Bertha Pullen como o do início efetivo das suas atividades. Foi elaborado o estatuto e a associação foi registrada com o nome de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras. Em 1932, publicou-se o primeiro número de "Anais de Enfermagem"; foi também iniciado um movimento para angariar recursos a fim de ser equipada uma enfermaria para atender às associadas que dela necessitassem. Um memorial foi enviado ao Ministro do Trabalho protestando contra a "importação" de enfermeiras para o Hospital dos Estrangeiros, com prejuízo das "enfermeiras nacionais"; Bertha Pullen sugeriu a criação de um Conselho Jurídico "para tratar de casos como esse". Houve comemoração solene do dia 20 de maio. Marina Bandeira de Oliveira foi designada para organizar o serviço de Saúde Pública no Estado do Rio. Lamentada a falta de interesse das enfermeiras pela Associação.

DIRETORIA com:

Hilda Anna Krisch, presidente de 3.11.1938 a 26.9.1941. Licenciou-se de 15.9.1939 a 15.3.1940, quando Edméa Cabral Velho, vice-presidente, substituiu-a no cargo; Edméa Cabral Velho, vice-presidente; Delizeth Oliveira Cabral, substituída por Alice Araújo, 1.^a secretária; Lucília Miranda, substituída por Hildegard Goebel (Pires de Campos), 2.^a secretária; Maria Adelaide Witte Fernandes, 1.^a tesoureira; Carmem Graça, 2.^a tesoureira; Haydée Neves da Cunha, bibliotecária.

Fatos que mereceram destaque: admitido guarda-livros por dois anos, às expensas de Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis. A biblioteca ficou centralizada no pavilhão de aulas da Escola Ana Neri, com planos para a sua organização. A presidente e os membros da Comissão de Legislação defenderam os direitos da classe junto ao Ministério do Trabalho contra nomeações indevidas, tendo por base a legislação de enfermagem existente. Orminda Bastos passou a ser a advogada da Associação; um anteprojeto de regulamentação da profissão foi elaborado, tendo em vista o que havia sido apresentado ao Ministério do Trabalho pelo Sindicato dos Enfermeiros Terrestres; a presidente fez visitas de cordialidade aos membros da diretoria do Sindicato de Enfermeiros Terrestres. A sede da Associação foi transferida do pavilhão de aulas para o internato da Escola Ana Neri. Foram criadas as Comissões Social, de Le-

gislação e de Educação. O designativo *Nacional* existente no nome da Associação foi contestado pelo Ministério do Trabalho. A pedido do Conselho Internacional de Enfermeiras foram-lhe enviadas informações sobre a história da Enfermagem no Brasil e sobre a legislação e ensino de Enfermagem. Clélia Allevato, Ruth Barcelos e a Irmã Matilde Nina foram indicadas sócias honorárias. As condições do Hospital Alemão foram analisadas para eventual auxílio da Associação às associadas que necessitassem de assistência médica, com a colaboração das alunas da Escola Ana Neri para os cuidados de enfermagem; houve tentativa para conseguir aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço para as enfermeiras de Saúde Pública. Admitido um mensageiro para expedição da Revista e cobrança das anuidades. A Associação lutou contra concurso aberto pelo DASP para a carreira inicial de enfermeiros, sem exigência de diploma, em vários Ministérios.

DIRETORIA com:

Edith de Magalhães Fraenkel, presidente (2.º mandato) de 26.9.1941 a 25.9.1941; Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, vice-presidente; Mirabel Smith Ferreira Jorge, 1.ª secretária; Maura de Oliveira, 2.ª secretária; Hermínia Nogueira, 1.ª tesoureira; Ilda Domingues Morgado, 2.ª tesoureira; (passou a tesoureira titular em 1942); Edith de Souza, bibliotecária. Conselho Fiscal: Emília Camargo Cré (reeleita), Maria do Carmo Prado e Zélia Carvalho.

Edith de Magalhães Fraenkel e Maria Francisca de Almeida Reis foram candidatas únicas para os respectivos cargos e foram eleitas por unanimidade.

Nesse período, a presidente envidou esforços no sentido de evitar o concurso do DASP para preenchimento dos cargos de enfermeiros efetivos; foi realizado curso de atualização para as enfermeiras da Escola Ana Neri que exerciam esses cargos interinamente. Foi lembrada a necessidade de aquisição de sede própria. No I Congresso Pan-americano de Enfermagem, realizado no Chile em 1942, a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo foi representada por Haydée Guanais Dourado e a Escola Ana Neri foi representada por Radcliff Guanais Dourado; foi solicitada colaboração das enfermeiras e diretoras das escolas equiparadas, para organização do Congresso Pan-americano de Enfermagem que seria realizado no Rio em 1944, o que não aconteceu por causa da entrada do Brasil na II Grande Guerra. Efetivou-se a criação, no Ministério da Educação, do Serviço de Enfermeiras

junto ao Serviço de Cooperação Interamericana (International Cooperation Administration, ICA).

DIRETORIA com:

Zaira Cintra Vidal, presidente (1.º mandato) de 25.9.1943 a 18.9.1945); *Mirabel Smith Ferreira Jorge*, vice-presidente, *Gracinda Mota*, 1.ª secretária, substituída por *Celina Perrasetti* em 1944; *Thabita Lígia de Almeida*, 2.ª secretária; *Emília Camargo Cré*, 1.ª tesoureira; *Guiomar Pereira Puppain*, 2.ª tesoureira; *Lourdes Castro*, bibliotecária, Conselho Fiscal: *Safira Gomes Pereira*, *Maria Francisca F. A. Reis* e *Olga Mendes*.

DIRETORIA com:

Zaira Cintra Vidal, presidente (2.º mandato) de 18.9.1945 (2) a 18.4.1947; nessa data foi substituída por *Marina Bandeira de Oliveira*, eleita vice-presidente a 21 de março de 1947 e que permaneceu no cargo até 23.7.1948; (*) *Mirabel Smith Ferreira Jorge*, vice-presidente; *Safira Gomes Pereira*, 1.ª secretária; *Thabita Lígia de Almeida*, 2.ª secretária; *Emília Camargo Cré*, 1.ª tesoureira; *Guiomar Pereira Puppain*, 2.ª tesoureira; *Adalúcia Bomfim*, bibliotecária; *Izaura Barbosa Lima*, representante da Enfermagem nos estados; *Herminia Nogueira*, representante da Enfermagem no Distrito Federal. Conselho Fiscal: *Zilda Ramos*, *Maria de Castro Pamphiro* e *Eleosina Neves*.

A 21 de março de 1947 foram eleitos os seguintes novos membros:

Marina Bandeira de Oliveira, vice-presidente; *Hildegard Pires de Campos*, 1.ª secretária. Conselho Fiscal: *Rosaly Rodrigues Tabora*, *Flora Silvia Vitor Rodrigues* e *Corina Berlinck*. Conselho Deliberativo: *Juracy Pyrrho Pacheco da Silva*, *Maria de Castro Pamphiro*, *Ruth Borges Teixeira* e *Clarice Della Torre Ferrarini*.

Marina Bandeira de Oliveira, vice-presidente em exercício do mandato de presidente, de 18.4.1947 a 23.7.1948.

Como atividades mais importantes do primeiro mandato, destacam-se: foi aprovado e registrado o novo estatuto com a mudança do nome da associação para "Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas", ABED e elaborado um plano para reerguimento

(*) De acordo com o Estatuto de 1946, a eleição para o cargo de presidente deveria ser feita nos anos pares. O mandato de *Zaira Cintra Vidal* terminou em 1947, ano ímpar, motivo pelo qual o cargo foi ocupado pela vice-presidente, até a eleição de 1948.

da revista *Anais de Enfermagem*; o quadro social aumentou de vinte associadas, em 1943, para cento e setenta e duas, em 1945. Em junho de 1945, foi indicada comissão para estudar a proposta da Escola de Enfermeiras do Hospital S. Paulo para que fosse realizado um Congresso Nacional de Enfermagem, ainda nesse ano, no Distrito Federal, o que não ocorreu. A presidente deu entrada no Ministério de Educação e Saúde, em julho de 1945, de anteprojeto para a criação do Conselho de Enfermagem. As enfermeiras norte-americanas do SESP foram indicadas sócias honorárias da ABED. A diretoria estimulou a apresentação de enfermeiras voluntárias para a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Safira Gomes Pereira e Guiomar Puppain, enfermeiras do SESP, fizeram a compilação das leis de enfermagem que foi doada pelo SESP à Associação. A sede da Associação foi transferida para a Avenida Rio Branco, 111. Foi criada caixa pecúlio para auxílio às associadas e indicada uma Comissão Social para angariar recursos para a construção da Casa da Enfermeira. Um anteprojeto de regulamentação da profissão deu entrada no Ministério do Trabalho.

No segundo mandato houve aprovação do estatuto com a reforma na estrutura da ABED em 9.12.1946; foram criadas as Divisões de Educação e de Enfermagem de Saúde Pública. A redação de *Anais de Enfermagem* foi transferida para São Paulo. Izaura Barbosa Lima fez a divulgação da Associação nos estados. A presidente enviou memorial ao presidente da República solicitando “reconhecimento da profissão para separação da carreira de enfermeira da de auxiliar de enfermagem”; enviou, também, memorial ao Ministério da Educação e Saúde, solicitando: 1) aposentadoria aos 25 anos; 2) contagem em dobro do tempo de serviço em zonas insalubres, com risco de vida; 3) gratificação às enfermeiras em contato com doentes com moléstias transmissíveis. Novo anteprojeto de criação do Conselho de Enfermagem (5.º processo), protocolado sob o n.º 66917/47, deu entrada no Ministério da Educação e Saúde (MES). Marina Bandeira de Oliveira foi indicada para representar a ABED na Comissão designada pelo MES para estudar os problemas de Enfermagem no Brasil. A ABED apoiou a idéia da criação da Federação Interamericana de Enfermagem. Foi feito estudo sobre a participação da enfermeira no Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Elaborada a matéria sobre o ensino de Enfermagem que, utilizada pela Presidência da República na Exposição de Motivos, acompanhou o Anteprojeto n.º 92/48. Resultou na Lei n.º 775/49.

Foi criada a Seção da Bahia.

Nesse período foram realizados os seguintes congressos: 1) o I Congresso Nacional de Enfermagem, idealizado e organizado pela Seção de São Paulo presidida por Edith M. Fraenkel, em março de 1947; coube a Mirabel Smith Ferreira Jorge a presidência do Congresso como vice-presidente da ABED, no impedimento da presidente; a sexta resolução tomada nesse I Congresso determinava que a Associação deveria oferecer o Brasil para sede do próximo Congresso Internacional que seria promovido pelo Conselho Internacional de Enfermeiras; 2) o II Congresso Nacional de Enfermagem, em julho de 1948, no Rio de Janeiro, presidido por Marina Bandeira de Oliveira, vice-presidente, no exercício da presidência.

DIRETORIA com:

Edith de Magalhães Fraenkel, presidente (3.º mandato), de 23.7.1948 a 8.12.1950; Marina Bandeira de Oliveira, vice-presidente; Ana Jaguaribe da Silva Nava, 1.ª secretária; Zaíra Bitencourt, 2.ª secretária; Maria de Lourdes Verderese, tesoureira. Conselho Fiscal: Zaíra Cintra Vidal, Irmã Matilde Nina e Annita Miranda Carvalhaes. Conselho Deliberativo: Juracy Pyrrho Pacheco da Silva, Maria de Castro Pamphiro, Ruth Borges Teixeira e Clarice Della Torre Ferrarini.

A 2 de dezembro de 1949, alguns membros foram substituídos, sendo eleitas:

Ir. Matilde Nina, vice-presidente; Maria José de Almeida Leite, 1.ª secretária. Conselho Fiscal: Áurea Ferreira Dias, Ir. Marta Teles e Juracy Pyrrho Pacheco da Silva. Conselho Deliberativo: Zaíra Cintra Vidal, Annita Dourado Teixeira, Hildegard Pires de Campos e Hermínia Nogueira.

Fatos que mereceram destaque: pela primeira vez a ata de posse da diretoria foi registrada. Foi realizada em São Paulo reunião com a finalidade de criar e organizar a Federação Interamericana de Enfermagem. A diretoria indicou Ella Hasenjaeger para secretária executiva. A presidente ofereceu o Brasil para sede do X Congresso Quadrienal de Enfermagem, do Conselho Internacional de Enfermeiras, e foram indicadas as Comissões de Finanças e de Preparativos para o referido congresso. Anais de Enfermagem foi duplamente registrada como Revista sob a Lei de Imprensa e sob sua Marca. A ABED colaborou no preparo técnico de enfermeiras, plano do Ponto IV da Organização das Nações Unidas, por intermédio de algumas escolas de Enfermagem que organizaram cursos de atualização de conhecimentos; foram orga-

nizados e realizados quatro desses cursos com a cooperação da Escola de Enfermagem de S. Paulo da Universidade de São Paulo e apoio dos Ministérios da Saúde Pública de alguns países sul-americanos, a pedido da ABED; frequentaram esses cursos dezesseis enfermeiras sul-americanas e dezoito brasileiras. A ABED fez-se representar na criação do Conselho Nacional de Organizações Não Governamentais (OENG), no Brasil, organismo das Nações Unidas filiado à Organização Mundial de Saúde. A diretoria apoiou sugestão para que a Seção do Distrito Federal se responsabilizasse pela construção da Casa de Férias para enfermeiras no terreno da Ilha do Governador. Foi enviado memorial ao Ministro do Trabalho solicitando a reintegração do enfermeiro entre os profissionais liberais, retirados em 1943; foram também sugeridas a criação de um órgão representativo da classe no Ministério do Trabalho, a substituição do nome do "Sindicato de Enfermeiros (...)" para "Sindicato de Práticos de Enfermagem" e a mudança da designação do enfermeiro prático para prático de Enfermagem. A diretoria trabalhou para conseguir a promulgação da Lei n.º 775/49 e de seu regulamento.

Nesse período foram criadas as Seções de Pernambuco, do Estado do Rio de Janeiro, Paraná, Amazonas e Rio Grande do Sul; a Seção da Amazônia passou a denominar-se Seção do Pará.

Congressos realizados: o III Congresso Nacional de Enfermagem, em novembro-dezembro de 1949, no Rio de Janeiro e o IV Congresso Nacional de Enfermagem, em dezembro de 1950, em Salvador, Bahia.

DIRETORIA com:

Waleska Paixão, presidente de 8.12.1950 a 26.7.1952; Ir. Matilde Nina, vice-presidente; Maria José de Almeida Leite, 1.ª secretária; Ermengarda de Faria Alvim, 2.ª secretária; Cecília Mounier Pecego Coelho, tesoureira. Conselho Fiscal: Aurora Afonso Costa, Haydée G. Dourado e Jandira Alves Coelho. Conselho Deliberativo: Maria Rosa S. Pinheiro e Zilda Almeida Carvalho (Iniciada renovação anual do Conselho Deliberativo de dois membros apenas).

Em 17.11.1951 houve substituição de membros, sendo eleitas:

Maria Rosa S. Pinheiro, vice-presidente; Ana Jaguaribe Nava, 1.ª secretária. Conselho Fiscal: Ana Rosa Tupinambá, Maria Dolores Lins (de Andrade) e Maria Julieta Calmon Vila Boas (Irmã Joana, beneditina). Conselho Deliberativo: Aurora Afonso Costa e Haydée G. Dourado.

Fatos que mereceram destaque: foi aprovada a criação de uma Divisão de Enfermagem Hospitalar. Maria Rosa S. Pinheiro participou, como delegado da ABED, na reunião de Peritos de Enfermagem, realizada em Genebra em 1951. Edith Fraenkel e duas docentes da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Universidade de São Paulo, participaram na organização de campos de ensino clínico, no Uruguai, de acordo com o programa do Ponto IV. Zilda A. Carvalho (Hughes) participou do círculo de estudos sobre Enfermagem realizado na Guatemala, como representante da ABED. Foi solicitada subvenção federal às escolas de Enfermagem. A educadora Nair Fortes Abu Merrhy foi indicada sócia honorária, pelos relevantes serviços prestados à classe. Indicada comissão para estudo do Código de Ética para Enfermeiras. A diretoria iniciou trabalho com o projeto n.º 2991/51, que se transformou na Lei n.º 2995/56, estendendo por mais cinco anos a vigência do parágrafo único do artigo 5.º da Lei n.º 775/49, que continha permissão de requisito de escolaridade, ao lado da exigência do curso secundário completo para admissão às escolas de Enfermagem. Foi feita pela primeira vez a previsão orçamentária da Associação para 1952, pela vice-presidente e presidente da Comissão de Finanças, Maria Rosa S. Pinheiro. Foram indicadas comissões e subcomissões para o X Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras, que seria realizado no Rio de Janeiro em 1953. A diretoria procurou defender, junto aos órgãos federais, o direito dos enfermeiros das Seções do Pará, de Minas Gerais e do Distrito Federal à chefia dos serviços de enfermagem hospitalar. Houve novo pedido para a reinclusão do enfermeiro entre os profissionais liberais. Iniciado estudo para criação de cátedras nas escolas de Enfermagem; foram feitos também estudos para a revisão do currículo dos cursos de Auxiliar de Enfermagem e para a organização de Centros de Treinamento em Saúde Pública Urbana e Rural. Clara Curtis e Maria Dolores Lins (de Andrade) representaram a ABED na V Conferência das Entidades Não Governamentais realizada na Bolívia, em março de 1952.

Foi criada a Seção do Ceará.

Os congressos realizados nesse período foram: V e VI Congressos, respectivamente, em novembro de 1951, no Rio de Janeiro e em julho de 1952, em S. Paulo.

DIRETORIA com:

Glete de Alcântara, presidente (1.º mandato) de 26.7.1952 a 16.8.1954; Maria Rosa S. Pinheiro, vice-presidente; Ana Jaguaribe Nava, 1.ª secretária; Flora Silvia Vitor Rodrigues, 2.ª secretária; Enedina Ferreira, 1.ª tesoureira. Conselho Fiscal: Alice Matos Vi-

lela, Madre Marie Domineuc e Maria Geralda Franco. Conselho Deliberativo: Ir. Marta Teles e Waleska Paixão.

Em 17.7.1953, foram eleitas:

Haydée G. Dourado, vice-presidente; Clélea de Pontes, 1.^a secretária. Conselho Fiscal: Izaura Barbosa Lima, Celina Viegas e Filomena Chiarello (Spera). Conselho Deliberativo: Zaira Cintra Vidal e Elvira de Felice Souza.

Principais fatos ocorridos: a presidente empossada solicitou que fosse lançado em ata voto de louvor à administração anterior por ter sido "a que conseguiu maior harmonia na classe". Determinadas as funções da secretária executiva e indicada Beatriz Cavalcanti para o cargo. Iniciado o andamento do Projeto n.º 2640/52, projeto Novelli Júnior, que modificava o artigo 22 da Lei n.º 775/49, referente aos cursos de Enfermagem Obstétrica; dado início ao estudo do Projeto n.º 1741/52, (n.º 16/53, do Senado) que deu origem à Lei n.º 2604/55, do exercício da enfermagem profissional. Incrementado o relacionamento entre a ABED e o Sindicato de Enfermeiros e Empregados em Hospitais. Extinta a Seção do Vale do Rio Doce, criada em 1950. Reestruturada a carreira do enfermeiro no Distrito Federal, a primeira no país. Indicada Comissão Especial para trabalhar junto à Comissão do Plano de Reclassificação de Cargos, do DASP. A ABED foi declarada instituição de utilidade pública pelo Decreto n.º 31417/52. Foram adquiridas três salas à Avenida Franklin Roosevelt, no Rio de Janeiro, para sede própria. Nesse período a atenção da diretoria e das comissões concentrou-se nos preparativos para o X Congresso Internacional de Enfermagem. Tentada a inclusão da Ordem das Enfermeiras (Conselho Federal de Enfermagem) no projeto 16/53, por sugestão de Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior. Pleiteada inclusão do enfermeiro no nível técnico-científico.

Como resultado de importante emenda no estatuto, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) passou a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), em Assembléia Geral realizada em 21 de agosto de 1954.

Foram organizados e realizados o X Congresso Internacional de Enfermagem, em julho de 1953, em Petrópolis, e o VII Congresso Nacional de Enfermagem em agosto de 1954, em S. Paulo.

DIRETORIA com:

Maria Rosa S. Pinheiro, presidente (1.º mandato) de 21.8.1954 a 20.10.1956; Haydée G. Dourado, vice-presidente; Clélea de Pontes, 1.^a secretária; Maria Eva Evangelina de Moraes, 2.^a secretária;

Maria GERALDA Franco, 1.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Madre Maria Áurea da Cruz, Maria Julieta Calmo Vilas Boas e Maria de Lourdes Verderese. Conselho Deliberativo: Glete de Alcântara e Olga Verderese.

Em 15.7.1955 foram eleitas:

Celina Viegas, vice-presidente; Doralice Regina Ayres, 1.^a secretária. Conselho Fiscal: Izaura de Andrade Lopes (Godoy), Alvinha Arruda Março e Haydée Guanais Dourado. Conselho Deliberativo: Ana Jaguaribe Nava, Isabel Macintyre e Maria de Lourdes Oliveira.

DIRETORIA com:

Maria Rosa S. Pinheiro, presidente (2.^o mandato) de 20.10.1956 a 18.9.1958; Celina Viegas, vice-presidente; Doralice Regina Ayres, 1.^a secretária; Marina de Andrade Resende, 2.^a secretária. Conselho Fiscal: Clarice Della Torre Ferrarini, Maria da Glória Leite Rosas e Lydia das Dores Matta.

Em 26.10.1957, alguns membros foram renovados, sendo eleitas:

Ir. Helena Couto, vice-presidente (não exerceu o mandato); Olga Verderese, 1.^a secretária; Annita Dourado Teixeira, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Anayde C. de Carvalho, Nilza M. M. Garcia e Haydée G. Dourado.

Fatos que mereceram destaque: foi apresentado substitutivo ao Projeto n.º 115/54, que dava direito ao título de enfermeiro ao diplomado por escolas oficiais estaduais, não reconhecidas e já extintas; o projeto foi transformado na Lei n.º 2822/56, que deu a este o título de auxiliar de enfermagem; promulgadas as leis n.º 2604/55 (regula o exercício da enfermagem profissional), n.º 2995/56 (prorroga por mais cinco anos a vigência do parágrafo único do artigo 5.^o da Lei 775/49); e n.º 3160/57 (incluiu as enfermeiras da Força Aérea Brasileira no serviço de saúde do exército); iniciados os trabalhos com o projeto de lei orgânica do ensino de Enfermagem, n.º 3082/57. Instituída a Comissão de Diretoras da Divisão de Educação. A ABEn foi finalmente instalada em sede própria. A Revista Brasileira de Enfermagem foi registrada com personalidade jurídica; aberta a primeira sucursal da Revista em São Paulo; concretizado o plano elaboração e remessa de um Boletim Informativo mensal para as seções e escolas ou cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Concedida, pela primeira vez, subvenção federal às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Izaura

Barbosa Lima, indicada pela diretoria, fez um levantamento do número de cursos de Auxiliar de Enfermagem existentes no país. Indicada comissão especial, presidida por Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, para elaborar programa de recrutamento e orientação às escolas de Enfermagem. Aprovado o Código de Ética de Enfermagem. Iniciado o programa de Bolsas de Estudos patrocinadas por Laboratórios, com a Bolsa "Lais Netto dos Reys", concedida pelo Laboratório Crino-Seda; foi instituído, também nesse período, o prêmio "Edith de Magalhães Fraenkel" para o melhor trabalho inédito sobre Enfermagem em Centro Cirúrgico. Foi concedida a enfermeira do SESP Clara Curtis com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, por sugestão da ABEn, pelos relevantes serviços prestados à Enfermagem. Incentivado maior entrosamento com os sindicatos e planejada a criação de uma coligação de todas as associações representativas da Enfermagem. Iniciados os trâmites para conseguir doação de terreno em Brasília, D. F., por sugestão da enfermeira Cacilda Rosa Bertoni. Criado o emblema da ABEn.

Durante esses dois mandatos foram realizados, o I Seminário para Instrutoras de Escolas de Enfermagem, no Rio de Janeiro, em 1956, e o Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, em Salvador, Bahia, 1958.

Foram criadas as Seções do Paraná, Maranhão e Mato Grosso.

Como realização da maior importância, foi planejado, organizado e concluído o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.

Quanto aos Congressos, realizaram-se os seguintes: o VIII Congresso Nacional de Enfermagem, em agosto de 1955, Belo Horizonte e os IX, X e XI Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, em outubro de 1956, Porto Alegre, outubro de 1957, Niterói e outubro de 1958, Recife.

DIRETORIA com:

Marina de Andrade Resende, presidente (1.º mandato) de 18.9.1958 a 23.7.1960. *Amalia Corrêa de Carvalho*, 1.ª vice-presidente; *Marina de Vergueiro Forjaz*, 1.ª secretária; *Izaura Lopes de Godoy*, 2.ª secretária; *Diva Câmara*, 1.ª tesoureira; *Annita Dourado Teixeira*, 2.ª tesoureira; *Maria Rosa S. Pinheiro*, representante do Setor ICN; *Glete de Alcântara*, secretária do Setor ICN; *Rosa de Lima Moreira*, representante do Setor CICIAMS; *Maria Amélia Rangel Garcia*, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Mar-

gareth Mein (Costa), Edith de Magalhães Fraenkel e Izaura Barbosa Lima.

Em 25.7.1959, tomaram posse, como novos membros eleitos:

Izaura Barbosa Lima, 2.^a vice-presidente (um ano de mandato); Lenísia Costa Santos, 2.^a tesoureira; Maria Tereza Calmon Vilas Boas, secretária do Setor ICN; Terezinha Teixeira Vieira, representante do Setor CICIAMS (um ano de mandato); Maria José Magalhães, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Irmã Eufrásia Costa, Margareth Mein Costa e Nilza M. M. Garcia.

DIRETORIA com:

Marina de Andrade Resende, presidente (2.^o mandato) de 23.7.1960 a 21.7.1962; Maria Borges Leal, 2.^a vice-presidente; Marina de Vergueiro Forjaz, 1.^a secretária; Tereza Sena, 2.^a secretária; Irmã Maria Tereza Notarnicola, 1.^a tesoureira; Lenísia Costa Santos, 2.^a tesoureira; Clarice Della Torre Ferrarini, representante do Setor ICN; Terezinha Teixeira Vieira, representante do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Ana Rosa Tupinambá, Maria Valderez Borges e Zaíra Bittencourt.

Em 22.7.1961, foram eleitas:

Marina de Vergueiro Forjaz, 1.^a vice-presidente; Maria Carmem Teixeira (Ir. Madalena), 1.^a secretária; Maura Maria Pereira de Lima, 2.^a tesoureira; Circe de Melo Ribeiro, secretária do Setor ICN; Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Aurora Afonso Costa, Celina Cunha Tibiriçá e Irmã Emilia Clarizzia.

Atividades que se destacaram, nesses dois períodos: continuação do trabalho iniciado na gestão anterior no sentido de conseguir doação de terreno em Brasília para construção de sede própria. Visitadas, pela presidente da ABEn, funcionária do SESP e pela presidente da Comissão de Seguimento do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, as seguintes Seções (*): Amazonas (3), Sergipe (4) Bahia (3), Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco (2), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1). Foram apresentados subsídios ao projeto que deu origem ao Decreto n.º 50387/61, que regulamentou a Lei n.º 2604/55, do exercício da enfermagem; promulgada a Lei

(*) O número entre parênteses refere-se ao número de vezes em que as seções foram visitadas.

n.º 3780/60, que incluiu o enfermeiro no nível técnico-científico no Plano de Classificação de Cargos, graças ao trabalho da diretoria e, principalmente, de Haydée G. Dourado. A Semana da Enfermagem foi oficializada pelo Decreto n.º 48202/60. O Grupo Enfermeiro foi colocado novamente na Confederação Nacional de Profissionais Liberais pela Portaria MTPS n.º 94/62; a presidente elaborou vários subsídios para estudo do projeto 3803/62, que dispunha sobre o exercício da profissão de obstetrix e criava os Conselhos das Obstetrixes. O pedido de financiamento da Revista Brasileira de Enfermagem pela Fundação Kellogg foi negado, porém, foi conseguida ajuda financeira da Fundação Rockefeller. Foram estabelecidas treze subcomissões da Comissão de Educação para elaborar modelos de programas como sugestão às escolas de Enfermagem; desenvolvida campanha de recrutamento de alunos e rodado o filme-documentário "Enfermeiras para o Brasil", a pedido de Marjorie Spaulding, enfermeira consultora do Ponto IV, sob orientação da ABEn. Instituído o "Fundo de Impressão" com a finalidade de publicar folhetos e livros sobre Enfermagem. Por influência da ABEn foi conseguida a federalização da Escola de Enfermagem do Recife como instituto autônomo da Universidade. Dentre as comissões especiais indicadas destacaram-se: a Comissão Pró Sindicalização do Enfermeiro, de revisão do Relatório Final do Levantamento, para estudo de anteprojeto de Lei criando o Conselho de Enfermagem, e a de colaboração com o MEC para o estudo dos pedidos de autorização para funcionamento e reconhecimento de novas escolas. Foram negados, definitivamente, os pedidos da ABEn para a criação de um órgão próprio que tratasse dos assuntos de Enfermagem na Diretoria do Ensino Superior, DESu. A ABEn fez-se representar na Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, ABESC e nas cerimônias do Primeiro Centenário de Fundação da Escola Nightingale do Hospital São Tomás, em Londres. A presidente colaborou com a Confederação Nacional das Indústrias, com apresentação de trabalho sobre ensino de Enfermagem, documento que serviu de base para as discussões em Seminários Regionais. Foi enviado memorial aos três candidatos à Presidência da República, apresentando o programa de trabalho da ABEn e a contribuição dos enfermeiros nos serviços de saúde.

Nesse período foram realizados o I Seminário Didático sobre aspectos Sociais e de Saúde no currículo das escolas de Enfermagem e a I Reunião de Enfermeiras Obstétricas.

Foram criadas as Seções do Rio Grande do Norte, Brasília-D.F., Amapá e de Santa Catarina.

Como atividades de maior relevância, destacam-se o planejamento, instalação e funcionamento da Comissão de Seguimento do Levantamento.

Realizados os XII e XIII Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, em julho de 1959, em São Paulo e julho de 1960, em Belo Horizonte; o II Latino Americano do CICIAMS, em julho de 1961, no Rio de Janeiro; e o XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, em julho de 1962, em Curitiba.

DIRETORIA com:

Clarice Della Torre Ferrarini, presidente de 27.1.1962 a 18.7.1964; *Marina de Vergueiro Forjaz*, 1.^a vice-presidente; *Honorina dos Santos*, 2.^a vice-presidente (renunciou) *Ir. Maria Carmem Teixeira*, 1.^a secretária; *Enir de Souza Lima*, 2.^a secretária; *Lenísia Costa Santos*, 1.^a tesoureira; *Maura Maria Pereira de Lima*, 2.^a tesoureira; *Anyta Alvarenga*, representante do Setor ICN; *Amália Corrêa de Carvalho*, representante do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: *Altair Alves Arduino*, *Izaura Barbosa Lima* e *Nilza Marques Maurício Garcia*.

Em 20.7.1963, houve posse de novos membros:

Doralice Regina Ayres, 1.^a vice-presidente; *Delzuite de Souza Cordeiro*, 2.^a vice-presidente; *Ir. Maria Gabriela Nogueira*, 1.^a secretária; *Ir. Maria Tereza Notarnicola*, 2.^a tesoureira; *Georgete de Jesus Teixeira*, secretária do Setor ICN; *Angelina Dirse*, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: não houve eleição. Por decisão posterior da Assembléia Geral permaneceram os mesmos membros.

Atividades de destaque: trabalho de acompanhamento do processo de doação de terreno em Brasília; instituída a Campanha do Tijolo pró-construção da sede em Brasília. Trabalho junto ao Conselho Federal de Educação visando modificações no Parecer n.º 271/62, que determinou o currículo mínimo do curso de Enfermagem. Foi elaborado um "Guia de Regimento Interno" para as escolas de Enfermagem particulares. Instituído o Fundo de Bolsa de estudos para enfermeiras. Traduzido e publicado o livro "Equipe de Enfermagem — organização e funcionamento", de *Eleanor C. Lambertsen*. Dentre as comissões especiais, destacou-se a indicada para estudar o projeto de criação do Conselho de Enfermagem. Instituídas reuniões da diretoria com as presidentes das seções durante os trabalhos dos congressos, para discussão dos relatórios e dos problemas apresentados pelas seções. Fundadas as Associações Profissionais de Enfermeiros da Guanabara, do Estado do Rio, de Brasília e do Ceará.

Criada a Seção de Alagoas.

Realizados os XV e XVI Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, em julho de 1963, em Fortaleza e julho de 1964, em Salvador.

DIRETORIA com:

Circe de Melo Ribeiro, presidente (1.º mandato) de 18.7.1964 a 6.7.1966; Doralice Regina Ayres, 1.ª vice-presidente; Clarice Della Torre Ferrarini, 2.ª vice-presidente; Ir. Maria Gabriela Nogueira, 1.ª secretária; Alzira de Souza Melo, 2.ª secretária (renunciou em 1965); Raimunda Becker, 1.ª tesoureira; Ir. Maria Tereza Notarnicola, 2.ª tesoureira; Marieta March, representante do Setor ICN; Amalia Corrêa de Carvalho, representante do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Ir. Ana Sá, Maria Aparecida Mâncio e Isabel dos Santos.

Em 24.7.1965, foram eleitas:

Delzuite de Souza Cordeiro, 1.ª vice-presidente; Ir. Maria Gabriela Nogueira, 1.ª secretária (reeleição); Irene de Oliveira Carvalho, 2.ª secretária (um ano); Ir. Maria Tereza Notarnicola, 2.ª tesoureira; Izaura Lopes Godoy, secretária do Setor ICN; Maria Célia Sivieri, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Ir. Ana Sá, Maria Aparecida Mâncio e Isabel dos Santos.

DIRETORIA com:

Circe de Melo Ribeiro, presidente (2.º mandato) de 16.7.1966 a 13.7.1968; Delzuite de Souza Cordeiro, 1.ª vice-presidente; Clarice Della Torre Ferrarini, 2.ª vice-presidente; Ir. Maria Gabriela Nogueira, 1.ª secretária; Maria Valdez Borges, 2.ª secretária (deixou o cargo); Clélia Luiza Gonçalves Pinto, 1.ª tesoureira; Ir. Maria Tereza Notarnicola, 2.ª tesoureira. Conselho Fiscal: Izaura Barbosa Lima, Izaura Lopes Godoy e Dolores Freitas Dieger. Coordenadoras de Comissões: Assistência, Lourdes Torres Garcia; Documentação e Estudos, Amalia C. Carvalho; Educação, Glete de Alcântara; Legislação, Haydée G. Dourado; Revista Brasileira de Enfermagem, Maria Rosa S. Pinheiro.

Em 27.7.1967, tomaram posse:

Maria Dolores Lins de Andrade, 1.ª vice-presidente; Edla Dalva Moreira, 1.ª secretária; Francisca Aurinívia Teles (Ir. Marta Teles) 2.ª secretária (um ano); Marilda Figueiredo Borges, 2.ª tesoureira. Conselho Fiscal: Elvira de Felice Souza, Ester de Almeida Neves (Ir. Antoinette) e Izaura Barbosa Lima.

Acontecimentos que mereceram destaque: foi conseguida a assinatura de transmissão de posse do terreno em Brasília e foram aprovados os planos para a construção da sede; lançada a pedra fundamental da sede a 21 de julho de 1967 e iniciados os trabalhos da construção; estabelecidas as cotas de participação das seções nas despesas com a construção. Conseguida a isenção de impostos das salas da ABEn no Rio de Janeiro. Foi realizado trabalho no sentido de modificar dispositivos do Decreto n.º 54015/64, que colocou o enfermeiro nos níveis de vencimentos correspondentes a cursos de três anos de duração; desse trabalho resultou a assinatura do Decreto n.º 57180/65, colocando o enfermeiro nos níveis de vencimentos correspondentes a cursos de quatro anos. Idealizada a organização da Galeria das ex-Presidentes, na Biblioteca da sede. Instituído o Fundo "Marina de Andrade Resende" para auxílio financeiro à Revista Brasileira de Enfermagem. Reeditados o Manual do Auxiliar de Enfermagem; Equipe de Enfermagem-Organização e funcionamento; tese de Glete de Alcântara "Enfermagem Moderna no Brasil — Obstáculos para sua expansão"; e editado o Relatório do I Seminário Regional do Ensino Médio. Solicitada ao Conselho Federal de Educação a revisão do currículo do curso de graduação em Enfermagem para incluir um quarto ano diversificado; solicitada ao Conselho Federal de Educação a regulamentação do curso técnico de Enfermagem no Sistema Federal de Ensino, nos moldes da Portaria n.º 106/65, para os cursos de Auxiliar de Enfermagem. Dentre as comissões especiais criadas, merecem menção a destinada ao estudo da carreira de enfermeiro nas Forças Armadas; a de Finanças, presidida por Ir. Maria Tereza Notarnicola; a de estudos da situação do atendente; e a do histórico da ABEn, presidida por Edith de Magalhães Fraenkel. Instituído o Prêmio "Enfermeira do Ano", patrocinado pela Johnson e Johnson do Brasil.

Foi realizado, em Curitiba, o I Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem.

Foram realizados, em julho de 1965, 1966, 1967 e 1968, os XVII, XVIII, XIX e XX Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, no Rio de Janeiro, em Belém, em Brasília e em Recife.

DIRETORIA com:

Amalia Corrêa de Carvalho, presidente (1.º mandato) de 13.7.1968 a 25.7.1970; *Maria Dolores Lins de Andrade*, 1.ª vice-presidente; *Circe de Melo Ribeiro*, 2.ª vice-presidente; *Edla Dalva Moreira*, 1.ª secretária; *Glycon José Bernardes*, 2.º secretário; *Ir.*

Maria Tereza Notarnicola, 1.^a tesoureira; Marilda F. Borges 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Elvira de Felice Souza, Izaura Barbosa Lima e Aracy Coimbra. Coordenadoras de Comissões Permanentes: Assistência, Clarice D. T. Ferrarini (renunciou), substituída por Ursula Engel; Documentação e Estudos, Glete de Alcântara; Educação, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira; Legislação, Haydée G. Dourado; Revista Brasileira de Enfermagem, Maria Rosa S. Pinheiro.

Em 18.10.1969 foram eleitas:

Maria Dolores Lins de Andrade, 1.^a vice-presidente (reeleição); Ieda Barreira e Castro, 1.^a secretária; Leônia Borges Machado, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Maria Amélia Rangel Garcia, Aracy Coimbra e Elvira de Felice Souza. Coordenadora da Comissão de Assistência, Ursula Engel.

DIRETORIA com:

Amalia Corrêa de Carvalho, presidente (2.^o mandato) de 25.7.1970 a 22.7.1972; Maria Dolores Lins de Andrade, 1.^a vice-presidente; Circe de Melo Ribeiro, 2.^a vice-presidente; Ieda Barreira e Castro, 1.^a secretária; Izaura Lopes Godoy, 2.^a secretária; Ir. Maria Tereza Notarnicola, 1.^a tesoureira; Leônia Borges Machado, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Aracy Coimbra, Maria Amélia Rangel Garcia e Raimunda Becker. Coordenadoras das Comissões Permanentes: Assistência, Ursula Engel; Documentação e Estudos, Anayde C. Carvalho; Educação, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira; Legislação, Haydée G. Dourado; Revista Brasileira de Enfermagem, Vilma Carvalho.

Em 17.7.1971 foram eleitas:

Maria Francisca Rangel de Jesus Barros, 1.^a vice-presidente; Ieda Barreira e Castro, 1.^a secretária (reeleição); Alphaida Teixeira dos Anjos, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Aracy Coimbra (reeleição) Maria Amélia Rangel Garcia (reeleição).

Acontecimentos importantes: durante dois anos e meio, quase todas as atividades da diretoria estiveram concentradas na construção da sede em Brasília; os trabalhos foram ativados e, para fazer face às despesas, várias atitudes foram tomadas; dentre essas, foi lançada a Campanha da Placa Institucional e da Placa Individual. Reeditado o "Manual de Auxiliar de Enfermagem", revisto e aumentado; editado o livro "Princípios de Física e Química aplicados à Enfermagem"; duplicados, para venda, os Guias de Estudo de Enfermagem Obstétrica, Ginecológica e Pediátrica. Foi apro-

vada a política de trabalho da ABEn. Efetivada a filiação da ABEn à Federação Pan-americana de Enfermeiras(os) solicitada em 1969. Visitadas as Seções de Santa Catarina, Guanabara, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Maranhão. Encaminhado novo projeto de currículo mínimo ao Conselho Federal de Educação que deu origem ao Parecer 163/72; tomadas providências para que desse entrada na Câmara dos Deputados o Projeto de lei n.º 2334/70, que modifica a Lei n.º 2604/55, de modo a incluir o técnico de enfermagem nessa mesma Lei; rejeitado o Projeto de lei n.º 27/67 sobre aposentadoria aos 25 anos para enfermeiros; renovada solicitação sobre salário profissional para enfermeiros. Assinado convênio entre a ABEn e a Associação Brasileira de Escolas Médicas, Associação Brasileira de Ensino Odontológico e a Associação Brasileira de Ensino de Farmácia e Bioquímica para a criação do Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde, NIERHS. Reiniciadas gestões para a formação das Associações Profissionais. Proposto convênio com a Seção da Guanabara para a construção da Casa da Enfermeira no terreno da Ilha do Governador. Dentre as comissões especiais indicadas pela diretoria merecem destaque as que foram organizadas ou reorganizadas para: estudar a regulamentação do Técnico de Enfermagem, estudar a carreira do enfermeiro nas Forças Armadas, complementar o Livro de Leis, elaborar a política de trabalho da ABEn, rever o Código de Ética, elaborar documento sobre o Plano de Classificação de Cargos nos três níveis de enfermagem e para elaborar o anteprojeto de estatuto do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem. Foi feita a inscrição da ABEn no Ministério da Fazenda, incluindo as seções, para fins de isenção de imposto de renda. Foi entregue o título de sócia remida a Maria Amélia Rangel Garcia e, em homenagem póstuma, à Maura Maria Pereira de Lima (1972).

Além dessas atividades, destacou-se a inauguração da primeira fase (parte administrativa) da construção da sede em Brasília, a 15 de maio de 1971.

Foram realizados os seguintes congressos: XXI, XXII, XXIII e XXIV Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, em 1969, 1970, 1971 e 1972, nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Manaus e Belo Horizonte.

DIRETORIA com:

Glete de Alcântara (3), presidente (2.º mandato) de 22.7.1972 a 3.11.1974, quando faleceu.

Maria da Graça Corte Imperial: 1.^a vice-presidente em exercício do mandato de presidente de 3.11.1974 a agosto de 1976; *Amalia C. Carvalho*, 2.^a vice-presidente; *Izaura Lopes de Godoy*, 1.^a secretária; *Maria José Schmidt*, 2.^a secretária; *Taka Oguisso*, 1.^a tesoureira; *Maria Helena Nogueira*, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: *Irmã Maria Tereza Notarnicola*, *Rosalba de Oliveira L. Cavalacnti* e *Gilka Sampaio Garcia*. Coordenadoras de Comissões Permanentes: *Assistência*, *Clélia Márcia Cordova* (não completou o mandato); *Documentação e Estudo*, *Nilza da Rocha D'as de Medeiros*; *Educação*, *Elvira de Felice Souza*; *Legislação*, *Maria Alves Amorim*; *Revista Brasileira de Enfermagem*, *Celina de Arruda Camargo*.

Fatos que mereceram destaque: conseguida a promulgação da Lei n.º 5905/73 que cria os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem. Terminada a urbanização da sede em Brasília e iniciado o plano de decoração. Solicitada a inclusão do enfermeiro no quadro de pessoal para os serviços especializados em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, concedida em 1974. Indicada comissão especial de revisão do estatuto. Reeditado o Manual do Auxiliar de Enfermagem. Feito o levantamento patrimonial das seções; procedido o recadastramento do Cadastro Geral de Contribuições (CGC) das seções estaduais e distritos.

Essa diretoria deu posse, a 23 de abril de 1975, aos membros do I Conselho Federal de Enfermagem, indicados pela Portaria do Ministro do Trabalho n.º 3.059 de 5 de março de 1975.

Foram realizados, o XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem, sob a presidência de Glete de Alcântara em 1973, na cidade de João Pessoa, Paraíba; o XXVI e XXVII, sob a presidência de Maria da Graça Corte Imperial, respectivamente, em 1974 e 1975, o primeiro em Curitiba e o segundo em Salvador, Bahia.

SECRETARIA EXECUTIVA

1948 Edith M. Fraenkel iniciou sua terceira gestão na presidência da ABEn logo após as eleições realizadas durante o II Congresso Nacional de Enfermagem, a 23 de julho de 1948.

Como diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Universidade de S. Paulo, teve como assessora para os assuntos educacionais, desde a fundação dessa escola, Ella Hasenjaeger, enfermeira norte-americana, consultora de Enfermagem do Instituto

Interamericano de Administração (I.I.A.A.) e FSESP, em serviço cooperativo de Saúde Pública entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos. Trabalhando juntas em assuntos relacionados com a Escola, passou Ella Hasenjaeger a dar também seu inteiro apoio e colaboração aos trabalhos da ABEn, principalmente na década de 1940 a 1950; a experiência que havia trazido de seu país credenciava-a a exercer o papel de assessora, notadamente na realização dos primeiros congressos. Assim foi que, em 1947, foi escolhida para presidir a Comissão de Programas do I Congresso Nacional de Enfermagem (hoje Comissão Executiva), função que exerceu também nos dois congressos subseqüentes. Seu interesse e dedicação pela ABED foram tantos que, por várias vezes, recebeu votos de louvor da Assembléia Geral e da diretoria, pelo trabalho realizado.

A 3 de dezembro de 1949, Edith M. Fraenkel advogou junto à diretoria a necessidade de a ABED ter uma secretária executiva e obteve desta a aprovação do nome de Ella Hasenjaeger para exercer o cargo, uma vez que esta já vinha exercendo essas funções, mesmo sem ter sido designada.

1949

Ella Hasenjaeger voltou para os Estados Unidos em 1951, após sete anos de serviços no Brasil, todos eles prestados junto àquele escola de Enfermagem e à ABED.

Em abril de 1950, Dulce Ferreira Pontes foi indicada para auxiliar Ella Hasenjaeger na secretaria executiva, às expensas e por oferecimento da FSESP, durante um ano, dado o acúmulo de trabalho existente. Com a saída da titular, permaneceu no cargo de agosto de 1950 a setembro de 1952.

1950

A necessidade de se definirem as atribuições da secretária executiva foi discutida em várias reuniões do Conselho Deliberativo nos anos de 1951 e 1952, até que, finalmente, foram as mesmas aprovadas pela diretoria a 17 de setembro de 1952. Nesse mesmo dia foi oficializado o pedido de demissão de Dulce Pontes e indicada Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque para substituí-la (4). Durante os sete anos que permaneceu no cargo (1952-1959), Beatriz Cavalcanti trabalhou intensamente para a ABEn, permitindo às diretorias desse período certa continuidade no trato dos problemas e necessidades da classe. O seu falecimento a 15 de junho de 1959, tirou-a do posto e privou a ABEn de uma dedicada colaboradora. No período de abril a agosto de 1957, quando esteve afastada, foi substituída por Maria Stela Teixeira de Oliveira.

No relatório apresentado em 1957, por Beatriz Cavalcanti, correspondente ao período de 1956 a 1957, consta que, "como novidade de trabalho, foi iniciado este ano, durante a estada de Maria Stela na Secretaria Executiva, o Boletim Informativo que deverá ser mantido em caráter mensal."

1959
1960

A partir de 1959 até aproximadamente 1972, as diretorias da ABEn não conseguiram uma secretária executiva definitiva, como seria desejável e necessário. Em 20 de junho de 1959, a diretoria indicou Judith Feitosa de Carvelho, que foi substituída por Violeta Aragão de Araújo em novembro de 1960. Esta, por sua vez, foi substituída por Maria Helena Ferreira de Aguiar, em outubro de 1961.

1962

Em julho de 1962, a presidente Clarice Ferrarini resolveu transferir para S. Paulo a secretaria executiva e a responsabilidade da elaboração do Boletim Informativo, para facilitar o trabalho. Ida de Jesus Picanço foi indicada e aceitou o cargo, desistindo da remuneração que lhe cabia, oferecendo-a à ABEn, para as despesas da própria secretaria. Ester Moraes substituiu-a em 1964, mas permaneceu no cargo por pouco tempo. Este ficou vago até 1966. Durante esse período, a presidente Circe de Melo Ribeiro contou com a colaboração de Nise de Melo Ribeiro, como escriturária.

1966
1969

Neusa Aparecida Ramos iniciou novamente o ciclo, como secretária executiva, exercendo a função de junho de 1966 a janeiro de 1967. Em agosto do ano seguinte, Yoriko Hara (Kamiyama) foi indicada e aceitou a atribuição, mas já em novembro desse ano foi substituída por Denise Ribeiro Cardoso, que nela permaneceu até março de 1969. Dada a dificuldade de ser encontrada uma profissional que tivesse a possibilidade de maior permanência no cargo, voltou novamente Nise de Melo Ribeiro a dar colaboração, como escriturária.

1970

Em 1970, Clarice Ferrarini comprometeu-se a auxiliar a presidente reeleita, Amália C. Carvalho, aceitando os encargos de secretária executiva, sem ônus para a ABEn. Com essa responsabilidade vem atuando desde então, tendo merecido da Assembléia de Delegados, realizada em 1972, o título de sócio benemérito, em reconhecimento pela grande colaboração que vem prestando à Associação.

NOTAS

CAPÍTULO IV

1. As fontes de consulta utilizadas para a elaboração deste capítulo foram: 1) Livros de Atas de reuniões da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Assembléias Gerais ou de Delegados da Associação, de 1938 a 1975; 2) relatórios anuais das presidentes.

2. Na reunião de 18 de setembro de 1945, foi indicada Izauro Barbosa Lima para presidir o novo mandato, como candidata única; esta protestou alegando as constantes viagens que vinha fazendo, exigidas pelo seu trabalho profissional, o que tornava seu tempo de permanência no Rio de Janeiro muito variável; propôs então a reeleição de Zaíra Cintra Vidal, nome que já constava da chamada chapa-oposição, apresentada por Leontina Gomes. Esta foi aprovada e a eleição se processou normalmente.

3. Iniciado o período de quatro anos e a coincidência de mandatos dos membros da diretoria, conforme determinação do novo estatuto.

4. Sobre a personalidade de Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque, consultar Anais de Enfermagem de outubro de 1952, p. 416 e Rev. Bras. de Enf. de setembro de 1959, p. 330.

V

COMISSÕES PERMANENTES

Para auxiliar a diretoria em suas tarefas executivas existem as comissões permanentes e especiais; as primeiras têm, como objeto de seu trabalho, assuntos específicos ligados à vida da Associação e, por isso mesmo, nela exercem papel de relevância; as segundas são criadas quando determinado problema se apresenta, e desaparecem quando este é solucionado ou deixa de existir.

Ao focalizar o desenvolvimento das comissões permanentes da ABEn, a idéia que prevaleceu foi a de ressaltar a contribuição de cada uma delas no esforço comum para o progresso da classe; pensou-se também que seria de justiça salientar a atuação de suas presidentes, que dedicaram expressiva parte de seu tempo de lazer à coordenação e execução dos trabalhos que lhes eram pertinentes.

Não foram incluídas neste capítulo a já extinta de Auxiliar de Enfermagem e as atuais comissões de Educação, Legislação, Documentação e Estudos e Revista Brasileira de Enfermagem; estas, por sua própria natureza, sempre apresentaram objetivos mais amplos e, conseqüentemente, resultados de maior alcance. Pelo volume de seus empreendimentos, serão tratadas em capítulos especiais dedicados aos assuntos com os quais se relacionam, ou seja, ensino e legislação de Enfermagem, levantamento de recursos e necessidades de Enfermagem e publicações (1). Pela mesma razão e, pela importância que é dada ao Código de Ética da ABEn, esse assunto também será abordado em capítulo à parte.

AS COMISSÕES PERMANENTES E O ESTATUTO

Os primeiros órgãos técnicos da ABEn foram indicados pela presidente, em caráter especial. O Estatuto de 1929 dava como

da competência desta “nomear comissões”; esse é o primeiro documento encontrado que faz referência à existência desses órgãos sem, no entanto, identificá-los.

A 28 de janeiro de 1939, Hilda A. Krisch (1938-1941) expôs à diretoria plano para criar algumas comissões dando assim “oportunidade a cutras sócias de trabalharem para a Associação”. Foram sugeridas as de Educação, Legislação e Social. Três meses mais tarde houve ampliação do plano e foram criadas, além dessas, as de História da Enfermagem, Instalação da Sede e de Estatuto. 1939

De 1939 a 1945, foram encontradas referências diretas apenas sobre as atividades da Comissão de Estatuto, reformado em 1944. Nesse ano foram instituídas uma comissão consultiva composta de sete membros e quatro comissões denominadas: Artística, de Cultura, de Publicidade e de Propaganda Social. No ano seguinte, 1945, por sugestão da presidente Zaira Cintra Vidal (1943-1947), foi criada a Comissão Social com a finalidade de promover reuniões para recreação das associadas e angariar recursos para a construção da Casa da Enfermeira. 1945

Na reforma procedida em 1946, o estatuto passou a conter um capítulo dedicado às Divisões de Educação e de Enfermagem de Saúde Pública, e outro, às comissões permanentes. Essa foi a primeira indicação da existência das mesmas com essa característica, porém, sem mencioná-las separadamente (2). De acordo com o programa do I Congresso Nacional de Enfermagem, 1947, deveriam apresentar relatório ao Conselho Deliberativo, as Comissões de Anais de Enfermagem, Informações e Publicidade, Estatuto, e Intercâmbio Profissional; estas eram, portanto, as comissões então existentes e em atividade.

Em julho de 1948, ainda com Edith Fraenkel na presidência da Comissão, e novamente modificado o estatuto, as comissões permanentes passaram a ser indicadas anualmente pela presidente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo. As que constaram do estatuto, em caráter permanente, foram as seguintes: Redação, Informações e Publicidade, Intercâmbio Cultural e Profissional, Biblioteca e Estatuto e Regimento Interno. E em caráter especial, as de Preparo de Chapas e de Eleições. 1948

Apesar de determinação estatutária, somente um ano depois, 1949, foram escolhidos a presidente e os membros que deveriam integrar essas comissões; nessa ocasião, foram indicados também os membros das comissões de Finanças e de Auxiliares de Enfermagem, que não constavam da relação anterior. 1949

A Assembléia Geral realizada durante o III Congresso Nacional de Enfermagem, 1949, resolveu recomendar que as seções estaduais tivessem comissões correspondentes às da ABED; na relação então indicada, além das de Educação e de Saúde Pública (as seções não tinham divisões), foi citada também a de Legislação, sem especificar, porém, se de caráter permanente ou especial.

1950

A partir de 1950, de acordo com nova determinação do estatuto, a apresentação do relatório das atividades de cada comissão passou a fazer parte da agenda das reuniões ordinárias da diretoria e do Conselho Deliberativo (3). A constituição de cada uma delas deveria ser aprovada anualmente por esse conselho por indicação da diretoria e não mais da presidente apenas. Nesse ano constou ainda como permanente a Comissão Executiva do Congresso, além das oito já existentes (4).

1952

Em 1952, Maria Geralda Franco, apoiada por Maria Rosa S. Pinheiro, salientou a necessidade de ser criada uma comissão de recrutamento de sócias. O assunto, porém, não chegou a impressionar os membros do Conselho Deliberativo, naquela ocasião; como em geral acontece, precisar-se-ia de mais tempo para a idéia amadurecer, e isto se deu em 1954, quando saiu resolução do VII Congresso Nacional de Enfermagem para que a ABED promovesse, "através de suas Seções, um programa de recrutamento de novos membros". Em obediência a essa determinação, a diretoria decidiu designar a mesma Maria Geralda Franco para elaborar um plano de recrutamento de novas associadas.

1955

Em 1955 as Divisões de Educação e de Saúde Pública foram transformadas em comissões permanentes. Existiam, então, nove dessas comissões, com as seguintes mudanças em relação às de 1950: foram criadas as de Assistência e de Relações Públicas e extintas as de Redação, Executiva do Congresso e de Informações e Publicidade.

1963

De 1956 a 1963, a ABEn funcionou com catorze comissões permanentes (5); nesse último ano algumas foram englobadas, passando a subcomissões e outras, extintas. Foram elas: a subcomissão de Auxiliar de Enfermagem, coordenada pela Comissão de Educação, e as de Enfermagem Hospitalar, Enfermagem de Saúde Pública e Enfermagem Para-Hospitalar (esta última recém-criada), pela recém-criada Comissão de Assistência de Enfermagem; foram extintas as de Assistência, Intercâmbio Cultural e Profissional e de Relações Públicas; foi criada, também, a de Defesa de Classe. Essa nova organização, porém, permaneceu somente até outubro de 1965, quando as comissões foram limitadas

1965

a cinco; suas presidentes passaram a denominar-se coordenadoras e a integrarem a diretoria da Associação. São elas: Assistência de Enfermagem, Documentação e Estudos, Educação, Legislação e Revista Brasileira de Enfermagem.

Esta instabilidade aparente na determinação dos instrumentos por meio dos quais a Associação deve atuar pode ser considerada, na realidade, como uma conseqüência de sua preocupação em ajustar-se às necessidades da época; uma vez alteradas ou removidas com o decorrer do próprio desenvolvimento da Associação, outros meios foram idealizados. Como será a seguir relatado, todas as comissões prestaram apreciáveis serviços à classe (6).

ATUAÇÃO DAS COMISSÕES

Biblioteca (1938-1946)

A existência de uma biblioteca é imprescindível em uma associação de caráter cultural; sua organização e manutenção exigem, porém, recursos materiais e de pessoal com os quais a ABEn ainda não pode contar; essa a razão pela qual a história da sua biblioteca se apresenta sem continuidade, nos primeiros anos. Várias foram as tentativas para “organizar” uma biblioteca que, aparentemente, já deveria existir.

Uma bibliotecária fez parte da diretoria da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras de 1938 a 1946. Não foram encontradas referências ao assunto em períodos anteriores. 1938

Na reunião mensal realizada no dia 11 de novembro de 1938, foi discutida a falta de uma sala para a biblioteca e, como conseqüência, parte do material existente encontrava-se na Escola de Enfermeiras Ana Neri e parte no Escritório Central do Serviço de Enfermeiras. Na gestão de Hilda A. Krisch foi a mesma transferida para o pavilhão de aulas da Escola, por ser local mais acessível às associadas.

Já no ano seguinte, em abril de 1939, a mesma presidente solicitou o auxílio de Jacyra Carvalho para organizar a biblioteca e designou-a 2.^a bibliotecária. 1939

Somente em 1945, o assunto foi novamente abordado; Zaíra Cintra Vidal fez constar do terceiro item do seu plano de trabalho a “organização de uma biblioteca”. 1945

1953 Oito anos mais tarde, julho de 1953, a diretoria, ao indicar os membros das comissões permanentes, o fez também para a Comissão de Biblioteca e Arquivo que deveria funcionar sob a presidência de Zaíra Cintra Vidal e com os membros, Marina de Andrade Resende e Miriam Graça. Parece, porém, ter tido duração efêmera essa comissão, porque o estatuto publicado a partir dessa data não a mencionou entre as demais.

No início do ano seguinte, 1954, Beatriz Cavalcanti sugeriu à diretoria que “os livros apresentados (7) à ABED viessem marcar o início da Biblioteca” e que poderiam circular entre as escolas de Enfermagem. Essa proposta, renovada em julho desse ano pela tesoureira Enedina Ferreira, foi unanimemente aceita constando, os mesmos, como o “primeiro acervo da Biblioteca da ABED”; a esses foram acrescentados mais cinquenta livros recebidos de Carrie Reno Teixeira, enfermeira do SESP, em agosto desse ano.

1956 Dois anos depois Maria Geralda Franco lembrou a necessidade e as vantagens de ser a biblioteca da ABED registrada no Instituto Nacional do Livro; a presidente Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958) esclareceu que, para pedir esse registro, precisaria antes ser organizada e atender a uma série de exigências. Estas somente puderam ser consideradas depois de 1958, quando Haydée G. Dourado apresentou à secretária executiva os esclarecimentos necessários. Nesse ano, o acervo da biblioteca foi aumentado com a entrega, feita por Haydée G. Dourado e Maria de Lourdes Verderese, dos livros que haviam pertencido ao Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, segundo acordo antes estabelecido com a Fundação Rockefeller, patrocinadora da pesquisa.

1958 Desde 1964, à secretaria executiva da ABED foi atribuída a tarefa de “organizar e manter em desenvolvimento a biblioteca da Associação”.

1964 Em 1970, a 1.^a secretária, Ieda Barreira e Castro, tomou a si
1975 essa responsabilidade e, com a ajuda de uma técnica em biblioteconomia, reorganizou a biblioteca da ABEN; por sugestão da presidente Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972), providenciou também a encadernação, em luxo, de três coleções completas da Revista Brasileira de Enfermagem (de 1932 a 1972), que se encontram na sede da ABEN.

Participaram dos trabalhos de organização da biblioteca, Haydée Neves da Cunha (1938-1941), Edith de Souza (1941-1943), Lourdes Castro (1943-1945), Adalúcia Bonfim (1945-1946) e Zaíra Cintra Vidal (1953).

Enfermagem de Saúde Pública (1946-1963)

A Divisão de Saúde Pública e a Divisão de Educação foram criadas na mesma época (1944/45); ambas passaram a constar do estatuto em 1946, como as duas primeiras das que, mais tarde, deveriam constituir as divisões dos demais ramos da Enfermagem. 1946

Em outubro desse ano, Safira Gomes Pereira, presidente provisória da Divisão de Saúde Pública, indicada pela diretoria, fez realizar a primeira reunião da Divisão; foi, então, confirmada no cargo, por eleição; coube a Rosaly Taborda presidir comissão especial que iria elaborar o regimento interno. De acordo com esse regimento, poderiam ser membros da Divisão diretoras e instrutoras de escolas, enfermeiras-chefes, e todas as enfermeiras de Saúde Pública ou que trabalhassem em serviços com esta relacionados. A anuidade a ser paga pela associada dependia da categoria de sócio escolhida: ativos, mantenedores e remidos (oitenta, cento e vinte, e dois mil cruzeiros antigos, respectivamente). A administração era realizada por uma diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Assembléia Geral. Para auxiliar a diretoria existiam as Comissões de Programa, Informações, Anais de Enfermagem e Recrutamento de Sócias. Fizeram parte da primeira diretoria eleita, além da presidente Safira Gomes Pereira, Mirabel Smith Ferreira Jorge, vice-presidente; Alayde Borges Carneiro, 1.^a secretária; Maria Heloísa Quintela Tanajura, 2.^a secretária; Aurea Ferreira Dias, tesoureira. Para o Conselho Fiscal foram eleitas: Zilda Ramos, Clara Curtis e Annita Dourado Teixeira.

As atividades dessa divisão encaminharam-se para o acompanhamento dos problemas de Saúde Pública, procurando desenvolver esse campo específico da Enfermagem, como determinavam seus objetivos.

No ano seguinte ao de sua criação oficial, 1947, dividiu a responsabilidade do programa científico do I Congresso Nacional de Enfermagem com a Divisão de Educação, apresentando como tema para discussões, o "Saneamento da Amazônia" e a Enfermagem de Saúde Pública na Amazônia e no Distrito Federal. Nesse congresso ficou estabelecido, por sugestão de Clara Curtis, que, nas celebrações da Semana da Enfermagem, o dia 15 de maio seria considerado o dia da Enfermeira de Saúde Pública. 1947

Em princípios de 1948, a Divisão contava com cinquenta sócias, algumas das quais também ativas na Divisão de Educação e em outros cargos da ABED. Em abril desse ano foi eleita nova diretoria, sob a presidência de Izaura Barbosa Lima, reeleita para o biênio 1950/1952. 1948

1950 Como presidente desse órgão da ABED e chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária (DOS) do Ministério da Saúde (8), Izaura Barbosa Lima pôde combinar os interesses e objetivos comuns, procurando sempre destacar o papel da enfermeira de Saúde Pública nas suas realizações, quer no próprio Distrito Federal, quer em âmbito nacional. Assim, solicitou e obteve apoio moral e material da ABED para proceder ao levantamento censitário das enfermeiras diplomadas no país ou no exterior; o relatório desse estudo foi divulgado no IV Congresso Nacional de Enfermagem, 1950, sob o título: "Aspectos da situação da Enfermagem no Brasil". Além dessa, outras resenhas técnicas foram publicadas, tais como: "Manual da Enfermeira de Saúde Pública no trabalho de assistência à população flagelada por enchentes"; "Contribuição da Enfermeira de Saúde Pública nos trabalhos de assistência médico-sanitária aos flagelados das secas na Paraíba"; "Manual de organização e funcionamento de Lactários"; "Participação da Enfermeira de Saúde Pública em inquéritos médico-sanitários a locais de romaria, no País".

O planejamento de um curso de atualização, a padronização dos uniformes das enfermeiras de Saúde Pública e um estudo sobre os programas de Enfermagem de Saúde Pública desenvolvidos nas escolas de Enfermagem fizeram, também, parte do plano de atividades da Divisão, nesse biênio. Os congressos de Enfermagem realizados em 1948, 1949 e 1951, acolhendo sugestões suas fizeram recomendações sobre a necessidade da criação da carreira da Enfermeira de Saúde Pública no Serviço de Saúde Pública Federal e Municipal, e em regime de polivalência (9).

1952 Em maio de 1952, Izaura Barbosa Lima pediu demissão do cargo, "uma vez que seus esforços não vinham alcançando o êxito almejado". A reunião desse mês foi presidida por Beatriz Cavalcanti, realizada na própria DOS. Nessa reunião ficou decidido que deveria ser feita uma revisão no fichário das associadas, retirando as que não mais quisessem pertencer à Divisão, como contribuintes. O problema da falta de pagamento das anuidades já vinha existindo desde 1945; em junho desse ano a presidente da ABED comunicou às associadas que, "das cento e vinte e quatro sócias enfermeiras de saúde pública, apenas quarenta e quatro estavam em dia com suas mensalidades".

1953 Por ocasião do VI Congresso Nacional de Enfermagem, 1952, Nancily Virgolino de Alencar foi eleita presidente da Divisão. No

relatório apresentado em 1953, essa presidente expressou sua preocupação com a falta de interesse das associadas, que não compareciam às reuniões programadas. Em sua opinião, era prematura a existência de divisões na ABED e a experiência mostrava que comissões realizavam muito mais; apresentou, então, proposta para que a Divisão fosse extinta. "Não desejo", disse ela, "eximir-me das responsabilidades inerentes ao meu cargo, e enquanto aguardo o estudo de minha proposta, continuarei trabalhando, ainda que só, pela Divisão de Saúde Pública". Em princípios do ano seguinte, porém, apresentou pedido de demissão, mas considerando a proximidade da realização do Congresso Internacional, atendeu apelo da diretoria da ABED para que permanecesse no cargo.

As comemorações levadas a efeito no Dia Mundial de Saúde, em 1954, parece que trouxeram novo alento à Divisão. Em homenagem ao centenário do início dos trabalhos de Florence Nightingale, foi escolhido pela Organização Mundial de Saúde, para esse dia, o tema *Enfermeira-Sentinela da Saúde*. O trabalho então desenvolvido pela Divisão de Saúde Pública foi dinâmico; mereceu louvor a atuação de sua presidente que conseguiu reunir, em torno da comissão organizadora das comemorações patrocinadas pelo Ministério da Saúde, representantes da Organização Mundial da Saúde, Repartição Sanitária Pan-americana, Departamento de Organização Sanitária do Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal e presidentes de comissões da ABED. O noticiário na imprensa, a cargo da Comissão de Divulgação da ABED, sob a presidência de Maria Geralda Franco, foi intenso e movimentado. Aproveitando o significado das comemorações, a ABED enviou memorial à Câmara dos Deputados pedindo auxílio para a compra da sua sede (10).

Terminado o mandato de Nancyli V. Alencar, em agosto desse ano, Juracy Pyrrho Pacheco da Silva foi eleita presidente da Divisão para o biênio 1954/1956. Mas no ano seguinte, 1955, a Divisão foi transformada em comissão permanente, conservando o mesmo nome. Para a presidência desta foi indicada Ermengarda de Faria Alvim, que sugeriu a criação de subcomissões em São Paulo, Bahia e Pará. As diretrizes então traçadas para o trabalho da Comissão foram tomadas de recomendações do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, 1955, e do Seminário de Instrutoras realizado em 1956, no Rio de Janeiro, endereçadas às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Considerou o Congresso o novo conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde e a importância da participação dos auxiliares de enfermagem na educação do público. As recomendações foram as seguintes:

“15 — que as Seções da ABEn promovam cursos focalizando os aspectos educativos e preventivos da enfermagem;

17 — que a escola de enfermagem não limite o programa de ensino da enfermagem preventiva apenas a preleções e a três meses de estágio em unidades sanitárias, mas que procure desenvolver no aluno um ideal positivo de saúde, correlacionando, entre si, os aspectos preventivos de todas as disciplinas do currículo;

21 — que no currículo do curso de auxiliar de enfermagem sejam incluídos estágios em ambulatórios e educação sanitária aplicada”.

1956

Dos estudos então realizados junto às escolas de Enfermagem, pôde a Comissão apresentar sugestões para a orientação dessas escolas sobre a experiência de campo dos estudantes e educação sanitária nos ambulatórios hospitalares. Quanto às escolas de Auxiliar de Enfermagem, foram apresentadas sugestões a respeito do estágio dos alunos em serviços de ambulatório e do programa de educação sanitária que deveria ser desenvolvido nesses cursos.

1957
1958

Em fins de 1957, Maria Lasthenia Miranda assumiu a presidência da Comissão e em 1958, o cargo foi ocupado por Maria de Lourdes Rodrigues. Como enfermeiras de Saúde Pública do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), seus compromissos profissionais exigiam transferências freqüentes para outros estados da Federação, dificultando assim o trabalho em comissões da ABEn.

1959
1960

Mararet C. Albold, consultora de Enfermagem em Saúde Pública do SESP, programa do Ponto IV, assumiu a presidência da Comissão em 1959, e Maria da Glória Leite Rosas, em julho de 1960.

Em todos esses anos a Comissão preocupou-se com o ensino da disciplina desse ramo da Enfermagem, visando principalmente à melhoria dos campos de experiência na especialidade; os assuntos foram focalizados em trabalhos apresentados em vários congressos, dos quais saíram recomendações nesse sentido. No período de 1960-1962, a Comissão fez uma tentativa para ampliar suas atividades de maneira a abranger todos os estados, mas não conseguiu; concentrou então a atenção nos programas das escolas de Enfermagem do Rio Grande do Sul, estado em que residia a presidente.

1963

Em 1963, esse cargo foi ocupado por Maria de Lourdes Gois Müller. As alterações feitas no estatuto nesse ano transformaram a Comissão de Enfermagem de Saúde Pública em uma das sub-

comissões da Comissão de Assistência de Enfermagem, recém-criada.

A partir dessa data, os problemas de ensino e de exercício relacionados a esse campo passaram a ser tratados pela diretoria da ABEn e Comissões de Educação e de Legislação.

Informações e Publicidade (1944-1955)
(Divulgação)

Criada em 1944, com o nome de Comissão de Publicidade e de Propaganda Social, deixou de funcionar em 1955; a partir dessa data suas atividades, como as de outras comissões, passaram a ser desempenhadas pela diretoria ou por comissões especiais por esta designadas.

Suas principais atribuições estiveram ligadas às comemorações da Semana da Enfermagem e entrosamento com a Imprensa, Rádio e Televisão, principalmente em épocas de congresso. Em 1952, funcionou com uma presidente nos estados do Amazonas, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e São Paulo. 1952

Teve papel destacado nas comemorações do Dia Mundial da Saúde, em 1954. No ano seguinte, 1955, mereceu também destaque no relatório da presidente da ABEn, como a primeira tendência dominante na Enfermagem brasileira, isto é, a divulgação da Enfermagem feita pelas seções quando das comemorações da Semana da Enfermagem. Foi mencionada, nessa ocasião, a variedade de expedientes de que estas lançavam mão, tais como, artigos em jornais, palestras, cartazes em vitrinas, reuniões sociais, exibição de filmes sobre Enfermagem, visitas a hospitais, Páscoa das enfermeiras, demonstração de cuidados de enfermagem pela televisão, além de outros. Todas essas iniciativas já vinham partindo da própria diretoria, que indicava comissão especial para programar essas celebrações; às escolas e seções estaduais foi dada a responsabilidade de sua divulgação; assim, a Comissão de Divulgação, como permanente na ABEn, foi deixando aos poucos de ser considerada necessária. 1954
1955

Exerceram o cargo de presidente: Marina Bandeira de Oliveira (1946-1948); Zilda V. Ramos (1948-1950); Zilda A. Carvalho Hughes (1950-1952); Sebastiana Ribeiro (1952-1954); Maria Geralda Franco (1953-1954); Nancyli V. de Alencar (1954-1955).

Intercâmbio Cultural e Profissional (1946-1963)

1946 Essa comissão, criada com a reforma do estatuto realizada em 1946, teve como primeira presidente Clara Curtis, que permaneceu no cargo até 1954, quando retornou para os Estados Unidos.

De acordo com Clara Curtis "o intercâmbio profissional entre enfermeiras brasileiras e as de outros países teve um grande impulso com a II Guerra Mundial. Enfermeiras e estudantes de enfermagem freqüentam cursos no estrangeiro, ao mesmo tempo que algumas dos países vizinhos ingressam nas escolas de Enfermagem do Brasil. Em serviços cooperativos de saúde, como o Serviço Especial de Saúde Pública, entre os governos do Brasil e da América do Norte, as enfermeiras de ambos os países trabalhavam lado a lado, numa obra comum" (11).

A Comissão funcionou com períodos de grande atividade e outros de relativa quietude, até 1963, quando foi extinta. Sua finalidade era representar a ABED e participar dos trabalhos de outras associações nacionais de caráter cultural ou assistencial. Tinha, também, como atribuição manter correspondência, tanto com o Conselho Internacional de Enfermeiras, como com o CICIAMS, além de colaborar com a Comissão de Assistência no atendimento e orientação a enfermeiras estrangeiras.

1951 Seus membros participaram ativamente, em 1951, das reuniões das Associações Não-Governamentais (OENG), tendo sido a ABED eleita membro da Comissão de Saúde dessa entidade (12).

O relatório, apresentado por Clara Curtis à Assembléia Geral realizada em 1951, focalizou todas as atividades desenvolvidas nesse setor por iniciativas diversas e não apenas da Comissão. Nesse ano, a ABED esteve presente, representada por seus sócios: no IX Congresso Brasileiro de Higiene realizado em Porto Alegre; no Comitê Brasileiro da Comissão Inter-Americana de Mulheres, entidade ligada à Organização dos Estados Americanos, que tinha como objetivo trabalhar para a extensão dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais da mulher; no III Congresso da Associação Paulista de Medicina, quando foram apresentados trabalhos sobre os "Problemas de enfermagem no Brasil", pelas relatoras Irmã Maria Aurea da Cruz e Maria Rosa S. Pinheiro; nas reuniões da Associação de Voluntárias Ana Neri (AVAN), com a qual colaborou em estudo para a formação de entidade que congregasse os auxiliares de enfermagem, criada em maio de 1950, com o nome de Associação Nacional de Auxiliares de Enfermagem (ANAE).

No setor internacional, entre as suas atividades, constaram a assistência técnica prestada pela Escola de Enfermagem de São Paulo à Escola de Enfermeiras Universitárias do Uruguai; ao mesmo tempo, três enfermeiras uruguaias fizeram um estágio naquela escola, pelo período de dois a seis meses; a enfermeira-chefe do Serviço Especial de Saúde Pública de Araraquara, Zilda de Almeida Carvalho (Hughes), participou do Seminário sobre Enfermagem realizado na Guatemala; a diretora da Divisão de Enfermagem do SESP, Maria Rosa S. Pinheiro, participou dos trabalhos da 2.^a reunião da Comissão de Peritos em Enfermagem, da OMS, realizada em Genebra.

Uma das principais atividades da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional da ABED foi junto à Organização das Entidades Não-Governamentais do Brasil, fundada em outubro de 1950, e à qual a ABED pertencia. Tinha essa entidade como propósito congregar esforços para melhor contribuir, junto às Nações Unidas, na manutenção da paz e na defesa dos direitos e liberdades humanas.

As atividades dessa comissão sempre se confundiram com as atividades da diretoria que, contando com maiores recursos de informações, podia tomar as iniciativas nesse setor com mais facilidade e presteza. Como exemplo, as atividades da Semana da Enfermagem, que eram programadas pela diretoria das seções, eram também consideradas atividades relacionadas com a Comissão de Intercâmbio.

O V Congresso Nacional de Enfermagem, 1951, considerando “que a união da classe, sob liderança constituída, é condição precípua de progresso da enfermagem”, recomendou que devia caber “sempre à ABED a representação da enfermagem em todas as entidades nacionais e estrangeiras, assegurando-se assim uma unidade de pontos de vista na defesa dos interesses da classe e evitando-se a duplicidade, muitas vezes prejudicial, quando as representações cabem a entidades outras que reúnam enfermeiras” (13).

A ABED esteve presente, representada por Clara Curtis e Maria Dolores Lins (de Andrade), na V Conferência Regional Latino-Americana da Organização de Entidades Não-Governamentais, realizada na Bolívia em 1952; o objetivo desta conferência foi divulgar os princípios das Nações Unidas. Em 1953, fez-se também representar na V Conferência Nacional da Organização das Entidades Não-Governamentais, realizada no Rio de Janeiro, tendo enviado dois delegados: Maria de Lourdes Correia e Maria Coelho de Sá. Por intermédio dessa comissão a ABED obteve do es-

critério do Ponto IV, no Rio de Janeiro, os recursos necessários para enviar um delegado ao Congresso Regional de Enfermagem realizado no México em 1956, sob os auspícios da Repartição Sanitária Pan-Americana. Maria de Lourdes Verderese foi a delegada do Ministério da Saúde e representante da ABEn.

1957

Em 1957, Agnes Wadell Chagas (14) enviou um questionário à ABEn com o fim de investigar o grau de interesse dos enfermeiros brasileiros por uma revista latino-americana de Enfermagem. A idéia da criação dessa revista havia sido lançada em maio de 1957, durante o Congresso Internacional de Enfermagem realizado em Roma; a esse congresso compareceram trinta e dois enfermeiros brasileiros, dos quais cinco eram delegados. Alguns delegados do Brasil, Chile, México, Panamá, Peru e Venezuela reuniram-se para trocar idéias sobre a possibilidade de iniciar a publicação de uma revista. Como resultado, ficou decidido que seria enviada uma circular a todas as associações nacionais de Enfermagem, com o fim de verificar o grau de interesse que a revista despertaria e ao mesmo tempo obter de cada um dos países o orçamento para a sua publicação. Agnes Chagas foi designada para proceder a essas gestões. Dos enfermeiros brasileiros consultados, trezentos responderam afirmativamente.

Ainda nesse ano, a Comissão entrou em contato com a Associação Brasileira de Estudantes de Enfermagem (15); por sua presidente, teve conhecimento de que o pedido de filiação desse órgão estudantil à ABEn seria discutido no Congresso Estudantil de Enfermagem que seria realizado em julho próximo.

1959

Em março de 1959, a presidente da Comissão, Beatrice Louise Lennington, diretora da Divisão de Enfermagem da FSESP, solicitou e conseguiu do Instituto Brasil-Estados Unidos bolsas para cursos de inglês para os enfermeiros da Seção do Distrito Federal; incentivadas nesse sentido, as seções conseguiram a mesma coisa em seus estados.

A Comissão foi perdendo aos poucos o campo de suas atribuições, principalmente em favor dos Setores de Filiação Internacional, desaparecendo em 1963.

Foram suas presidentes: Clara Curtis (1946-1954), Maria Stela Teixeira de Oliveira (1954-1955), Beatrice Louise Lennington (1955-1959), Ana Maria Wagner (1959-1961, quando pediu demissão), Wanda Miranda (1962; desistiu em 25-6-1962), Nancyli S. Virgolino de Alencar (1962-1963), Edilburga Pereira (1963).

Finanças (1959-1965)

Essa comissão teve sua origem em 1949; na reforma do estatuto verificada nesse ano foram acrescentadas às atribuições da vice-presidente as de presidir a Comissão de Finanças, preparar o orçamento anual e conseguir recursos para a Associação. Coube, portanto, à Irmã Matilde Nina, ocupante daquele cargo, o desempenho dessas tarefas como a primeira presidente da Comissão (1949-1951). 1949

Em época anterior, 1945, a presidente Zaira Cintra Vidal (1943-1947) sugeriu que fosse criada uma comissão social que teria, entre outras, a finalidade de obter recursos para a construção da Casa da Enfermeira no terreno da Ilha do Governador. Esse havia sido adquirido pela Associação em 1929, época em que o número de sócias era de apenas cinqüenta e três enfermeiras. Não foram encontrados documentos que pudessem mostrar às gerações atuais o esforço pioneiro dessas associadas para conseguir aumentar o patrimônio da Associação, com esse compromisso de compra.

Dois anos depois a presidência coube a Maria Rosa S. Pinheiro (1951-1953) que apresentou, em 1952, o primeiro plano orçamentário da Associação, como determinava o Estatuto de 1950. 1952

Nos anos seguintes (1953-1955), foi dirigida por Haydée G. Dourado, também vice-presidente da ABED, que contou com a colaboração da 1.^a tesoureira, Enedina Ferreira.

Yolanda Lindenberg Lima presidiu-a de 1955 a 1957; nesse período, organizou a "Campanha Nacional de Recrutamento de Sócias" que deveria ser iniciada durante a Semana da Enfermagem de 1955, e terminar por ocasião do VIII Congresso que seria realizado em Belo Horizonte, com oferecimento de prêmio a quem conseguisse recrutar maior número de sócios. Além dessa campanha, as seções foram incentivadas a promover atividades diversas com o fim de ampliar a fonte de renda da Associação, tais como: 1) campanha para doação de um dia de ordenado das associadas para a ABEN; 2) organização de bazares, bares, salões de beleza, etc.; 3) promoção de festas, chás, rifas, além de outros meios, de acordo com as possibilidades de cada uma.

De julho e dezembro de 1957 foi presidida por Irene de Miranda Cotegipe Milanez.

A partir de 1957, com a volta do cargo de 2.^a tesoureira na diretoria da ABEN, competia a esta presidir a Comissão e obter os necessários recursos financeiros⁽¹⁶⁾; assim permaneceu até 1965,

quando foi extinta como permanente mas continuou a funcionar como especial. Nesse período, isto é, de dezembro de 1957 a 1965, foi presidida por: Annita Dourado Teixeira (1958-1959), Lenísia Costa Santos (1959-1961), Maura Maria Pereira de Lima (1961-1963) e Irmã Maria Tereza Notarnicola (1963-1965).

Para alcançar seus objetivos, a Comissão procurava utilizar-se de todos os meios a seu dispor, tais como, venda de livros comprados com desconto ou produzidos pelos próprios enfermeiros ou docentes de escolas de Enfermagem; realização de festas, excursões, cursos, distribuição de prendas, confecção e venda de flâmula da ABEn, etc. Esses expedientes tornavam-se cada vez mais necessários uma vez que o "per capita" apenas era insuficiente para fazer face aos compromissos financeiros da ABEn, principalmente com a publicação da *Revista Brasileira de Enfermagem* e a perspectiva da construção da sede em Brasília.

Com a eleição de Irmã Maria Tereza Notarnicola para o cargo de 2.^a tesoureira em 1963, reeleita em 1965, e as campanhas pró-construção da sede, essa comissão tomou um impulso muito grande⁽¹⁷⁾. Não funcionou com esse nome nos anos de 1965 a 1967, mas todos os trabalhos e campanhas que haviam sido iniciados tiveram continuidade garantida pela permanência da Irmã Tereza Notarnicola no mesmo cargo. Em agosto desse último ano surgiu novamente como comissão especial, condição na qual permaneceu até agosto de 1968, quando foi considerada desnecessária uma vez que Irmã Tereza Notarnicola, como 1.^a tesoureira eleita, poderia continuar desempenhando essas funções. Já nos dois anos seguintes, porém, (1969-1970), Irmã Maria Tereza Notarnicola voltou a acumular os cargos de 1.^a tesoureira e coordenadora da Comissão Especial de Finanças. Deixando o primeiro em 1972, continua responsável pela obtenção de recursos para a ABEn, até o momento atual.

Assistência (1955-1963)

A primeira manifestação da ABED em favor da prestação de assistência social às associadas foi feita em 1945, quando ficou decidida a criação de uma caixa-pecúlio em benefício das mesmas; trinta por cento das mensalidades seriam reservados para constituírem o fundo de beneficência.

Houve, porém, outras tentativas de auxílios em épocas anteriores. Em 1932, por exemplo, foi recolhida certa quantia com o fim de instalar uma enfermaria para as associadas; ao que parece, tal não se deu pois doze anos mais tarde o material então com-

prado (cama fowler, cadeira, armário e roupa de cama), encontrava-se na Escola Ana Neri e parte do dinheiro arrecadado estava depositado em uma das cadernetas da Caixa Econômica (18). Outra tentativa houve, em 1939, quando Hilda A. Krisch fez uma investigação no Hospital Alemão para verificar as possibilidades de hospitalização para as associadas que dela necessitassem.

Além dessas formas de ajuda foram inúmeras as oportunidades em que a ABED procurou auxiliar as associadas em suas dificuldades financeiras; o sistema de empréstimos então vigente foi grandemente utilizado trazendo, às vezes, sérios problemas para a tesouraria.

Todas essas disposições da ABED tiveram como desfecho a criação de um órgão assessor que cuidasse do assunto, embora já com outras características. Assim, a Assembléia Geral realizada em 1955 aprovou recomendação para que a ABEn organizasse uma comissão de assistência para “acolher, auxiliar e orientar as enfermeiras que dela necessitassem”, considerando que a associação de classe devia prestar assistência aos seus sócios (19). Em decorrência dessa recomendação foi a mesma criada, tendo como primeira presidente Madre Marie Domineuc, autora da proposição. 1955

No ano seguinte, Madre Domineuc apresentou ao Conselho Deliberativo sugestão no sentido de que os enfermeiros em trânsito fossem hospedadas nas escolas de Enfermagem; nessa mesma data disse que a ABEn deveria se preocupar com os enfermeiros doentes e perguntou como iria funcionar a Casa das Enfermeiras a ser construída na Ilha do Governador. Essa pergunta sugeria que pensava em dar a esta uma finalidade assistencial além de recreativa. 1956

De acordo com o Regimento Interno da ABEn essa comissão tinha como competência dar informações sobre vagas e condições de emprego para enfermeiros, prestar assistência aos enfermeiros estrangeiros que trabalhavam no Brasil, providenciar descontos para os sócios em viagens, em qualquer das vias de transporte, e estudar a possibilidade de estabelecer uma taxa mutuária para despesas com os funerais. No cumprimento dessas disposições regimentais, a Comissão desenvolveu-se principalmente nas Seções da Bahia e de São Paulo (20); essas seções procuraram prestar auxílio aos enfermeiros que trabalhavam em locais isolados ou em pequenos grupos, davam informações sobre colocação, cooperavam com os enfermeiros que deviam submeter-se a concurso e procuravam obter descontos para os associados em casas comerciais, cinemas, dentistas, laboratórios de análises e outros. A Seção da Bahia coor- 1958

denou um serviço de plantão particular como uma das formas de auxiliar os enfermeiros, principalmente os recém-diplomados.

1960 A partir de 1960, suas atividades confundiram-se com as da diretoria, ambas empenhadas em conseguir melhores condições de trabalho e melhores salários para o pessoal de enfermagem. Por outro lado, o âmbito de sua atuação foi-se tornando cada vez mais restrito à medida que os associados se tornavam independentes na procura de soluções para seus próprios problemas; os poucos casos que mereciam maior atenção podiam ser estudados pela própria diretoria ou por comissão especial, por esta indicada.

Além da Madre Marie Domineuc (1955-1957), presidiram a Comissão de Assistência: a Ir. Maria Tereza Notarnicola (1959), Maria José da Costa (1960), Doralice Regina Ayres (1961-1962), Circe de Melo Ribeiro (1963).

Relações Públicas (1955-1963)

A Comissão de Relações Públicas começou a funcionar em 1953, de maneira informal; em 1954, Clélea de Pontes sugeriu a transformação da Comissão de Informações e Publicidade, também conhecida por Comissão de Divulgação, pela de Relações Públicas; passou a fazer parte do estatuto somente em 1955, presidida por Radcliff Dourado Pereira (1955-1956). Tinha como finalidade servir de elo entre a ABEn e o público. Suas atividades foram muito limitadas.

De 1956 a 1958 foi presidida por Nancyli V. Alencar e Maria de Lourdes Verderese.

1959 Marieta March iniciou suas atividades como presidente dessa Comissão em julho de 1959; do plano de trabalho que apresentou à diretoria constava, como um de seus objetivos, o estreitamento de relações entre os próprios enfermeiros. Como presidente, representou a ABEn nas homenagens à Duquesa de Kent e à Princesa Alexandra, em visita ao Brasil nesse ano; no ano seguinte as atividades desse órgão concentraram-se nas comemorações do "Ano Florence Nightingale" e divulgação da Enfermagem pelos meios usuais de comunicação.

1960 Como ponto alto dessas celebrações em âmbito internacional, a ABEn foi representada por Amalia Corrêa de Carvalho nas solenidades comemorativas do Centenário de criação da primeira escola de Enfermagem, por Florence Nightingale, no Hospital S. Tomás; essas solenidades foram realizadas com muita pompa em Londres, prestigiadas pela Rainha-Mãe.

Em 1961, Marina de Andrade Resende e Clélea de Pontes, esta como presidente da Comissão de Relações Públicas (1961-

1963), enviaram carta-circular aos médicos da Guanabara solicitando que não chamassem de enfermeira a recepcionista de seus consultórios; esse hábito vinha criando no público uma idéia falsa sobre a figura da enfermeira.

Em 1963, a Comissão foi substituída pela de Defesa da Classe.

Enfermagem Hospitalar (1957-1963)

A idéia da criação de um órgão que demonstrasse o interesse da ABED pelos problemas de enfermagem hospitalar surgiu em 1951, quando Aurora A. Costa sugeriu ao Conselho Deliberativo a conveniência de ser criada uma Divisão de Enfermagem Hospitalar, nos moldes das demais já criadas (21). A sugestão foi apoiada pela Irmã Matilde Nina e encaminhada, por meio de moção, ao V Congresso Nacional de Enfermagem, à Comissão de Estatuto e Regimento para que estudasse o assunto. Com as alterações introduzidas no estatuto nos anos que se seguiram, tornadas efetivas em 1955, as divisões que já existiam foram extintas não se justificando, pois, a criação de outras. Nesse ano, porém, Haydée G. Dourado, presidente da Comissão de Legislação, recomendou que o órgão fosse criado como comissão permanente já que seu trabalho técnico fazia falta àquela comissão. A necessidade desse entrosamento existia; por isso, dois anos mais tarde, foi criada a Comissão Permanente de Enfermagem Hospitalar que tinha como finalidade estudar os problemas relacionados com a assistência de Enfermagem nessas instituições de saúde, auxiliar no planejamento e organização de serviços de Enfermagem e procurar incentivar as seções para que desenvolvessem programas de educação em serviço nos hospitais.

A primeira presidente dessa comissão foi Olga Verderese. Ariadne Lopes de Menezes, presidente no período de 1960/1961, desenvolveu intenso trabalho na elaboração de plano para a reorganização dos serviços de Enfermagem dos hospitais do Estado da Guanabara, subordinados à Secretaria de Saúde e Assistência desse Estado, a pedido verbal de seu titular.

Essa comissão desenvolveu-se muito nas seções, onde foram intensificados os programas de educação em serviço e de atualização de conhecimentos; estes passaram, logo depois, a ser planejados e executados pelas respectivas Comissões de Educação.

Presidiram a Comissão: Olga Verderese (1957/58), Nilza Maurício Marques Garcia (1959/60), Ariadne Lopes de Menezes (1960/61), Circe de Melo Ribeiro (1962/63).

Proteção à Maternidade e à Infância (1957-1965)

Procurando executar as resoluções do VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954, a diretoria tomou várias iniciativas, enunciadas em catorze pontos; o sexto dizia respeito à indicação de um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de ser criada uma divisão de assistência à mãe e à criança, obedecendo à resolução n.º 6 daquele congresso.

1957 Três anos depois, março de 1957, Irmã Marie Domineuc retornou ao assunto mostrando ao Conselho Deliberativo a necessidade de a ABEn ter uma comissão técnica que se encarregasse desse problema (22). Como, porém, a criação de uma comissão permanente implicava em reforma do estatuto pela Assembléia, ficou decidido que a mesma seria criada em caráter especial até que aquela reforma se processasse, o que se deu em outubro desse ano. A comissão foi designada Comissão de Proteção à Maternidade e à Infância e foi presidida pela Irmã Maria Aurea da Cruz até julho de 1965 e dessa data a outubro do mesmo ano, quando foi extinta, foi presidida por Maria José Schmidt.

1959 Em setembro de 1959, a Comissão realizou, no Rio de Janeiro, a I Reunião das Enfermeiras Obstétricas à qual compareceram quarenta enfermeiras. Esse encontro foi organizado em cumprimento à recomendação n.º 8 do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, à ABEn, para que esta promovesse, por meio de suas comissões, seminários regionais; teve como finalidade o estudo dos aspectos legais do ensino e da prática da Enfermagem Obstétrica e, sobretudo, a atualização de conhecimentos relacionados com o parto sem dor e a assistência ao recém-nascido prematuro.

Os anos de 1957 a 1961 e de 1961 a 1963, em que tiveram destaque as discussões sobre o Projeto de lei n.º 3082/57 e o currículo de Enfermagem e de Obstetrícia, foram também de intensa atividade para essa comissão. Esse foi, portanto, um órgão bastante atuante na ABEn durante os oito anos de existência; abrangeu o período em que mais acirrados foram os debates sobre o preparo da enfermeira obstétrica e sobre a legislação do exercício profissional. Em todas as ocasiões em que esses assuntos estiveram em foco, a comissão redobrava seus esforços promovendo maior número de reuniões ou apresentando trabalhos nos congressos.

Defesa da Classe (1963-1965)

Na reunião da diretoria de novembro de 1960, Haydée G. Dourado solicitou que fosse designada uma comissão especial de

defesa da classe, para auxiliar no trabalho a fim de conseguir o enquadramento do pessoal de enfermagem.

Em abril de 1961 a diretoria decidiu que assuntos dessa natureza deveriam ficar a cargo da Comissão de Legislação. Dado o volume de problemas a resolver, foi sugerido que a Comissão de Relações Públicas fosse substituída pela de Defesa de Classe; a sugestão foi aceita e, em 1963, essa comissão passou a figurar entre as demais comissões permanentes da ABEn. De vida efêmera, foi extinta em 1965.

Antes do seu aparecimento os problemas relacionados com esse assunto eram tratados diretamente pela diretoria. Assim, em 1938, foi enviado um memorial ao Ministro do Trabalho solicitando providências na questão da "importação de enfermeiras para o Hospital dos Estrangeiros, solicitada pelo Embaixador da Inglaterra", fato que viria prejudicar as enfermeiras brasileiras, segundo o pensamento da época.

No ano seguinte, Hilda A. Krisch prestou informações às sócias sobre as dificuldades que a Associação vinha encontrando no Ministério do Trabalho no que dizia respeito à legislação de Enfermagem. Seus esforços na defesa dos direitos da classe junto a esse Ministério haviam-se somado aos de Edith Fraenkel, superintendente do Serviço de Enfermeiras, e de Laís Neto dos Reys, diretora da Escola Ana Neri (23). 1939

Em reunião realizada em setembro de 1941, a presidente da ANEDB, Edith Fraenkel (1941-1943) fez uma exortação às sócias presentes, dizendo: "agora mais do que nunca é preciso trabalhar pela profissão" que, na sua opinião, "vinha regredindo a passos largos". Continuou afirmando que "a situação dominante era a equiparação das enfermeiras da Escola de Enfermagem Ana Neri às da Alfredo Pinto e outras que não estão, nem de longe, nas mesmas condições da escola padrão".

No mês seguinte, a mesma presidente informou que a finalidade da reunião, então convocada, era tratar do curso para as enfermeiras da Escola Ana Neri, "curso esse dedicado às nossas enfermeiras que devem fazer o concurso instituído pelo DASP para preenchimento dos cargos de enfermeiros efetivos". Afirmou também que havia envidado esforços para evitar tal concurso, que não exigia diploma para inscrição, mas apenas um certificado.

Em março de 1946, Zaira Cintra Vidal comunicou às associadas que já havia enviado memorial ao presidente da República so-

licitando o reconhecimento da profissão, de modo a separar a carreira de enfermeira da de auxiliar de enfermagem (24); nessa mesma data pediu sugestões da classe para um outro memorial que seria enviado ao Ministro da Educação e Saúde solicitando aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço, contagem em dobro do tempo de serviço prestado em zonas insalubres com risco de vida e gratificação às enfermeiras que estivessem em contato com doentes portadores de tuberculose, câncer, lepra e moléstias transmissíveis agudas.

1955

No relatório apresentado à Assembléia Geral, realizada em 1955, Maria Rosa S. Pinheiro deu especial destaque às atividades desenvolvidas pela diretoria e pela Comissão de Legislação em defesa da classe, diante do volume de trabalho que representaram e pela repercussão obtida. Entre essas atividades foram ressaltadas: 1) as emendas sugeridas pela ABEn no Plano de Reclassificação de Cargo (Projeto 4844/54), dentre os quais, a mais importante foi a passagem do enfermeiro do Serviço Profissional para o Técnico Científico; 2) no projeto n.º 1741-C/52, que regulamentava o exercício da enfermagem no Brasil, para que somente fossem considerados enfermeiros os portadores de diploma registrado na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC); 3) no projeto n.º 115/54, que pretendia dar direito de serem nomeados, como enfermeiros, os diplomados por escolas oficiais não reconhecidas, escolas essas estaduais e já extintas; aos mesmos foi dado o título de “auxiliar de enfermagem” pela Lei n.º 2822/56; 4) no concurso para enfermeiro na Prefeitura do Distrito Federal no qual se inscreveram todos os que exerciam funções de enfermagem, inclusive os atendentes; 5) trabalho junto à União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) que pretendia organizar uma Associação de Enfermeiros e Servidores em Hospitais com o fim de pleitear emendas junto ao Projeto de Reclassificação de Cargos, dentre as quais, a de serem considerados enfermeiros aqueles que, embora não possuísem diploma, houvessem exercido esse cargo durante dez anos.

1957

A mesma presidente informou, em 1957, que a ABEn havia solicitado mandado de segurança contra vedete que apresentava um “sketch” imoral e desabonador para a classe; o trabalho desta vez havia sido desenvolvido pela Comissão de Relações Públicas.

1960

Em 1960, a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende (1958-1962) encaminhou ofício ao Ministro da Saúde protestando contra três nomeações de pessoas leigas, como enfermeiros, para o quadro permanente daquele Ministério.

Em várias oportunidades, a ABEn teve que intervir, procurando alertar os responsáveis por concursos para cargo de enfermeiro para o qual eram aceitas inscrições de pessoal não diplomado, contrariando a legislação em vigor. Assim, os problemas eram geralmente levados à diretoria que tentava solucioná-los ou, então, a presidente indicava um de seus membros para presidir uma comissão especial para tratar do caso (25).

Exerceram o cargo de presidente da Comissão: Ariadne Lopes de Menezes (1963-1964), Wanda Miranda (1964-1965).

Assistência de Enfermagem (1963-1976)

Criada em 1963, tem como objetivo trabalhar para a melhoria da assistência de enfermagem ao público nas áreas hospitalar, para-hospitalar e de saúde pública, incentivar o estudo dos problemas ligados ao ensino e aos serviços de Enfermagem e conseguir melhores condições de trabalho para o pessoal de enfermagem. 1963

Nos anos de 1964 e 1965, houve uma tentativa para dinamizar a Comissão; sua presidente, Circe de Melo Ribeiro, executou um plano de educação em serviço para enfermeiros no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e outro para auxiliares de enfermagem, aberto também a funcionários de outras instituições; outras atividades foram também desenvolvidas. Todavia, a partir dessa última data, 1965, foi pouco ativa em âmbito nacional; parece ter havido certa dificuldade na interpretação exata de suas finalidades. Entretanto, algumas seções vem convergindo suas atividades para o lado do aprimoramento dos enfermeiros hospitalares, apresentando uma intensa programação que inclui encontros, seminários, cursos de atualização e outras, de acordo com as necessidades locais (26). 1965

Foram presidentes: Circe de Melo Ribeiro (1963-1964), Antonieta Chiarello (1964-1965), Lourdes Torres Garcia (1965-1967) (27), Ursula Engel (1969-1972), Clélia Marcia Cordova (1972-1974); esta pediu demissão logo após ter sido eleita, permanecendo vago o cargo até o presente.

NOTAS

CAPÍTULO V

1. As atividades da Comissão de Estatuto e Regimento foram tratadas no Capítulo III, referente à organização da ABEn.

2. Livro de Atas n.º 2; não foi encontrada cópia do estatuto reformado em 1946.

3. Desde 1947, esses relatórios eram apresentados mas, apenas nas assembléias gerais realizadas durante os congressos.

4. As comissões permanentes reelecionadas no folheto impresso do Estatuto de 1950 eram as seguintes: Redação, Executiva para o Congresso, Informação e Propaganda, Intercâmbio Cultural e Profissional, Biblioteca, Estatutos e Regimento Interno, Finanças, Legislação e de Auxiliares de Enfermagem.

5. Foram acrescentadas às já existentes as Comissões de Enfermagem Hospitalar, Ética, Executiva do Congresso (novamente incluída), Preparo de Chapa e Proteção à Maternidade e à Infância.

6. As informações sobre as atividades de cada uma das comissões permanentes foram tiradas: do Livro de Atas n.º 2, de atas das reuniões da diretoria e dos relatórios anuais das suas respectivas presidentes ou coordenadoras.

7. Esses livros foram doados por uma organização americana — CARE — e deveriam ser enviados às escolas de Enfermagem. Na reunião da Divisão de Educação de 17 de novembro de 1947, Edith M. Fraenkel explicou que, no Congresso Internacional de Enfermagem realizado nesse ano nos Estados Unidos, houve recomendação para que fossem providenciados livros didáticos para os países devastados pela Guerra; como havia sido demasiada a quantidade coletada foram enviados também para outros países, inclusive o Brasil.

8. A Divisão de Organização Sanitária (DOS), a Divisão de Organização Hospitalar (DOH) e o Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina, entre outros, foram criados pelo Decreto-Lei n.º 3171, de 2 de abril de 1941 — Reorganiza o Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde.

Esse Decreto-Lei dissolveu a Superintendência Geral do Serviço de Enfermagem criando em seu lugar a Seção de Enfermagem, dependência da D.O.S.

O fato foi motivo de frustração para as enfermeiras pelo muito que o serviço havia realizado no passado e pelo que a Enfermagem dele esperava no futuro.

Consultar artigo de Izaura Barbosa Lima publicado em Anais de Enfermagem de jan. de 1952, pp. 84-93.

9. Resoluções n.º 6, n.º 1 e n.º 2, do II, III e V Congressos Nacionais de Enfermagem, respectivamente.

10. Anais de Enfermagem, jun. 1954, pp. 117-179.

11. Anais de Enfermagem jan. de 1949, pp. 5-9.

12. Organização das Entidades Não Governamentais (OENG) — Em princípios de outubro de 1950, a ABED foi convidada para associar-se a essa entidade, da qual foi um dos membros fundadores. A Organização das Entidades Não Governamentais tinha por fim divulgar as atividades da Organização das Nações Unidas e congregava instituições das mais diversas finalidades; científicas, assistenciais e educacionais, econômicas, jurídicas, literárias, artísticas e recreativas.

Em 1951, quando da realização da Terceira Conferência Nacional da OENG, a ABED foi eleita membro efetivo do Conselho Nacional e fez parte da Comissão de Saúde, representada pela presidente da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional, Clara Curtis.

A ABED procurou colaborar com essa Associação durante o período em que esteve ativa. Em 1956, essa Organização sofreu grave crise financeira o que fez diminuir suas atividades, pondo em dúvida a real vantagem de a ela pertencer.

Ver Anais de Enf., jul. de 1952, p. 274.

13. Resolução n.º 14.

14. Agnes Wadell Chagas foi consultora Regional de Educação em Enfermagem da Repartição Sanitária Pan-americana. É sócio honorário da ABEN. Ver. Rev. Bras. de Enf., ago. de 1967, p. 432.

15. Essa Associação tinha sede provisória instalada na Praia do Flamengo, 132. Era presidente, Ana de Souza Gabriel, aluna da Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo, hoje Escola de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ex-Universidade do Estado da Guanabara. As estudantes de trinta e duas das trinta e seis escolas existentes eram membros associados.

16. O estatuto reformado em 1955, já havia retirado essa responsabilidade da vice-presidente. O cargo de 2.ª tesoureira foi incluído novamente na diretoria entre 1956 e 1957; de 1948 até essa data só existia uma tesoureira.

17. Relatórios dessa Comissão poderão ser consultados na Rev. Bras. de Enf. a partir de outubro de 1965, na Seção "Relatórios apresentados à Assembléia de Delegados."

18. Teria esse fato alguma relação com a revolução paulista desencadeada em julho de 1932, e da qual algumas enfermeiras teriam participado?

19. Recomendação n.º 14 do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, 1955.

20. Rev. Bras. de Enf., dez. de 1957, pp. 320-329.

21. Em data anterior, 1948, já havia sido tentada uma emenda no estatuto incluindo essa divisão.

22. As Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, a cuja congregação Irmã Marie Domineuc pertencia, já vinham colaborando com a ABEN em sua luta em prol de uma assistência obstétrica adequada, que deveria ser o reflexo do ensino e de uma legislação apropriados.

23. A defesa dos direitos das enfermeiras diplomadas pela escola padrão estendia-se a outros campos. Do Livro de Atas n.º 2 foi retirado o seguinte trecho, de reunião realizada a 29 de maio de 1939: "A presidente mostra a necessidade de serem registrados o uniforme, broche e anel usado pelas enfermeiras diplomadas pela Escola Ana Neri a fim de evitar que pessoas não diplomadas pela mesma escola, os possam usar. Fala de diplomadas (...) que usam uniforme semelhante ao das enfermeiras de Saúde Pública. D. Edith Fraenkel informa que está tomando pro-

vidências para a mudança do mesmo. Pedirá a aprovação do Ministro, a fim de evitar a continuação de abusos semelhantes”.

24. Já prevista no Decreto-Lei n.º 8772 de 22 de janeiro de 1946.

25. O artigo reproduzido a seguir, publicado no jornal “Tribuna da Imprensa”, de julho de 1952, ilustra os esforços dos enfermeiros em defesa dos direitos da classe.

“SHOW DAS ENFERMEIRAS NO GABINETE DO PREFEITO — Uma audiência que se converteu em comício — Chocaram-se as moças da Ana Neri com as profissionais sem diploma. O desapontamento do vereador Gonçalves Lima. Promessas do Prefeito.

Em audiência ontem concedida pelo prefeito João Carlos Vital, chocaram-se as enfermeiras diplomadas da Prefeitura, portadoras de diploma de curso superior, fornecido pela escola Ana Neri e estabelecimentos congêneres, e os funcionários da Municipalidade que, embora denominados “enfermeiros”, não possuem títulos.

Esse choque deu à reunião um ar movimentado, que quase se convertia num comício. E durou mais de duas horas.

A audiência fora organizada pelo vereador Gonçalves Lima, que amparava os interesses das funcionárias que, não possuindo diploma, trabalhavam como “enfermeiras” na Prefeitura, a qual, por conveniência de serviços, as improvisou como tal.

Uma enfermeira diplomada soube, com antecedência, que o vereador Roberto G. Lima ia apresentar ao prefeito João Carlos Vital, como enfermeiras, funcionárias nessas condições, não diplomadas. E resolveu aparecer de surpresa na hora da audiência, para afirmar ao prefeito que só as diplomadas é que tinham direito à referida denominação; as não diplomadas, embora merecessem amparo, não podiam ser consideradas enfermeiras pois tal denominação comum constituiria num desapareço e em desestímulo às que se especializaram em estabelecimento de ensino superior.

Quando se iniciou a audiência, às 19 horas, o vereador Gonçalves Lima apresentou ao prefeito as funcionárias que ele procurava amparar, declarando que todas eram enfermeiras da Prefeitura, e aspiravam a uma reestruturação que as colocasse numa classificação de “J” a “V”.

COMEÇA O BATE-BOCA — terminada a exposição do vereador, a enfermeira diplomada Izaura Barbosa Lima, para surpresa do Sr. Gonçalves Lima, tomou a palavra e declarou o seguinte: 1) as reivindicações dos funcionários ali presentes eram justas. Entretanto, ela chamava a atenção do prefeito para a circunstância de os interessados, embora classificados como “enfermeiros” nos quadros da Municipalidade, não o eram realmente, uma vez que não possuíam diploma da Escola Ana Neri. Eram, a rigor serventes e pessoal subalterno nos hospitais, guindados ilegalmente à condição de enfermeiros; 2) havia na Prefeitura, embora em número reduzido, enfermeiras verdadeiras, formadas pela Escola Ana Neri. Não era justo que estas profissionais, diplomadas em curso superior, fossem equiparadas, em categoria funcional, com o pessoal improvisado pela Municipalidade; 3) cabia ao prefeito solucionar, de um vez por todas, a questão, de acordo com a lei, só considerando enfermeiro o funcionário diplomado. Os outros poderiam ser classificados como auxiliares de enfermagem e atendentes.

PROTESTO CONTRA O VEREADOR — O vereador Gonçalves Lima ficou desapontado e alegou que todas eram iguais, embora umas fossem diplomadas e outras não.

Com firmeza, a Sra. Izaura Barbosa Lima e uma enfermeira de sobrenome Dourado sustentaram o ponto de vista das diplomadas fazendo críticas severas à improvisação de profissionais e alegando que essa falta de compreensão do assunto é que prejudicava o desenvolvimento da carreira no Brasil. Alegaram que, se para uma não diplomada a letra "J" inicial era muito, para uma diplomada era muito pouco.

BAFAFÁ — Aí, começou realmente o bafafá. O prefeito, risonho, suave. Enfermeiras não diplomadas gritavam.

— Tenho 15 anos de Prefeitura, 13 como servente e 2 como enfermeira. Também tenho direito!

— Fora com as Ana Neri! Elas querem é padrão "O". Uma não diplomada sugeriu:

— Sr. Prefeito, acho que todas devem ter uma classificação igual. É como no caso dos médicos, não importa em que escolas eles se formaram.

Então uma "Ana Neri" retrucou:

— Mas é que vocês não são formadas em escola alguma!

O PREFEITO CONCILIA — O prefeito procurou agir conciliatoriamente, certo de que o vereador Gonçalves Lima estava encarnando as aspirações de um grupo bem amplo, (as não diplomadas que enchiam os hospitais e ambulatórios da Prefeitura) mas atento aos protestos das representantes das diplomadas, que de modo algum admitem que seu diploma não lhes assegure uma posição de superioridade, em relação às profissionais improvisadas. Explicou que o assunto era complexo, uma vez que "na Prefeitura há mais quadros do que numa pinacoteca". Finalmente, disse que irá resolver o assunto, condicionando-o, porém, à fixação do padrão-teto pela Câmara dos Vereadores. Informou que na Prefeitura há falta de mil enfermeiros. A isto retrucou uma "Ana Neri" que tal acontece porque a municipalidade oferece às diplomadas ordenados de gari.

EFETIVAÇÃO DAS INTERINAS — Prometeu ainda o prefeito promover estudos para a efetivação das enfermeiras interinas, através da apresentação de títulos que beneficiará as diplomadas.

O VEREADOR DESAPONTADO — O Vereador Gonçalves Lima saiu um pouco desapontado da audiência, uma vez que o prefeito admitiu ser difícil solucionar o caso das não diplomadas, o que só poderia ser resolvido com a criação de uma nova categoria. (...)"

26. A Seção de São Paulo, por exemplo, vem desenvolvendo intenso programa de reuniões mensais dessa comissão constituída em subcomissões, para debater os problemas de Enfermagem em Centro Cirúrgico, Unidades de Terapia Intensiva, em Saúde Pública, Pediátrica, Ortopédica e Traumatológica e chefias de serviço de Enfermagem.

27. O cargo ficou vago em 1968, em decorrência do pedido de demissão de Clarice D. T. Ferrarini, eleita para o biênio 1967-1969.

VI

SEÇÕES ESTADUAIS

O funcionamento de escolas de Enfermagem ou de Auxiliar de Enfermagem e a criação de seções estaduais da ABEn foram quase sempre acontecimentos interligados; à medida que as enfermeiras iam se espalhando pelo País e abrindo novas escolas, iam também fundando seções estaduais, muitas vezes incentivadas pela diretoria da ABEn, quando o número de profissionais da região já era considerado suficiente e atendia às determinações do estatuto.

Das vinte e quatro seções estaduais criadas, vinte e duas estão em funcionamento atualmente, formadas em todos os Estados com exceção do Acre; a do Território Federal do Amapá deixou de funcionar em 1965 e a do Vale do Rio Doce foi extinta em 1952.

A origem de cada uma delas e algumas de suas realizações serão aqui sintetizadas, seguindo-se a ordem da data da criação (1).

SEÇÃO DE SÃO PAULO

(26-4-1945)

1942 De acordo com o relatório apresentado ao I Congresso Nacional de Enfermagem, em 1947, pela presidente da Seção, Edith de Magalhães Fraenkel,

“A idéia de uma Associação Estadual nasceu em 1942, quando um pequeno grupo de enfermeiras diplomadas se empenhava na organização de uma escola de enfermagem e cooperava na instalação do Hospital das

Clínicas. Esboçaram-se os Estatutos, seguiram-se algumas reuniões e depois cessou a atividade. Organizações pequenas e independentes, desse tipo, não têm grandes possibilidades de desenvolvimento.

Em fins de 1944 recomeçamos os trabalhos, estatutos provisórios foram elaborados e enviados à ABED para aprovação. Aceitos os Estatutos, reiniciamos com ardor as nossas atividades e em outubro de 1945 realizávamos a primeira reunião (...).

Em várias dessas reuniões foi sugerido por Madre Domineuc a necessidade de um Congresso Nacional, mas só em setembro de 1946 foi essa sugestão posta em votação e aprovada por unanimidade de votos”.

Enquanto isto se passava em São Paulo, no Distrito Federal Zaíra Cintra Vidal (1943-1947) comunicava, em reunião de 16 de novembro de 1944, que havia recebido correspondência do Norte com pedido para a organização de um núcleo da ABED naquela região e que “outro núcleo estava sendo organizado no Sul, provavelmente com o auxílio de Edith Fraenkel” (2).

A 25 de maio de 1945, a presidente da ABED informou às associadas presentes à reunião que havia sido fundada a “Primeira Associação Estadual e que o processo de equiparação à ABED ainda não havia sido discutido; os Estatutos estavam sendo aguardados para estudar a questão”. 1945

Conforme notícias publicadas em Anais de Enfermagem de março de 1946, esse Estatuto, que deu à nova associação o nome de “Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas”, foi aprovado na reunião da Diretoria da ABED realizada a 18 de setembro desse ano. O Livro de Atas número dois, porém, documentou nesse dia a realização de uma reunião mensal ordinária durante a qual foi discutida a criação das Divisões de Ensino de Enfermagem e de Saúde Pública e realizada eleição de nova diretoria. Como último item da agenda, merecedor apenas de uma citação final, constou a leitura do relatório da presidente, sem incluir seu conteúdo.

No registro do Estatuto da nova Associação, efetuado no livro A, número um, sob o número de ordem 996, do Registro de Pessoas Jurídicas, a 22 de março de 1946, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, 3.º Ofício, São Paulo, consta que foram registrados “os Estatutos da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo” com sede nesta Capital. O artigo primeiro precisava que essa era uma “entidade jurídica fi-

liada à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas do Rio de Janeiro, mas completamente autônoma e com patrimônio próprio, (...) fundada em 26 de abril de 1945” e deveria reger-se “pelos presentes Estatutos e pelas leis em vigor naquilo em que forem eles omissos”. O Extrato foi publicado no Diário Oficial número 62 do Estado de São Paulo, do dia 20 de março daquele ano, à página 26.

Alguns aspectos desse Estatuto merecem ser destacados. A Associação tinha como objetivos, “a) coordenar os esforços das enfermeiras para elevação da classe, auxiliando-as em suas carreiras, incentivando o espírito de união e de cooperação, defendendo seus interesses e desenvolvendo seu preparo profissional; b) colaborar com a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas em todas as suas finalidades”.

As sócias podiam ser efetivas, beneméritas e honorárias; as primeiras deviam pagar oitenta cruzeiros anuais, dos quais trinta seriam enviados à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. O mandato da diretoria era de três anos, sendo um dos membros eleito anualmente; era constituída por presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretárias e tesoureira. Em caso de dissolução, o patrimônio deveria reverter à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas do Rio de Janeiro.

Quanto ao empréstimo às sócias, as determinações eram muito semelhantes às do Estatuto de 1929 da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras.

A criação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo foi o primeiro passo para o “soerguimento, em São Paulo, da antiga Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas” que se achava em crise de atividade; de acordo com Maria Rosa S. Pinheiro deve-se a reorganização da ABED a Edith M. Fraenkel, presidente da Comissão de Estatuto, influenciada e estimulada por Ella Hasenjæger.

A 10 de julho de 1955, em reunião do Conselho Deliberativo, Maria Rosa S. Pinheiro lembrou aos presentes o que Haydée Guanais Dourado pensava sobre a organização de seções estaduais e citou o exemplo da fundação da Seção de São Paulo. Disse ela que, naquela ocasião, Edith M. Fraenkel queria denominar a “renovada” associação, de Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas e conforme fossem se formando outras, tomariam o nome do Estado a que pertencessem. Contra a vontade da maioria, Haydée G. Dourado, docente da Escola de Enfermagem da Universi-

dade de São Paulo (EEUSP), manteve o ponto de vista da unidade, mostrando que o nome deveria ser Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, ABED, com o acréscimo da seção correspondente ao estado em que fosse criada.

Segundo relato de Haydée G. Dourado, “em 1945, depois de criada a Associação Brasileira de Enfermagem de São Paulo, adotou-se a idéia de esta entidade ficar paralela à de outros Estados que viessem a ter suas organizações”. Essa idéia baseava-se em consulta feita por esta enfermeira, em São Paulo, à Associação Brasileira de Escritores, que lhe deu cópia de seu Estatuto. Baseando-se nele, sugeriu a atual organização da ABEn.

Maria Rosa S. Pinheiro está convencida de que foi o uso do nome uno que manteve a força da ABED e sua unidade no trabalho.

A primeira diretoria da Seção, eleita a 22 de fevereiro de 1946, em substituição à diretoria provisória, compunha-se dos seguintes membros: presidente, Edith de Magalhães Fraenkel (EEUSP); vice-presidente, Lúcia Jardim (Faculdade de Higiene e Saúde Pública — USP); 1.^a secretária, Zilda de Almeida Carvalho (EEUSP); 2.^a secretária, Jacira de Araujo Cintra (EE do Hospital São Paulo); tesoureira, Madre Fontenelle (EE do Hospital São Paulo). Conselho Fiscal: Romilda Cerqueira do Amaral Filha (Hospital das Clínicas, HC, da Faculdade de Medicina, USP), Corina Berlinck (HC — USP) e Berila Pinto de Carvalho (Santa Casa de Misericórdia de Santos) (3).

Ao que parece, tanto a designação como a autonomia com as quais havia sido fundada duraram muito pouco tempo pois, na histórica reunião realizada a 4 de setembro desse ano, à qual compareceram vinte e sete associadas, o nome da nova associação já havia sido mudado para “Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas — Seção de S. Paulo”; nessa reunião “foi aprovada, por unanimidade de votos, a sugestão da Rvdma Madre Domineuc”, para que fosse realizado um Congresso Nacional de Enfermagem. “Submetida à apreciação da ABED, foi esta sugestão aprovada no Rio de Janeiro” (4).

A se dar crédito, sem reservas de interpretação, às atas das reuniões da ABED, nem sempre muito claras, e, por vezes incompletas, o assunto “criação de seções ou núcleos” na ABED foi discutido pela primeira vez ao ser criado o “Núcleo do Distrito Federal”, a 7 de novembro de 1946. Nessa reunião foi lida “comunicação da Presidente da Associação de São Paulo enviada à Pre-

sidente da ABED, juntamente com uma carta-convite e respectivo programa para o futuro I Congresso de Enfermagem que teria lugar em maio de 1947, em São Paulo". O nome "Seção de São Paulo" não apareceu na ata, mas sim o de Associação. Presume-se, portanto, que a idéia de "Seção", já aceita pelas enfermeiras de São Paulo, não havia ainda amadurecido suficientemente entre as enfermeiras do Rio de Janeiro, o que se deu naquela data, isto é, a 7 de novembro de 1946. Daí a confusão reinante, só desfeita com a reforma geral do estatuto procedida no mês seguinte, 9 de dezembro de 1946, quando a ABED foi completamente reestruturada; nele foram incluídas as Seções, Divisões e o Conselho Deliberativo, órgãos recém-criados. Já existiam as Seções de São Paulo, do Distrito Federal e da Amazônia. Outras poderiam ser criadas, desde que contassem com um mínimo de cinco enfermeiras e submetessem o seu regimento interno à aprovação da ABED. Uma das decisões tomadas foi de que cada Seção devia enviar a ABED cópias das atas de reuniões e relatório de suas atividades.

A revista *Anais de Enfermagem* de abril de 1948 publicou relatório da presidente da Seção de São Paulo, Edith Fraenkel, dando conta das atividades realizadas no ano de 1947. Dele constaram discussões preparatórias para elaboração do programa do I Congresso Nacional de Enfermagem, organização das comissões estaduais de Educação, Saúde Pública, Higiene Mental e de Propaganda, aprovação do regimento interno da Seção, participação da ABED — Seção de São Paulo, no Congresso Internacional de Enfermagem, relatório dos estudos realizados sobre a reestruturação da carreira do enfermeiro no Estado de São Paulo, além de leituras de relatórios de outros congressos de interesse da enfermagem e de trabalhos científicos, alguns dos quais elaborados pelas próprias sócias (5). O número de presenças a essas reuniões ordinárias da Seção variou de 12 a 39, em média 28 associadas, no seu segundo ano de efetivo funcionamento.

1948

Em março de 1948, a Seção de São Paulo, reunida em Assembléia Geral, aprovou "proposta apresentada pela Comissão de Regimento Interno para criação de subseções da ABED em áreas do estado onde houvesse seis ou mais enfermeiras". Essa proposta motivou a reforma procedida no Estatuto da ABED, em julho de 1948, durante o II Congresso Nacional de Enfermagem, quando o capítulo "Das Seções" passou a ter como título "Das Seções e dos Distritos"; esses eram "núcleos da ABED funcionando nos Estados e Municípios onde existissem mais de cinco enfermeiras".

A diretoria, na época presidida por Gleite de Alcântara (reeleita em 1950), passou a ter função coordenadora, compondo-se a Se-

ção de três Distritos: número um, criado em março, com sede em Santos, presidido por Berila Pinto de Carvalho; número dois, criado em abril na cidade de São Paulo, presidido por Diná Alves Coelho (Mathias) e o número três, fundado em maio desse ano, sob a presidência de Zilda Almeida Carvalho (Hughes), com sede em Araraquara. A Seção contava então com oitenta e cinco sócias quites (6).

A Seção reunia-se em Assembléias Gerais das quais deviam participar obrigatoriamente os membros dos distritos e realizava reuniões administrativas da diretoria; os distritos promoviam reuniões ordinárias mensais, além das administrativas, como ainda hoje acontece.

Em 1954, durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem, a presidente da Seção, Yolanda Lindenberg Lima, propôs a fusão da Seção com o Distrito n.º 2, de São Paulo; a Assembléia Geral da ABED decidiu que o assunto era da alçada da própria Seção, que optou pela fusão. 1954

Com a criação de outros distritos, passaram eles a ser designados pelo nome da cidade-sede; entre 1955 e 1956, foram criados os de Ribeirão Preto e São José dos Campos e, mais tarde, os de Campinas e Sorocaba. Desses, São José dos Campos e Sorocaba não estão funcionando. Atualmente existem quatro distritos atuantes: o de Santos, Araraquara, Ribeirão Preto e de Campinas.

O maior ou menor desenvolvimento dos distritos, como geralmente acontece com as seções estaduais, parece estar condicionado à existência de uma escola de Enfermagem onde possam funcionar, principalmente em seus primeiros anos de atividade; faltando o estímulo desta, verifica-se uma certa apatia entre os enfermeiros, o que tem levado alguns à inatividade; por outro lado, uma escola geralmente concentra maior número de enfermeiros, o que facilita a organização de associações.

A Seção de São Paulo foi sempre muito atuante, procurando orientar suas atividades de modo a alcançar os seus objetivos que, em última análise, visam a elevação da classe pelo desenvolvimento social e profissional de seus membros.

Dentre os inúmeros meios utilizados com esse fim destacam-se os de caráter cultural, pelo número de cursos que realiza.

Foi o berço dos Congressos nacionais; segundo Marina de Andrade Resende o I Congresso Nacional "foi, sem dúvida, o germe vitalizador do movimento associativo iniciado idealisticamente em 1926"; depois desse, responsabilizou-se pela organização do VI

CNE_n (1952), VII CNE_n (1954), XII Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBE_n) (1959) e o XXII CBE_n (1970).

As primeiras reuniões da Seção foram realizadas na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, sede provisória, que funcionava no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, e na Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo.

Conseguiu o nível universitário para os enfermeiros estaduais no Governo Carvalho Pinto, depois de vencer inúmeras dificuldades com esse e com os governos anteriores.

Possui o Boletim Informativo Paulista, BIP, iniciado em 1958; em diretorias anteriores, a comunicação com as associadas era feita por meio de cartas circulares. Em 1962 completou o pagamento de um conjunto de salas que não chegou a ser utilizado como sede; essa foi adquirida em maio de 1971.

Possui representação no Conselho Estadual de Saúde. Em 1970 promoveu o "Prêmio Enfermeira Paulista", entregue a Maria Rosa S. Pinheiro durante as comemorações da "Semana da Enfermagem" e, em 1971, a Maria de Lourdes Almeida, então chefe do Serviço de Saúde Pública de Araraquara.

SEÇÃO DA GUANABARA

(7-11-1946)

1946

A reunião da ABED realizada a 7 de novembro de 1964 foi movimentada. Aproveitando a presença de enfermeiras de outros Estados, a presidente Zaíra Cintra Vidal apresentou o problema da criação de núcleos ou associações estaduais, fazendo no quadro-negro um esquema ilustrativo.

Em entrevista concedida em 1972, Zaíra Cintra Vidal disse à autora que a idéia da criação de núcleos surgiu de uma viagem aos Estados Unidos da América do Norte a fim de fazer um curso de atualização; nesse país teve oportunidade de visitar a Associação Americana de Enfermeiras. Essa visita a fez perceber que era impossível uma só associação congregar todos os enfermeiros. Alguns anos depois sugeriu a Edith Fraenkel a "criação de subdivisões" e apresentou, na citada reunião, um esquema para a reorganização da ABED (7); nesse plano as enfermeiras do Distrito Federal formariam o núcleo do Distrito Federal.

Aprovada a idéia e aceito o plano, procedeu-se à eleição da primeira diretoria, empossada logo a seguir, composta de presiden-

te, Rosaly Taborda; vice-presidente, Maria de Castro Pamphiro; secretária, Lizelotte Hischel e tesoureira, Annita Dourado Teixeira.

Com a mudança da Capital Federal para Brasília em 1960 e a criação do Estado da Guanabara, a Seção do Distrito Federal passou a denominar-se Seção da Guanabara; foi eleita presidente, nessa segunda fase, Enedina Azevedo Ferreira e vice-presidente, Edméa Cabral Velho. Em 1975, houve fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, o que provocará, em 1976, a fusão das respectivas Seções Estaduais, com o nome de Seção do Rio de Janeiro.

A Seção tem sede própria desde 1964. Em 1971 auxiliou na criação da Associação Profissional dos Enfermeiros da Guanabara.

Responsabilizou-se pela organização do II CNEEn (1948), III CNEEn (1949), V CNEEn (1951), XVII CBEEn (1965) e XXVIII CBEEn e I Regional Sul-Americano do Comité Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais, CICIAMS (1976).

Destaca-se também, esta Seção, pelas atividades de caráter cultural e de defesa da classe; são inúmeros os cursos por ela realizados, tanto objetivando o desenvolvimento de seus membros como a título de colaboração com outras instituições.

Foi sede, ainda quando Seção do Distrito Federal, do X Congresso Internacional do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) em 1953, e do II Congresso Latino-Americano de Enfermagem do CICIAMS, em 1961.

SEÇÃO DA AMAZÔNIA (1946) — SEÇÃO DO PARÁ

Em novembro de 1946, quando da reorganização da ABED, 1946 já existiam três "Seções" locais: as de São Paulo, do Distrito Federal e da Amazônia; esta última, com sede em Belém, Pará, "abrangeia os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e territórios do norte: Amapá, Acre e Guaporé".

Na primeira reunião do Conselho Deliberativo da ABED, realizada durante o I Congresso Nacional de Enfermagem, a 17 de março de 1947, estiveram presentes as presidentes das três Seções já criadas, membros natos do Congresso; Edith Fraenkel, Rosaly Taborda e Tessie Williams.

Tessie F. Williams, consultora do Instituto de Assuntos Inter-Americanos junto ao Serviço Especial de Saúde Pública, SESP, lotada no Programa da Amazônia de 1944 a 1950, deve ter tido papel preponderante na criação dessa Seção.

Os fatos acima relatados fazem crer que esta Seção foi criada entre fins de 1946 e princípios de 1947, por iniciativa das enfermeiras de Saúde Pública do SESP. A primeira diretoria deve ter sido a mesma citada em Anais de Enfermagem de 1948: Tessie F. Williams, presidente, Luciémir Tavares Abreu, vice-presidente; Ana Clara Fernandes, 1.^a secretária; Mariah Coelho de Sá, 2.^a secretária e Florina Castro, tesoureira. Na reunião de janeiro de 1948, foi apresentada chapa para eleição de vice-presidente e 1.^a e 2.^a secretárias, embora o Estatuto da ABED determinasse que "a presidente, a secretária e os quatro membros do Conselho Deliberativo, escolhidos pela Assembléia, fossem eleitos nos anos pares e os outros nos anos ímpares". Foram eleitas Carrie Reno Teixeira, vice-presidente; Lydia das Dores Matta e Celestine Wesnofske, primeira e segunda secretárias, respectivamente. Tessie F. Williams foi substituída, em 1950, por Leontina Gomes, diretora da Escola de Enfermagem Magalhães Barata desde 1946.

Com o aumento do número de enfermeiras na região e a criação de novas escolas, a Seção da Amazônia foi se desmembrando e deu origem às seguintes Seções: do Amazonas e do Pará, criadas a 27 de novembro de 1950; do Maranhão em 1958, e do Território Federal do Amapá, em 1961. A antiga Seção da Amazônia passou a chamar-se Seção do Pará a partir daquela data, continuando com a mesma diretoria, presidida por Leontina Gomes, substituída logo depois por Cacilda Rosa Bertoni.

A Seção do Pará responsabilizou-se pela organização do XVIII CBEn, realizado em julho de 1966. Tem sede própria.

SEÇÃO DE MINAS GERAIS

(5-2-1947)

Consta, nos arquivos da ABEn, que a Seção de Minas Gerais reiniciou suas atividades em 1952 com a eleição, em Assembléia Geral realizada no dia 8 de março, de Marina de Andrade Resende para exercer a presidência.

Sabe-se, entretanto que, no ano seguinte ao da sua criação em 1947, participou da programação do II Congresso Nacional de Enfermagem, realizado em julho de 1948, responsabilizando-se por uma de suas sessões de trabalho; presidiu a Sessão da Seção de Minas Gerais, presidente Waleska Paixão. Esta deve ter sido, por conseguinte, a primeira presidente da Seção.

A segunda diretoria teve como presidente, Noemi Geni dos Santos; vice-presidente, Isabel Pinto Coelho; 1.^a secretária, Edith Novais Pinto; 2.^a secretária, Romilda Volpe Campos e tesoureira, Liberalina Góes.

Por esta Seção foram organizados o VIII CBEEn (1955), XIII CBEEn (1960) e XXIV CBEEn (1972).

Possui sede própria. Em Minas Gerais funciona também o Distrito de Juiz de Fora.

SEÇÃO DA BAHIA

(12-5-1948)

A idéia de criá-la surgiu entre as docentes da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Concretizou-se com a eleição da primeira diretoria que constou, na maior parte, de docentes da Escola de Enfermagem. A primeira presidente foi Olga Verderese; vice-presidente, Jacy Souza Moraes (Bahia); 1.^a secretária, Isabel Maria Mesquita; 2.^a secretária, Maria Cleyde Teixeira Barroso (de Oliveira); tesoureira, Maria Stella Braga.

Foi a Seção da Bahia que tomou a iniciativa da criação do Sindicato dos Enfermeiros, fundando a Associação Profissional das Enfermeiras da Bahia, APEB. Esta Seção responsabilizou-se pela organização do IV CNEEn (1950), XVI CBEEn (1964) e XXVII CBEEn (1975). Tem sede própria.

SEÇÃO DE GOLÁS

(14-5-1948)

Foi criada no dia 14 de maio de 1948, durante as celebrações da Semana da Enfermagem, por iniciativa de um grupo de enfermeiras de Goiânia e das diplomandas da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, sob a inspiração de Irmã Mônica de Lima, diretora da Escola.

Foram sócias fundadoras, além de Irmã Mônica de Lima: Irmã Maria Luiza Breyer, Izabel Cardoso Gomes Pinto, Aparecida Maria Jesuino de Souza, Marianinha Araujo Vale, Itala Signates Novais, Maria de Lourdes Ortiz Curado, Maria de Lourdes Mon-

teiro, Maria Batista Lima, Eriza Blandina Ferreira e Maria Margarida Neiva.

Nessa mesma data foi eleita a primeira diretoria: presidente, Irmã Mônica de Lima; secretária, Aparecida Maria Jesuino de Souza; tesoureira, Izabel Cardoso Gomes Pinto. A diretoria foi empossada dois dias após (16-5-1948), na presença do Secretário da Saúde do Estado de Goiás, do presidente da Legião Brasileira de Assistência, de autoridades civis e eclesiásticas e de estudantes da Escola de Enfermagem.

A Seção foi reconhecida de utilidade pública por meio da Lei Estadual n.º 6.642, de 30 de junho de 1967. Tem sede própria desde 1967.

SEÇÃO DE PERNAMBUCO

(6-8-1949)

A primeira presidente da Seção de Pernambuco foi Irmã Lidia de Paiva Luna, diretora da Escola de Enfermagem Nossa Senhora das Graças. Os outros membros da diretoria foram: Abyael Maria de Souza, vice-presidente; Irmã Tereza Araújo, secretária; Maria de Lourdes Silva, tesoureira. O ato solene de instalação realizou-se sob a presidência de Edith Fraenkel, na época presidente da ABED.

Pelo Decreto-Lei n.º 5.579 de 1.º de julho de 1965 foi reconhecida como de utilidade pública. A partir de 1966, as atividades associativas tomaram grande impulso, inclusive com a aquisição da sede própria.

Responsabilizou-se pela organização do XI e do XX CBEn, realizados em 1958 e 1968, respectivamente. Faz circular o Boletim Informativo da Seção. Está organizando a Associação Profissional.

SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(2-10-1949)

A Seção do Estado do Rio de Janeiro (ABEn-RJ) foi organizada durante o III Congresso Nacional de Enfermagem realizado na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1949.

A iniciativa coube a Aurora de Afonso Costa, diretora e fundadora da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro,

atualmente Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense. Segundo foi apurado em documentos esparsos, a instalação da Seção não foi imediata.

Foram sócias fundadoras: Aurora de Afonso Costa, Ermengarda Alves de Faria Alvim, Stella de Paiva Pires, Maria de Lourdes Costa, Maria Julieta Telles, Maria do Carmo Araújo, Maria Amélia Rangel Garcia, Marieta March, Eloya Arruda e Silvia Paes Barreto, entre outras diplomadas.

A primeira diretoria, eleita por aclamação, ficou assim constituída: presidente, Ermengarda Alves de Faria Alvim; vice-presidente, Marieta March; 1.^a secretária, Maria do Carmo Araújo; 2.^a secretária, Eloya Arruda; tesoureira, Silvia Paes Barreto.

A primeira reunião foi realizada no dia 2 de outubro de 1950, presidida pela vice-presidente, por solicitação da presidente Ermengarda de Faria Alvim, que considerou impossível assumir o cargo para o qual fora aclamada face a distância do município em que se achava atuando como enfermeira do Estado, isto é, Nova Iguaçu. Assim a direção da Seção ficou com a vice-presidente, Marieta March, até a realização de novas eleições para preenchimento do cargo.

A ABEn-RJ sempre atuou na cúpula da Secretaria de Saúde, em benefício da classe.

Dentre as realizações e conquistas da Seção, devem ser citadas as conseguidas pelas diretorias presididas por:

1) Maura Maria Pereira de Lima: enquadramento da enfermeira no nível técnico-científico, em 1958 e no nível universitário, em 1961; oficialização da Semana da Enfermagem no território fluminense, em 1960; reconhecimento da Seção como de utilidade pública, em 1961;

2) Izaura Lopes de Godoy: nível universitário para o enfermeiro, 1962; designação de uma coordenadora de Enfermagem para a Secretaria de Saúde; criação do Quadro de Auxiliar de Enfermagem, em 1963;

3) Irene de Azevedo: compra da sede própria, em 1965;

4) Maria Wanda Rodrigues de Oliveira: início do convênio com o PIPMO-MEC, para treinamento de atendentes;

5) Maria Amélia Rangel Garcia: promoção de cinco Encontros Regionais, em conjunto com a Seção da Guanabara e escolas de Enfermagem do Grande Rio; compra de dois terrenos em Saquarema (praia), de 15 x 30m cada um, para a Casa de Veraneio da Enfermeira.

A Seção hospedou o X Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1957.

Distrito de Campos — O primeiro Distrito foi o de Campos, criado em 1954; tem contado sempre com número reduzido de enfermeiros para compor adequadamente a diretoria. Em nenhuma época teve mais de 12 associadas por isso tem tido períodos de inatividade, mas nunca foi dissolvido completamente.

Nos anos de 1972 e 1973, com a contratação pela Santa Casa local e pelo Governo Fluminense de enfermeiras recém-graduadas, começou a funcionar regularmente. Em 1974 e 1975 passou novamente à inatividade.

Distrito de Volta Redonda — Criado em 1.º de fevereiro de 1956, foi reconhecido de utilidade Pública Municipal pela deliberação n.º 372 de 7 de setembro de 1961. Sempre congregou em média vinte enfermeiras, embora no município sede e vizinhos haja cerca de cinqüenta graduados.

Este Distrito comemora a Semana da Enfermagem juntamente com o Centro de Estudos do Hospital da Companhia Siderúrgica. Promove painéis e simpósios, deslocando para lá conferencistas de São Paulo, Rio e Niterói.

O Distrito conseguiu junto à Prefeitura de Volta Redonda dar a uma rua central a denominação de “Marina de Andrade Resende” e recentemente (1974) conseguiu a denominação de Laís Netto dos Reys para uma rua da cidade de Resende, terra natal desta ilustre personalidade de nossa profissão. Muito concorreu para esta conquista a técnica de enfermagem Elcia Carneiro, residente em Resende e filiada ao Distrito de Volta Redonda.

SEÇÃO DO VALE DO RIO DOCE

(1949-1952)

Muito pouco se sabe sobre esta Seção. Na Assembléia Geral da ABED, realizada no dia 2 de dezembro de 1949, Eglantina Medeiros fez ligeira referência “a recentemente fundada Seção do Vale do Rio Doce”.

Foi citada pela primeira vez na revista Anais de Enfermagem de janeiro de 1950, figurando como presidente Clelia Teixeira. Acredita-se que esta tenha presidido a diretoria provisória. Os outros membros não foram citados.

Em outubro de 1951, a diretoria compunha-se de Nadir Matos Moura, presidente; Rosa Stellita de Souza, vice-presidente; Candida Fernandes, 1.^a secretária; Judith Costa, 2.^a secretária; Rogélia G. Coimbra, tesoureira.

Em reunião da diretoria da ABED realizada a 25 de novembro de 1952, foi decidido, por sugestão da presidente Maria Rosa S. Pinheiro que, “devido a pouca estabilidade das enfermeiras do SESP que constituem essa Seção”, fosse a mesma extinta; as enfermeiras de Aimorés e Governador Valadares deveriam passar para a Seção de Minas Gerais e as de Colatina deveriam reunir-se às de Vitória e formar a Seção do Espírito Santo.

SEÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

(23.9.1950)

Em 23 de setembro de 1950, reuniram-se no anfiteatro do Hospital de Pronto Socorro Municipal enfermeiras radicadas em Porto Alegre, com a finalidade de formar a Seção de Porto Alegre da ABED, posteriormente transformada em ABEn — Seção do Rio Grande do Sul. Foram suas sócias fundadoras: Olga Verderese, Irmã Suzana Boutin, Irmã Mariana Pereira Junho, Maria da Gloria Leite Rozas, Diva Câmera e Odette Vitória Rita Mascagni. A 30 do mesmo mês e ano, foi realizada a primeira Assembléia Geral da ABED — Seção do Rio Grande do Sul, para eleição e posse da 1.^a Diretoria, que ficou assim constituída: presidente, Olga Verderese; vice-presidente, Irmã Mariana P. Junho; secretária, Odette Vitória R. Mascagni; tesoureira, Maria da Gloria Leite Rozas.

Em 1951 foi fundada a Escola de Enfermagem de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), em cuja sede passaram a ser realizadas as reuniões da Seção.

Em 1960, a Seção foi reconhecida de utilidade pública. Nesse ano a Escola de Enfermagem da UFRS cedeu uma sala para a instalação da secretaria da Seção. A sede própria foi adquirida em 1970.

Esta Seção hospedou o IX e o XXI CBEn, realizados, respectivamente, em 1956 e 1969.

Na Seção funcionam dois Distritos: o de Santa Maria e o de Caxias do Sul.

SEÇÃO DO AMAZONAS

(27-11-1950)

A primeira diretoria da Seção do Amazonas, foi constituída por: Rosaly Rodrigues Taborda, presidente; Ethel Hardy, vice-presidente; Doralice Regina Ayres, 1.^a secretária; Maria Conceição Cavalcanti, 2.^a secretária; Georgette de Jesus Teixeira, tesoureira.

A Seção hospedou o XXIII CBEn, realizado em julho de 1971. Tem sede própria e faz circular o Boletim Informativo. Tem representação no Conselho Estadual de Saúde.

SEÇÃO DO CEARÁ

(18-6-1951)

Após o IV Congresso Nacional de Enfermagem, realizado na Bahia em dezembro de 1950, Irmã Cecília Fernandes, diretora da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP) de Fortaleza, apresentou à Congregação da Escola o relatório das atividades realizadas por ocasião desse congresso, com a finalidade de incentivar as enfermeiras docentes a tomarem parte no movimento de fundação de uma seção no Ceará.

Conseguindo um número satisfatório de enfermeiras para início dos trabalhos, estas reuniram-se na Escola e elegeram a diretoria que ficou constituída dos seguintes membros: Irmã Cecília Fernandes, presidente; Maria de Jesus do Vale, vice-presidente; Maria Luiza Teixeira de Alcântara, 1.^a secretária; Maria de Lourdes Costa, 2.^a secretária; Suzi Annette Cunha Lima, tesoureira.

No dia 18 de junho de 1951, com a presença de vinte e uma enfermeiras, na sede da EESVP tomou posse a diretoria eleita ficando, assim, fundada a ABEn — Seção do Ceará.

A Seção organizou o XV CBEn, realizado em julho de 1963. Auxiliou na criação da Associação Profissional de Enfermeiros. Tem Boletim Informativo da Seção, BIC.

SEÇÃO DE SERGIPE

(12-4-1954)

Os trabalhos para organizar esta Seção foram realizados por uma diretoria provisória presidida por Isabel C. Macintyre, dire-

tora da Escola de Auxiliar de Enfermagem Dr. Augusto Leite. Um mês após sua criação tomou posse a primeira diretoria eleita, presidida por Opelina Rollemberg, enfermeira do Ministério da Saúde, lotada naquela cidade.

Em 1961 a Seção conseguiu a promulgação da Lei Estadual n.º 1.003, que proíbe o uso indevido do título de enfermeiro, no Estado. É reconhecida como órgão de utilidade pública.

SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

(12-5-1954)

A primeira diretoria da Seção tomou posse na abertura das comemorações da Semana da Enfermagem de 1954, em Vitória; a essa sessão compareceram onze enfermeiras. Foi sua primeira diretoria: Maria de Lourdes Oliveira, presidente e diretora da Escola de Auxiliares de Enfermagem do Espírito Santo; Izaltina Schirmer, vice-presidente; Guaraci Gonçalves Curvacho, 1.ª secretária; Raimunda Maranhão de Melo, 2.ª secretária; Déa de Souza Rego, tesoureira.

Por decisão da diretoria da ABEN, tomada a 28 de maio de 1965, foi indicada Clélia Luiza Gonçalves Pinto, presidente da Seção de Minas Gerais, para recolher oficialmente os documentos, bens e valores dessa Seção e encaminhá-los a diretoria da ABEN. A Seção foi extinta nessa data; estava inativa desde 1963.

Em abril de 1975, a diretoria da ABEN recebeu comunicado de enfermeiras desse Estado de que haviam decidido reabrir a Seção. Foi dada autorização. A diretoria provisória está sendo presidida por Erly Rabelo Brasil.

SEÇÃO DA PARAÍBA

(23-9-1954)

Foi fundada em reunião realizada a 23 de setembro de 1954, por iniciativa de Rosa de Paula Barbosa e orientação de Abyael Maria de Souza, da Seção de Pernambuco.

A primeira diretoria teve como membros: Rosa de Paula Barbosa, presidente; Irany Dantas Maciel, 1.ª secretária; Doralice Kluppel, 2.ª secretária; e Ana de Paula Barbosa, tesoureira.

João Pessoa foi a sede do XXV CBEn, realizado em julho de 1973. Na Seção funciona o Distrito de Campina Grande.

SEÇÃO DO PARANÁ

(18-4-1956)

A Associação Brasileira de Enfermagem — Seção do Paraná foi criada em 18 de abril de 1956, por um grupo de enfermeiras vindas de outros estados, com experiência em associação de classe; a necessidade que todas sentiam de se reunirem em grupo para a defesa dos interesses da classe deu origem à Seção.

A primeira reunião foi realizada em uma das salas da Escola de Enfermagem Madre Leonie, com a presença de doze enfermeiras: Alice Michaud, Elze Vieira Souza, Terezinha B. G. Azeredo, Gerda Mitt, Ir. Maria Turkiewicz, Irmã Regina Magrin, Ir. Luiza Odila, Ir. Maria da Gloria, Ir. Verônica Tartas, Ir. Maria Mônica, Maria Leda Vieira, Yacy Maria Arruda e uma convidada de honra, Olga Verderese, que estava em visita à Escola de Enfermagem Madre Leonie, fazendo parte da Comissão de Reconhecimento dessa Escola. Olga Verderese presidiu a reunião, orientando as enfermeiras e apresentando sugestões de como a ABEn poderia se tornar conhecida, para que fosse aceita pelo público.

A diretoria provisória foi formada por três membros: Alice Michaud, presidente; Maria Leda Vieira, secretária e Irmã Maria Turkiewicz, tesoureira.

A Seção participou das atividades da primeira Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná, cuja finalidade era a promoção cultural no interior do Estado.

Em 1962, a Seção venceu sua primeira luta quando, pela Lei 4544 que dispunha sobre o sistema de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, as enfermeiras foram classificadas no nível universitário e foi criada a carreira do Auxiliar de Enfermagem.

Pelo Decreto n.º 9152 de 14-8-62, conseguiu a criação do Serviço de Enfermagem do Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde e da Seção de Enfermagem na Divisão Técnica do Departamento de Unidade Sanitária. Além disso, a Seção colaborou na elaboração do regulamento dos serviços recém-criados e ainda conseguiu a criação do Serviço de Enfermagem na Divisão Hospitalar do Instituto de Previdência do Estado. Colaborou na criação do

Curso de Técnicos de Enfermagem da Escola Catarina Labouré, assessorou o concurso de auxiliares de enfermagem na Assembléia Legislativa, colaborou com o Conselho Estadual de Educação quando este legislou sobre currículo do curso de Auxiliar de Enfermagem, assessorou nos concursos para práticos de enfermagem e parteras práticas, indicou membros da Associação para tomar parte na Comissão do Plano de Estruturação do Curso de Enfermagem do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná e para a Coordenação do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná, iniciada em 1975 e colaborou na criação do Curso de Licenciatura em Enfermagem na Escola de Enfermagem Madre Leonie.

Esta Seção hospedou o XIV e o XXVI Congressos Brasileiros de Enfermagem, em 1962 e 1974, respectivamente.

Tem como órgão informativo da Seção, um boletim.

É representada no Conselho de Educação do Estado do Paraná.

A Seção criou um Distrito em Londrina, após aprovação da Diretoria da ABEn em maio de 1972, que só passou a funcionar a partir de fevereiro de 1973, quando foi eleita a primeira diretoria.

Tem sede própria.

SEÇÃO DO MARANHÃO

(4-10-1958)

Assumindo a direção da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, no ano de 1958, Irmã Patrícia Maria de Areia foi incentivada por Haydée Guanais Dourado para fundar a Seção do Maranhão.

Por meio de uma circular, Irmã Patrícia Maria de Areia convocou as enfermeiras de São Luís, que atenderam ao convite. No dia 4 de outubro de 1958, realizou-se a primeira reunião em uma das dependências da Escola de Enfermagem, presentes catorze enfermeiras. Foi eleita uma diretoria provisória que ficou assim constituída: presidente, Aldacy Raposo Nascimento; secretária, Raimunda Vieira de Paulo; tesoureira, Maria de Lourdes Mota Andrade.

Em uma segunda reunião, que se realizou no dia 18 de outubro de 1958, foi eleita a diretoria definitiva: presidente, Maria de

Lourdes Rodrigues Mota Andrade; 1.^a vice-presidente, Leonarda Teixeira; 2.^a vice-presidente, Irmã Patrícia Maria de Areia; 1.^a secretária, Raimunda Vieira de Paulo; 2.^a secretária, Neusa Coelho Santos; 1.^a tesoureira, Irmã Rosária Maria de Fortaleza; 2.^a tesoureira, Maria de Lourdes Silva Maia.

Principais conquistas desta Seção: criação do Boletim Informativo da Seção-Ma; organização de cursos de atualização para auxiliar de enfermagem e atendentes de serviço nos hospitais; reorganização do Serviço de Enfermagem do Hospital do Estado; conseguiu a nomeação de uma coordenadora para o Serviço de Enfermagem da Secretaria de Saúde do Estado; conseguiu a nomeação de dez enfermeiras para organizar e chefiar o serviço de enfermagem de hospital no interior do Estado; realização da 1.^a Jornada Maranhense de Enfermagem, por ocasião da Semana da Enfermagem; registro da Revista Maranhense de Enfermagem.

SEÇÃO DO PIAUÍ

(22-3-1959)

Aos vinte e dois dias de março de 1959, os trabalhos de organização dessa Seção foram realizados por iniciativa da Irmã Abrahilde Alvarenga; nessa data foi eleita uma diretoria provisória, assim constituída: presidente, Irmã Abrahilde Alvarenga; vice-presidente, Nair Albuquerque Moita; 1.^a secretária, Andrônica Almeida Borges; 2.^a secretária, Valmira da Costa e Silva; 1.^a tesoureira, Filomena Lelis Camelo; 2.^a tesoureira, Maria Barbosa do Espírito Santo.

Na solenidade de posse dessa diretoria esteve presente Izaura Barbosa Lima, membro da diretoria da ABEn na época.

A Seção faz circular Boletim Informativo.

SEÇÃO DE MATO GROSSO

(10-7-1959)

A ABEn — Seção de Mato Grosso foi criada por iniciativa de Edna Perri Ricci no dia 10 de julho de 1959, com dez enfermeiras. Nessa data foi feita eleição da diretoria, ficando a mesma assim composta: Adelaide de Almeida, presidente; Erzila de Almeida Ferri, vice-presidente; Odília de Carvalho Cunha, secretária; Maria Madalena Guimarães e Silva, tesoureira.

Nesse mesmo dia a diretoria da Escola de Auxiliar de Enfermagem Dr. Mario Corrêa da Costa cedeu uma das dependências da Escola para o funcionamento provisório da Associação.

Em 1965 iniciou a programação das celebrações da Semana da Enfermagem.

Em julho de 1971, a Associação Brasileira de Enfermagem — Seção de Mato Grosso foi registrada no Cartório do 1.º Ofício Civil e Notas. Nesta data a Seção foi declarada de utilidade pública pela Lei Estadual n.º 3.052 de 24 de agosto de 1971.

Durante todo o período de funcionamento da Seção várias enfermeiras associadas participaram de congressos, seminários, cursos, simpósios, jornadas, etc., em vários estados do país.

SEÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

(15-5-1960)

A Associação Brasileira de Enfermagem — Seção do Rio Grande do Norte foi fundada a 15 de maio de 1960, por iniciativa das professoras da Escola de Auxiliares de Enfermagem e enfermeiras do Hospital das Clínicas. Iniciou com 12 (doze) sócias, sendo 9 (nove) da capital e 3 (três) do interior.

Foi organizada uma diretoria provisória constando dos seguintes membros: presidente, Irmã Anna Amasilles Rocha, (hoje Irmã Anna Thereza de Jesus Rocha); secretária, Maria Carmélia de Albuquerque; tesoureira, Oscarina Saraiva Coêlho.

A primeira diretoria eleita ficou assim constituída: presidente, Irmã Anna Amasilles Rocha; secretária, Oscarina Saraiva Coêlho; tesoureira, Maria Dalva Pereira de Souza.

Principais conquistas nos vários campos de atuação: a Associação Brasileira de Enfermagem Seção do Rio Grande do Norte, enfrentando as dificuldades próprias de uma seção pequena, sem os mínimos recursos para um bom funcionamento, vem, no decorrer destes 16 (dezesseis) anos, procurando elevar a profissão de Enfermagem através de: incentivo à capacitação profissional; atuação dos profissionais de enfermagem nos diferentes níveis; divulgação da profissão; divulgação dos feitos da ABEn Central; e incentivo às promoções da classe.

SEÇÃO DE BRASÍLIA, D. F.

(18-5-1960)

A Associação Brasileira de Enfermagem — Seção do Distrito Federal foi criada a 18 de maio de 1960, por iniciativa de Haydée Guanais Dourado e Maria José de Abreu.

Nessa data reuniram-se as enfermeiras de Brasília no Primeiro Hospital Distrital, e a Seção do Distrito Federal foi instalada solenemente em reunião presidida por Haydée Guanais Dourado, com a presença de 24 enfermeiras.

Foi, nessa ocasião, eleita a primeira diretoria, em caráter provisório, assim constituída: presidente, Irmã Catarina Colavitti; vice-presidente, Francisca Barbosa de Aguiar; 1.^a secretária, Clélia Márcia Córdova; 1.^a tesoureira, Cacilda Rosa Bertoni. A diretoria definitiva, eleita um pouco mais tarde, ficou assim constituída: presidente, Alice Andrade Maciel; 1.^a vice-presidente, Cacilda Rosa Bertoni; 1.^a secretária, Ermeline Boeing; 2.^a secretária, Jesulina Chaves de Oliveira; 1.^a tesoureira, Kelita Augusto Duarte.

Em 1967 hospedou o XIX CBEn. As enfermeiras de Brasília, principalmente Alice Andrade Maciel, Diva Câmera e Lydia das Dores Matta, colaboraram muito nos trabalhos da construção e arranjo final da sede da ABEn.

SEÇÃO DO AMAPÁ

(8-5-1961)

Essa foi a primeira Seção criada em território federal; da diretoria provisória fizeram parte Delzuite Souza Cordeiro, presidente; Solange Sanches, secretária e Wilma Pinto de Castro, tesoureira. No mesmo ano, 1961, foi eleita nova diretoria que teve como presidente, Maria Cecília Pedreira Cerqueira; vice-presidente, Nilza Carmen de Lemos; secretária, Akiko Kanazawa; e tesoureira, Arlete Marques da Silva.

Esta Seção teve vida breve. A 28 de maio de 1965, a diretoria da ABEn decidiu indicar Terezinha de Jesus Paes de Barros Andrade, presidente da Seção do Pará, para recolher oficialmente os documentos, bens e valores da Seção do Amapá e encaminhá-los à diretoria da ABEn. A Seção foi extinta.

SEÇÃO DE SANTA CATARINA

(13-3-1962)

A idéia da criação da Seção foi de Irmã Cacilda Hammers, diretora da Escola Auxiliar de Enfermagem Madre Benvenuta.

As enfermeiras catarinenses, em número muito reduzido, pertenciam à Seção do Rio Grande do Sul. A comunicação era muito difícil, determinando um verdadeiro isolamento em Santa Catarina. Além disso, sentiam que seus problemas diferiam do Estado vizinho, merecendo uma solução adaptada à sua própria realidade.

Irmã Cacilda Hammers procurou e obteve orientação e estímulo da presidente da ABEn na época, Marina de Andrade Resende, que presidiu a reunião em que a Seção foi criada.

A primeira diretoria foi constituída por aclamação entre as sócias fundadoras, ficando assim constituída: Otília Hammers (Irmã Cacilda Hammers), presidente; Flérida Goudinho Cardoso, vice-presidente; Alice Rego, 1.^a secretária; Maria Edite Primm, 2.^a secretária; Carmela Longo, tesoureira.

A Seção faz circular o Jornal da ABEn — SC “Prontidão” e mantém uma comissão especial para tratar da aquisição da sede própria. Está providenciando também a criação da associação profissional; conseguiu a classificação do enfermeiro no nível universitário em fevereiro de 1963; lutou pela criação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina; promoveu cursos de atualização de conhecimentos e duas Jornadas Catarinenses de Enfermagem.

SEÇÃO DE ALAGOAS

(21-3-1963)

Foi a vigésima-quarta seção criada.

Era evidente o interesse da classe no sentido de fundar no Estado uma seção da Associação Brasileira de Enfermagem; esse interesse concretizou-se a 21 de março de 1963, quando um grupo de enfermeiras, em reunião presidida por Isabel Colquhoun Macintyre, com a presença de Marina de Andrade Resende, realizou a primeira sessão ordinária.

Foram iniciadas, a partir desse momento, as atividades para divulgação da enfermagem no Estado e a luta junto às autoridades constituídas pelo reconhecimento da profissão.

Foram sócias fundadoras: Isabel Colquhoun Macintyre, Cinira Alves de Mattos, Ivete Ferreira Santana, Anete Bento Viana, Yacy Lopes de Oliveira, Doriania Sampaio Mendonça, Maria Pereira Nascimento, Estela dos Humildes de Oliveira, Cleonice Falcão de Almeida, Alaide Romeiro Pereira, Rosa Maria Silva Medeiros e Irmã Irene Rocha.

A primeira diretoria foi assim composta: Isabel C. Macintyre, presidente; Anete Bento Viana, secretária; Yacy Lopes de Oliveira, tesoureira.

Atividades importantes: 1) criação do quadro de enfermeiros no Estado; 2) interrupção das atividades da Escola Prática de Aperfeiçoamento de Enfermagem e Obstetrícia "São Camilo de Lellis", dirigida por uma atendente de enfermagem.

Desde sua fundação, a Seção funciona na Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas, em uma sala cedida pela diretora da Escola.



Zaira Cintra Vidal



*Marina Bandeira de
Oliveira*



Waleska Paixão



Gleite de Alcântara



Maria Rosa Souza Pinheiro



Marina de Andrade Resende



Da esquerda para a direita: 1) Celia Peixoto Alves, 2) Edith M. Fraenkel, 3) não Identificada, 4) Rachel Haddock Lobo, 5) Marina Bandeira de Oliveira, 6) Maria Oliveira Régis, 7). Alayde Duffles Teixeira Lott, 8) Iracema Guaranyys Mello.

Clarice Della Torre Ferrarini



Circe de M. Ribeiro

NOTAS

CAPÍTULO VI

1. Os dados sobre cada uma das Seções foram enviados pelas respectivas diretorias, com exceção das abaixo relacionadas, cujas informações foram colhidas pela autora em vista de não ter chegado às suas mãos os dados solicitados: São Paulo, Pará, Minas Gerais, Vale do Rio Doce, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Sergipe, Paraíba e Amapá.

2. Livro de Atas n.º 2.

3. A 27 de maio de 1946 foi enviada carta à presidente da ABED, Zaíra Cintra Vidal, comunicando: 1) a eleição da primeira diretoria da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo; 2) a ordem do dia das reuniões realizadas nos meses de fevereiro, abril e maio desse ano.

4. A 5 de setembro de 1946, a secretária da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo comunicou a Zaíra Cintra Vidal, presidente da ABED que: 1) a anuidade da Associação havia passado de Cr\$ 80,00 para Cr\$ 120,00; 2) o envio da quota de Cr\$ 30,00 anuais por pessoa à ABED; 3) a lista das 39 associadas quites com a tesouraria da Associação.

5. O número de abril de 1949 de Anais de Enfermagem publicou, à p. 91, o relatório anual apresentado pela presidente da Seção de São Paulo, Glete de Alcântara (1948-1952).

6. A criação dos Distritos foi comunicada à presidente da ABED, Marina Bandeira de Oliveira, em carta a esta dirigida a 21 de maio de 1948.

7. O assunto foi tratado no capítulo III da primeira parte.